

Impresso
Especial

9912271488/2011-DR/PE
TJPE

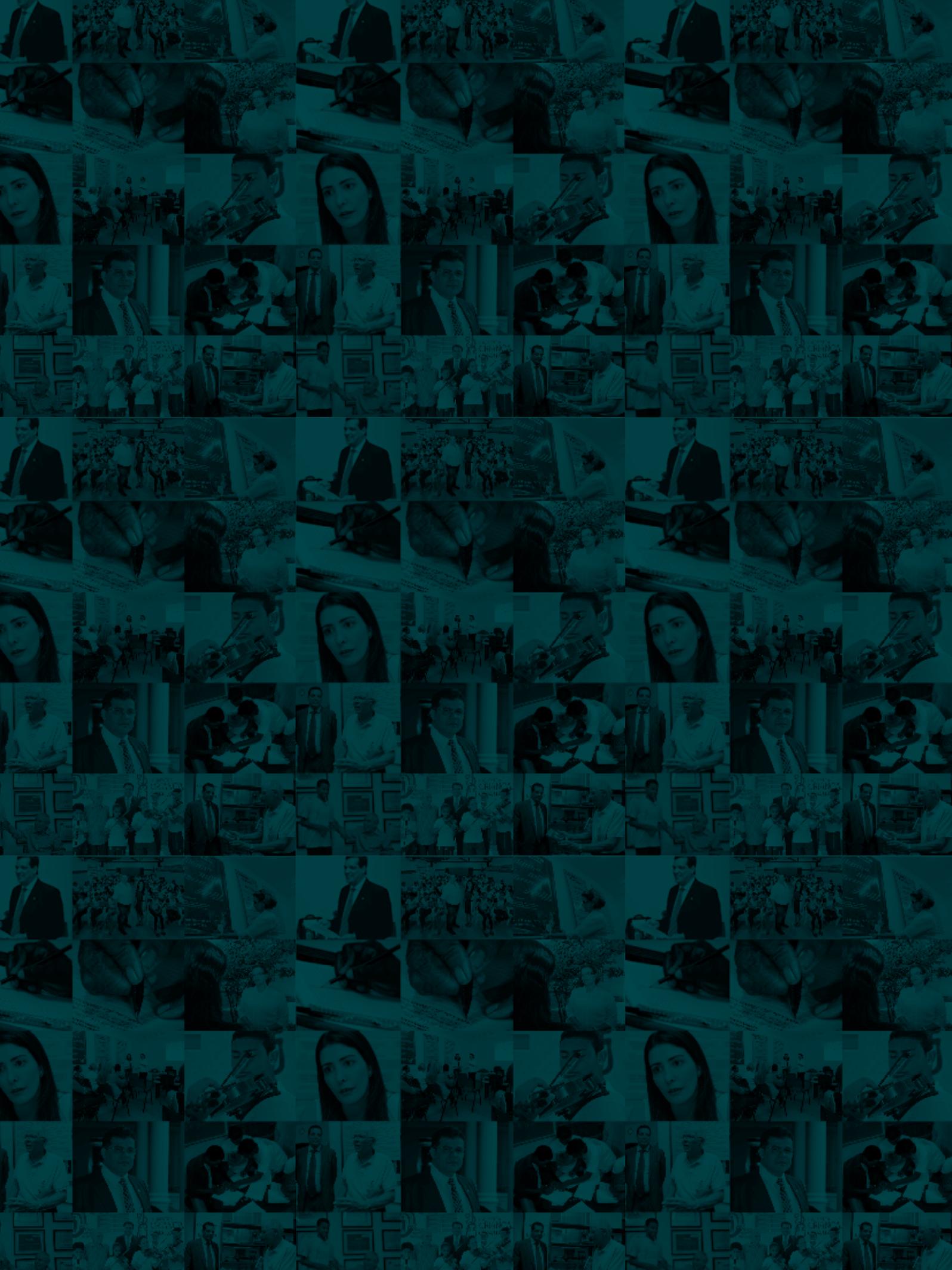
...CORREIOS...

REVISTA TJPE

Revista do Tribunal de Justiça de Pernambuco - Ano III - nº 5 - dez/2012

A atuação do TJPE na sociedade pernambucana

Decisões que transformam o cotidiano de cidadãos. Ações sociais de magistrados que vão além do poder unicamente julgador





Editorial

Do sucesso anterior à beleza desta edição: o magistrado como agente de transformação

Este editorial devia começar pela edição que hoje chega às mãos do seu público. Mas, é provável que este público concorde, começaremos pela edição passada. Para falar de como ela foi bem acolhida, elogiada, solicitada, quase disputada.

Do presidente até a ascensorista, passando por desembargadores e servidores terceirizados, todos elogiaram a revista, destacando muitas das suas reportagens. Se houve pontos baixos – por certo os houve – foram esquecidos, mercê da bondade e compreensão dos leitores e também em troca dos muitos pontos altos.

Nesta edição, feita com o mesmo carinho e o mesmo cuidado da anterior, o leitor vai gostar de conhecer de perto outros desembargadores, como o vice-presidente Fernando Ferreira, o corregedor geral Frederico Neves, o professor Gustavo Lima e o defensor das crianças, Luiz Carlos Figueirêdo. Magistrados, na sua maioria, são sisudos. Mas, quando se lhes descobrem a alma, vemos que são gente como a gente, cidadãos “quase” comuns.

“O juiz não é um ser humano superior em hipótese alguma”, diz a juíza Hydia Landim, de Palmares (PE). “Por trás da caneta do juiz, a mesma que condena ou absolve, há um ser humano que pode fazer mais por outro ser humano”, ela completa, no bojo de uma exposição sobre o trabalho social que realiza na cidade.

Ela é uma dentre os muitos magistrados pernambucanos que estão dando atenção especial às carências da comunidade, com trabalhos sociais de alto alcance. Esta é a vocação da magistratura.

O juiz Humberto Vasconcelos, da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição, que tem uma atuação destacada junto à comunidade diz que: “O juiz é um agente de transformação. Não se muda a vida das pessoas apenas com sentenças e despachos. O juiz tem de sair do birô e ir às comunidades. Isso dignifica a toga”.

Zenaide Barbosa

Jornalista e assessora de Comunicação do TJPE

Expediente

Produção e Revisão de Textos

Assessoria de Comunicação Social do TJPE

Chefe da Ascom TJPE

Zenaide Barbosa

Edição

Ivone Veloso

Micarla Xavier

Zenaide Barbosa

Repórteres

Bruno Brito

Clareana Arôxa

Devanyse Mendes

Dyanne Melo

Ismênia Rolim

Ivone Veloso

Izabela Raposo

João Guilherme Peixoto

Micarla Xavier

Pedro Fernando da Hora

Rafael Cavalcanti

Rebeka Maciel

Rosa Miranda

Vanessa Oliveira

Wesley Prado

Projeto Gráfico e Diagramação

Othon Vasconcelos

Núcleo de Imagem

Aline Moraes

Felipe Cavalcanti

Fernando Gonçalves

Luciana Bacelar

Luciano Costa

Othon Vasconcelos

Publicidade

Núcleo de Áudio Visual - NAVI

Fotógrafos

Agência Rodrigo Moreira

Assis Lima

Leandro Lima

Administrativo

Gleane Gonçalves

Manoel Olímpio

Fotos da Capa

Assis Lima e Agência Rodrigo Moreira



índice

4 perfil

Esforço e simplicidade

Frederico Neves: mais do que um humanista, um humano no Direito

20 gestão

TJPE impulsiona o crescimento do Judiciário em Pernambuco

24 perfil

Em defesa de uma causa

32 corregedoria

Corregedoria realiza campanha “Seja herói do seu filho”

Regime Especial de Jaboatão comprova compromisso de juízes e servidores

Ceja e Corregedoria lançam manual e cartilha

36 capa

Juízes desenvolvem ações sociais para mudar a vida das pessoas

52 decisões

Justiça garante próteses para surfista atacado por tubarão

Decisão do TJPE obriga o Estado de Pernambuco a custear cirurgia de mudança de sexo



ação 56

Quando a saúde é mais do que um direito

serviço 60

Resgatando identidades

infância e juventude 64

Violência sexual infanto-juvenil: mácula sob o medo e o silêncio

informática 71

TJPE começa a definir sua política de segurança da informação

perfil 72

Gustavo Lima em ritmos, cores e crenças

artigo 82

O respeito à imagem da pessoa como tutela da sua personalidade

Chaplin (1940): O profeta satírico da barbárie

Esforço e simplicidade

Da infância de cobranças e dificuldades à maturidade consciente do que realmente importa na vida e no trabalho. Conheça um pouco mais da pessoa do desembargador Fernando Ferreira

Wesley Prado

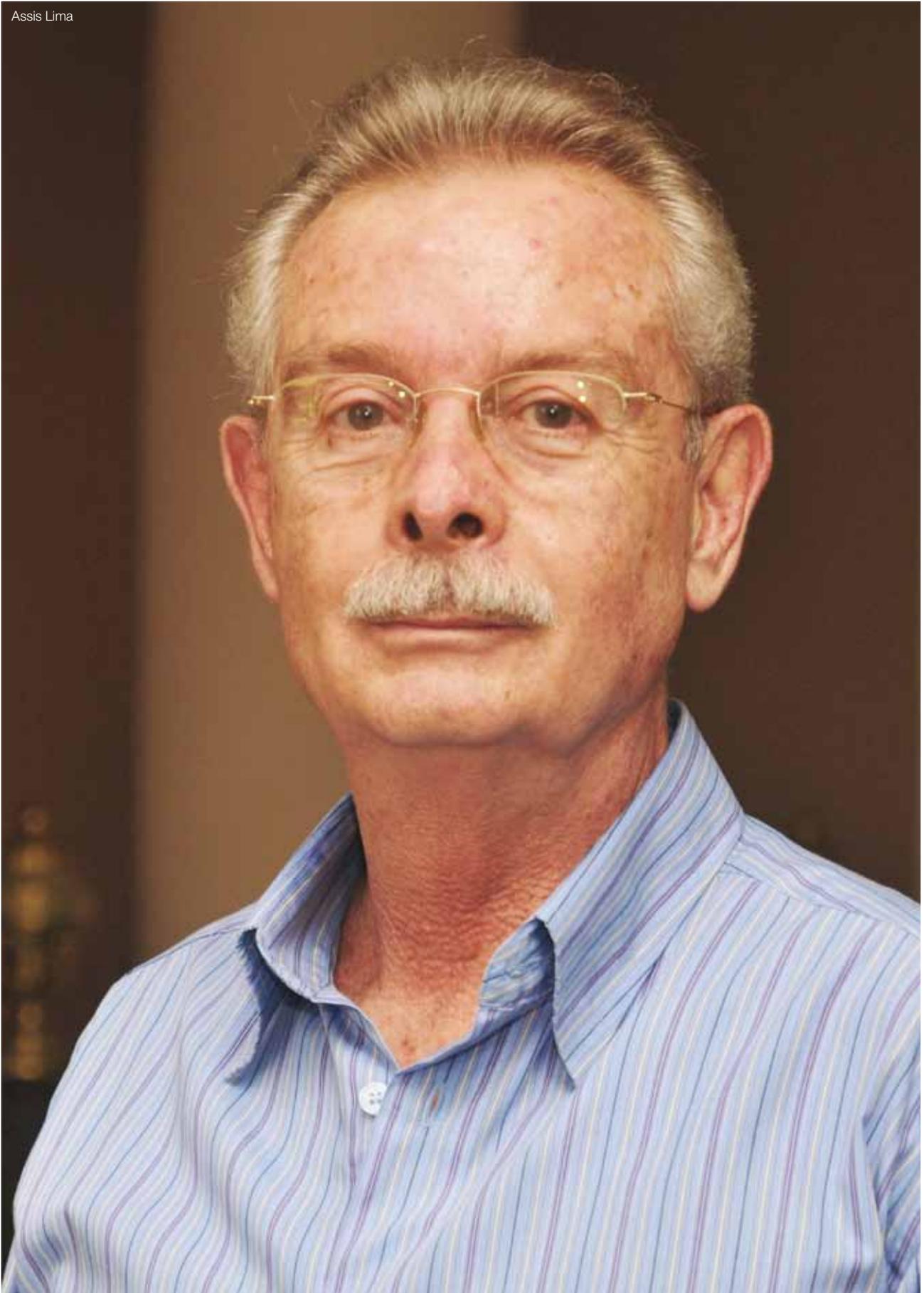
Um homem tranquilo, de fala mansa e gestos comedidos. Dono de uma humildade rara, do tipo que faz falta até nas pessoas mais simples. Seu porte magro esconde uma firmeza de caráter digno. Assim é a figura do vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o desembargador Fernando Eduardo de Miranda Ferreira. Posição, aliás, que nunca imaginou ou almejou realmente ocupar. O jovem Fernando, antes mesmo de se formar na Faculdade de Direito do Recife, já mostrava serviço no Departamento Jurídico do Grupo Votorantim no Norte e Nordeste. Lá, iniciou suas atividades na área do Direito do Trabalho, atuando como preposto sob a orientação do advogado responsável pelo setor, Jarbas de Andrade Vasconcelos. Sim, o ex-governador e atual senador de Pernambuco. Na época, idos de 1969, ele ainda não tinha nenhum envolvimento com política, apenas advogava. Vem daí a amizade com esse nome político do Estado. Fernando Ferreira

tem em Jarbas mais do que um amigo ou ex-colega de trabalho, mas um grande mentor, não só pela orientação advocatícia, e, principalmente, pelo firme exemplo de uma atuação profissional pautada pela ética. “Foi Jarbas quem guiou meus primeiros passos na advocacia, me ensinando muito sobre ética e comprometimento”. Quando Jarbas saiu do grupo para se dedicar de vez à política, ao ser eleito deputado estadual nas eleições de 1970, Fernando assumiu a área trabalhista, a pedido do próprio Jarbas junto aos dirigentes do grupo. Uma responsabilidade grande para quem ainda nem era formado.

Mas responsabilidade é algo que Fernando Ferreira encara desde pequeno. A criação rígida da mãe lhe incutiu ainda menino esse valor. Dona Célia era daquelas que puxava o filho mais velho pelo estudo, cobrando notas e exigindo colocação entre os primeiros lugares. E adivinha o que acontecia quando ele não estava entre

os primeiros lugares? “Eu apanhava, de cinturão. Se eu admitisse concorrer apenas ao segundo lugar, eu apanhava. Uma vez apanhei de cinturão, mesmo tendo passado por média, porque não atingi a nota que ela estipulara. E isso já no ensino médio! Ela disse: ‘Você vai ter que tirar 8 nessa prova, no mínimo’. Mas eu precisava de 6, apenas. Como tirei 7, apanhei, porque no entender dela eu corri risco desnecessariamente”, relembra Fernando. Mas há de se entender os motivos de dona Célia. Trabalhadora, mulher guerreira, funcionária pública numa época em que a classe não desfrutava de prestígio social nem de reconhecimento salarial, dona Célia fazia tudo pela educação dos quatro filhos que teve com seu Olavo. E projetava neles, especialmente em Fernando, o mais velho, aquilo que lhe fora negado pela sua condição de mulher, num tempo em que a concepção machista exigia das mulheres atenção integral à atividade doméstica. “Por exemplo, ela não

Assis Lima



pôde fazer faculdade porque, naquele tempo, mulher não fazia faculdade". Como Fernando era o filho mais velho, era sobre ele que caíam as maiores cobranças. Apesar de reconhecer os excessos da mãe, Fernando Ferreira não apenas entende sua atitude como tem pela memória dela um carinho imenso. "Tenho uma admiração maior do mundo pela minha mãe, porque ela trabalhava muito, em três turnos, para que eu pudesse frequentar os melhores colégios. Eles (os pais) não podiam pagar meus estudos, então ela custeava isso prestando serviços aos colégios". Exímia datilógrafa, dona Célia trabalhava como secretária nas duas únicas faculdades de Medicina do Estado, até então a Faculdade de Medicina do Recife (atualmente Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco) e a Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco. Dessa última, inclusive, chegou a ser uma das funcionárias fundadoras. Para complementar a renda familiar, dona Célia datilografava teses acadêmicas à noite, recebendo por folha.

Tanto esforço permitiu ao menino Fernando Ferreira frequentar alguns dos melhores colégios do Recife. Sua educação escolar teve início no Grupo João Barbalho ("muito prestigiado à época"), por onde passaram vultos como o maestro Nelson Ferreira, a escritora Clarice Lispector e o jornalista e escritor Mauro Mota. Depois, seguiu para o Instituto Brasil, das irmãs Mousinho, conhecido então como o melhor ensino primário da Capital. As crianças chegavam entre cinco e sete anos e saíam por volta dos dez, com o último ano de estudos voltado para o exame de admissão ao ginásio, que Fernando cursou no Colégio São Luís, da Congregação Marista. Depois, o curso clássico no Colégio Nóbrega. Como todos eram colégios de elite e muito caros, Fernando Ferreira, de origem humilde, conviveu com os filhos da alta sociedade pernambucana. Não pensam, porém, que essas diferenças dificultavam o convívio entre ele e seus colegas. Fernando tratava e era tratado por eles com muita amizade e respeito. Sobre o assunto, o desembargador comenta: "Sem nenhum trauma.

Sempre tive consciência das barreiras que não poderiam ser transpostas nesse convívio. Não me causava nenhum transtorno o fato de conviver com amigos que seriam herdeiros de grandes fortunas. Quando não podia acompanhá-los em algum programa, não acompanhava, e me divertia depois quando me contavam como tinha sido. Mas nas atividades escolares, o entrosamento era perfeito". Sobre os passeios com os amigos abastados, Fernando revela que apenas pedia para que eles o avisassem com antecedência, para que ele juntasse alguns trocados da mesada e do lanche e assim pudesse acompanhá-los. Com muito aperto, mas sem depender da caridade alheia. "Então, se eles podiam frequentar cinco brinquedos num parque, eu talvez só pudesse dois. Mas naqueles dois, eu curtia com eles. E nos outros três, eu curtia por eles. Eles estavam no brinquedo, mas eu estava junto, incentivando e rindo".

Essa maturidade precoce de Fernando somente se manifestou de modo tão flagrante por conta de uma característica que o próprio gosta de destacar: "Eu nunca tive inveja. Nunca. De nada. Como nunca tive inveja, nada me incomodava. Eu sempre botei na minha cabeça que aquilo que você quer, se você se empenhar, você consegue. Alguém pode conseguir mais ou melhor, e em menos tempo, mas você também conseguirá com um pouco mais de tempo e de comediamento. Sempre tive isso em mente: depende de mim". E dependeu mesmo. Fernando não subiu na vida através de auxílio dos outros, como se costuma pensar de quem consegue atingir altos padrões de desempenho na carreira. O pai de Fernando, seu Olavo, também não tinha curso superior. Tal qual sua esposa, tirava seu ganha-pão do serviço público estadual. Trabalhava no antigo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase), atual Instituto de Recursos Humanos. Seu pai, apesar da inteligência destacada, não demonstrava nem metade do empenho ou da diligência da esposa. Para ele, se houvesse filé no almoço, comia o filé. Se só tivesse bife de caçarola, comia com o mesmo



arquivo pessoal



Fernando Ferreira, ao assumir o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 22 de março de 2002

gosto, desde que não se cobrasse dele a troca do filé pela carne magra batida. “Papai não reclamava de nada, desde que não exigissem esforço dele”, comenta o desembargador.

Seu Olavo era uma figura muito curiosa, um homem dotado de uma inteligência invulgar, mas “extremamente egoísta e preguiçoso”. Se pudesse produzir menos no trabalho, o básico da função, assim o fazia, sem a menor culpa. Gostava de ler e de jogar xadrez. Introspectivo, não era de interagir muito com os filhos, ao contrário de dona Célia, que era extremamente devotada à criação deles. Mas o pai não os tratava mal, nem cobrava deles qualquer desempenho acima da média. O reconhecimento do papel que seus pais tiveram em sua vida é algo que deixa o desembargador aliviado. “É muito importante você ser um filho reconhecido, e, decididamente, eu sou”, aponta ele.

Os pais de Fernando Ferreira nunca tiveram muitos recursos, motivo pelo qual mudavam muito de endereço. Na juventude, Fernando morou em vários bairros do Recife e Olinda, sempre em casa alugada, tais como na Torre (onde passou a maior parte da infância), em Casa Caiada, na Madalena e no Cordeiro, onde morou até se casar, em 1971. Já casado, Fernando se estabilizou em Casa Forte, onde residiu até o final de seu primeiro casamento, no final de 1997. De lá, retornou para Casa Caiada, em Olinda, onde permanece até hoje e de onde não mais pretende sair. “É bem mais calmo, mais tranquilo, e com uma infraestrutura que me atende perfeitamente”.

Nessas idas e vidas entre bairros, pode-se imaginar os desafios que dona Célia e seu Olavo passaram para criar os quatro filhos. A diferença de idade entre seus rebentos é praticamente uma progressão aritmética. Quatro anos separam cada um dos quatro irmãos. De Fernando, o primogênito, a Alexandre, o caçula, são 16 anos. Para o desembargador, tanta diferença atrapalhou o convívio dele com os irmãos. “Isso nunca facilitou muito a convivência. Não saíamos juntos. Unidos, sim, mas se você me perguntar hoje, por exemplo, sobre meu irmão

caçula, eu já era praticamente casado quando ele nasceu. Há o respeito, sim, mas não houve, ao menos no plano do desejável, aquela convivência diária. Meu primeiro irmão faleceu precocemente. Hoje, tenho mais afinidade com meu segundo irmão, Frederico”. A natureza mais pacata e introspectiva de Fernando Ferreira também deve ter contribuído para tal dificuldade.

Dos irmãos, aquele com quem Fernando teve um pouco mais de contato foi Olavo Filho. Administrador e designer industrial, chegou a ser responsável pelo desenho de vários azulejos da família Brennan, inclusive sendo responsável pela montagem de stands da empresa em inúmeras exposições no Brasil afora. A relação entre eles, porém, foi precocemente encerrada com a morte de Olavo, aos 45 anos, vítima do alcoolismo. Os últimos anos de Olavo foram os mais duros para Fernando, que acompanhou de perto o sofrimento do irmão. “Foi um período na minha vida de muito sacrifício, porque eu tinha que o levar às sessões do Alcoólatras Anônimos (A.A.) e esperar no carro, porque, se lá o deixasse para apanhá-lo depois, ele desaparecia. Com a frustração do atendimento pelo A.A., vieram as muitas internações em clínicas de reabilitação de dependentes. Na prática, foi esse sofrido motivo que forçou uma convivência minha mais permanente com ele, embora sempre muito dura, por conta de tentar resgatá-lo do vício, no que não tive sucesso”.

Com o segundo irmão, Frederico, formado em Administração de Empresas e antigo funcionário da Nordeste Segurança de Valores, é com quem Fernando tem mais empatia e proximidade. Com Alexandre, o irmão caçula, Fernando quase não tem contato. “Nossos comportamentos são muito diferentes. Ele tem outro entendimento acerca da vida, muito hedonista, o qual, embora respeite, não compartilho. Veja, eu respeito muito as pessoas. Muito mesmo. Eu não influencio o estilo de vida de quem quer que seja, nem de minha mulher ou de meus filhos. Agora, se não simpatizo com o jeito de ser de alguém, e se for o caso, busco uma maneira de poder de algu-



Fernando Ferreira com a sua mãe, Dona Célia



O desembargador e a sua esposa, Sandra Maria Ferreira, advogada e administradora de empresas

arquivo pessoal

ma forma conviver com essa pessoa. Se der para compatibilizar, convivo. Se não, pode ser até um familiar ou um conhecido, mas é ele lá e eu aqui”.

Esse respeito Fernando dedica também à relação que tem com seus dois filhos. Nunca quis influenciar, por exemplo, nas respectivas escolhas profissionais, políticas, sentimentais ou qualquer outra opção de vida de Eduardo e Marília, filhos de seu primeiro casamento. Eduardo é designer gráfico e publicitário e Marília, artesã. Curiosamente, eles também se encontram em uma segunda relação afetiva. “Você vê como a vida se repete”, brinca o desembargador. Ainda sobre seus filhos, Fernando comenta: “Meus filhos são tudo para mim. Amo esses meninos... quando digo esses meninos, o rapaz já tem 36 anos e a filha, 35. Mas nosso relacionamento é daquele tipo que naturalmente os impele a sempre me telefonar quando retornam da viagem mais simples, ou mesmo me passar uma mensagem com um tranquilizador ‘painho, cheguei’. Ainda que seja daqui para Gravatá [a 80 Km da Capital].

Mas se você insistir em me questionar sobre minha ingerência na vida deles, eu lhe digo: nenhuma. Quero, apenas, que eles sejam muito felizes, sempre. Merecem isso. De modo que, se estão felizes, além de tranquilo, eu também fico feliz”.

De Eduardo, ele recebeu aquela que considera a pedra de toque de seu patrimônio afetivo: a neta Maria Eduarda, de nove anos. “Não deixa de ser uma homenagem a este avô, o nome dela”, ressalta, assumidamente coruja sobre o nome da neta. Em seu gabinete, várias fotos da menina, em diferentes idades. Maria Eduarda figura até no papel de parede do computador de seu avô, numa foto dela ainda bebê. Pela vontade do desembargador, ele a veria muito mais. Quando o entrevistei para este perfil, fazia um mês que ele não via a neta. “Fico aqui no Tribunal até tarde. Você acha que vou sair daqui por volta de 22h30 para acordar a garota?”. Mas por que o desembargador, perfeccionista assumido, permanece em atividade, e sempre até tarde da noite, quando poderia estar

aposentado? “No fundo, é por eles (os filhos e a neta). Continuo aqui por eles. São as grandes âncoras de minha atividade funcional. Por minha mulher, já teria me aposentado. Às vezes ela me diz: ‘Eu não sei o que ainda você tem a fazer [no Tribunal], pois já podia estar aposentado!’. E eu respondo: ‘Ainda tenho exemplo a dar para meus filhos’”.

A esposa do desembargador, Sandra Maria de Barros Ferreira, é advogada e administradora de empresas. Para ele, mais que apenas uma esposa, ela é “amiga, solidária, companheira, tudo de bom que você possa imaginar. É meu grande suporte na vida. Ela costuma brincar dizendo que quando casou comigo ganhou de bônus o kit completo: marido, filhos e neta, esses com os quais se dá muito bem”. Trata-se, pois, de um casamento construído em bases sólidas. Anualmente, sempre em um dos dois períodos de férias do desembargador, o casal viaja. “Sonho de consumo, só um: uma viagem internacional por ano. Não sou ligado em carro, relógio, em grife ou em marca de

(1) O magistrado e sua filha, Marília Ferreira, que é artesã, num momento de festa (2) A neta Maria Eduarda a quem Fernando se refere com grande carinho (3) Com o filho Eduardo, designer gráfico e publicitário

arquivo pessoal



coisa alguma. Se a coisa me agrada, e sua aquisição se faz confortável para mim, não olho a marca". E qual o destino preferido? Alemanha. Mas, seja na terra de Goethe ou em qualquer outro país, Fernando foge das atrações turísticas óbvias. Prefere seguir como bom flâneur, conhecendo o ritmo de vida de cada cidade, o cotidiano de seus habitantes. "Há uma brincadeira motivacional que compartilho com minha mulher, quando estamos em outra cidade, europeia, preferencialmente: 'será que seria esta a cidade na qual gostaríamos de morar depois de minha aposentadoria?'. Essa fantasia nos dá o mote para conhecermos mais profundamente a cidade. Evitamos o ponto turístico notório. Por exemplo, não buscamos o restaurante recomendado pelos turistas e, sim, procuramos saber junto aos habitantes da cidade os restaurantes que lá são mais frequentados. Não o mais renomado, que pode ser muito caro, mas aquele que é mais procurado pelos locais. Gostamos de observar como o nativo vive, no dia a dia. Adoramos explorar o mais fundo possível a intimidade das pequenas e médias cidades europeias".

Esse hábito de perambular pelas ruas quando está na Europa, contudo, infelizmente não pode ser exercitado quando o desembargador está em Olinda. "Mormente à noite, saio muito pouco, inclusive para simples passeios ou jantar fora. Tenho medo da violência urbana, mais intensa nas grandes cidades. Não vou a teatro ou a cinema, por exemplo, apesar de ter nos bons filmes

um de meus passatempos prediletos. Vejo-os, porém, em casa, pelo DVD". Daí, com entusiasmo o desembargador revela logo sua paixão por filmes, que compartilha com outros colegas de magistratura, como os desembargadores Jorge Américo e Jones Figueirêdo. "Para você ter uma ideia, sou o maior doador da nossa cinemateca, porque sou comprador contumaz de DVDs. Assisto uma ou duas vezes e, em seguida, faço doação à Cinemateca Desembargador Jones Figueiredo. Não gosto de televisão aberta, não gosto de novela, gosto só dos noticiários e de filmes, de todos os gêneros, desde que contem uma boa história", conta.

Dedicação e humildade

Fernando Ferreira não é do tipo que gosta de holofotes. Faz questão de destacar a importância da equipe de seu gabinete, especialmente de seus três assessores especiais e dos cerca de 18 analistas que, nas palavras dele, põem a Vice-Presidência do TJPE para funcionar. Ele não gosta de badalação. "Por temperamento, sou refratário à vida social. Dificilmente você vai me ver em um evento social, a não ser aquele que eu perceba que devo ir por amizade e não por obrigação, e muito menos pelo cargo". Essa humildade está, inclusive, fisicamente representada em seu gabinete, numa confissão feita durante nossa conversa. "Se você olhar esses bibelôs que estão na prateleira de cima, vai ver que dentre eles há um bonequinho representando a figura do juiz e, ao lado, o símbolo

arquivo pessoal



arquivo pessoal





da magistratura, o martelo. Outro dia, um colega mais perspicaz disse: 'Você devia afastar um do outro, pois estão desproporcionais. O bonequinho é menor que o martelo'. Não, disse-lhe. A arrumação é proposital, serve para nunca me esquecer de que importante é o cargo que ocupo e não minha pessoa. Um dia, deixarei o cargo, mas ele vai continuar e será ocupado por outro. De modo que quem tem poder não sou eu, é o cargo. Hoje, cabe-me 'bater o martelo'. Mas, amanhã, outro magistrado o fará da mesma forma, ou até melhor. Então, importante é o martelo!". *Parei alguns segundos refletindo sobre a simplicidade da lição e o quanto ela estava tão bem representada naquela prateleira.*

Fernando Ferreira assume que o maior desafio de sua vida profissional foi a troca da beca pela toga. "Eu entendo que o instituto do Quinto Constitucional impõe esse desafio, a passagem do advogado ou do representante do Ministério Público para o 'outro lado do balcão'. Não é simples,

como se possa imaginar numa reflexão ligeira. Primeiro, é tratar de assimilar a realidade circunstante de que prestar jurisdição é, sempre e sempre, trabalhar sob pressão, que é múltipla ou multifacetada a começar pela pressão interna oriunda de sua própria consciência. Ao depois, e isto para focar apenas uns poucos aspectos, é tratar de não se apaixonar por nenhuma das teses contrapostas no processo e, sim, pela solução do processo segundo a tese que nele deva prevalecer. Afinal, é tratar de se expressar com clareza e objetividade, sem manifestações de erudição pedante, buscando, sem procurar convencer ninguém daquilo de que se está convencido, tão somente dizer o porquê assim se convenceu. Porque quem tem que procurar convencer alguém da procedência da tese que defende é o representante processual da parte. Tudo isso impõe àquele magistrado oriundo da advocacia uma reciclagem muito forte, de modo que, como intérprete-aplicador da norma, ele não atue como atuava em defesa

Fernando Ferreira: “Gostaria que me vissem como uma pessoa que nunca deixou de ter curiosidade intelectual. Não me conformo em não estar em constante aprendizado. E também gostaria que me vissem como um homem que respeita a opinião alheia. Posso divergir também, mas respeito. Só não respeito à falta de ética e de boa-fé”

do direito de seu cliente. Apaixonar-se, sim, e sempre, pela serena, boa e, na medida do possível, célere prestação jurisdicional. Resumindo: sua visão não mais pode partir de um plano unilateral, mas de um plano elevado e neutro, imaculado quanto a pressões unilaterais ou premissas não republicanas. Conseguir isso não é fácil”. Fernando admite que durante os primeiros meses após sua posse como desembargador, em abril de 2002, teve dúvidas se estaria apetrechado para exercer a função, se conseguiria submeter-se com êxito a essa reciclagem. “Hoje, não tenho a mínima dúvida de que gosto muito do que faço. Sou um apaixonado pela magistratura. Posso até lhe adiantar: quando me aposentar – espero que pela compulsória –, dificilmente terei ânimo para enfrentar o caminho de volta, uma nova reciclagem para tornar a ser advogado”.

O amor do desembargador pela judicatura, e mais especificamente pelo contato cotidiano com os processos, foi o que o levou a aceitar o desafio de integrar a atual mesa diretora do TJPE, no cargo de vice-presidente. Note-se que esse é o único dos cargos diretivos do Tribunal que lhe permite de alguma forma fazer o que tanto gosta, ou seja, lidar com processos judiciais. No TJPE, é atribuição do vice-presidente a análise primária da admissibilidade dos recursos excepcionais. Isso significa que é pelas mãos de Fernando Ferreira que passam todos os recursos que, possivelmente, subirão para solução de mérito na chamada instância especial, o Superior Tribunal de Justiça ou o Supremo Tribunal Federal. “Entenda que é, de toda sorte, uma atividade ligada ao manuseio dos autos. Por isso me seduziu. Por falta de pendor e, conseqüentemente, de possibilidade de realização funcional, não tenho pretensão à Presidência da Casa. Corregedoria, então, nem pensar”. Isso tudo, conforme Fernando enfatiza, está aliado ao fato da grande amizade que tem com o presidente do TJPE, Jovaldo Nunes, e com o corregedor geral Frederico Neves. “Eventualmente, não fossem eles meus companheiros na mesa diretiva, teria relutado em aceitar esse

desafio. Proporciona-me a sensação da confiança recíproca, fundamental para a harmonia entre os dirigentes da instituição”.

Um único aspecto, porém, faz com que Fernando não se sinta perfeitamente confortável no exercício do cargo: é o fato de não conseguir dar conta da avalanche de recursos excepcionais da forma como gostaria, ou seja, pela análise pessoal e direta dos autos de cada processo. Afinal, é humanamente impossível sequer ler os mais de 600 processos que em média entram mensalmente em seu gabinete. É por isso que ele conta tanto com a equipe que conseguiu formar com muito carinho. “Eu dependo diretamente do retorno da confiança que deposito nos membros dessa equipe”, atesta.

Ao questioná-lo sobre que conselho daria a um estudante que estivesse decidindo pela carreira jurídica neste momento, independentemente dos objetivos que estivessem direcionando essa opção, Fernando Ferreira foi preciso: “Primeiro: se apaixone pela causa. Segundo: nunca abandone a ética. Nunca. Seja ético acima de tudo. Porque a vinculação do jovem advogado à ética o fará sempre atuar de acordo com a boa-fé. Terceiro conselho: leia muito. Leia sobre tudo que chegar às suas mãos em matéria jurídica. Esteja sempre informado. Acompanhe a tendência das decisões dos tribunais, que formam as chamadas jurisprudências. Se atuar apaixonado pela causa, for ético e buscar atualizar-se sobre a jurisprudência relativa ao tema que subsidia sua atuação profissional, estará fadado ao sucesso”.

Sua dedicação profissional e sua humildade mais uma vez se manifestam quando lhe pergunto pelo que ele gostaria de ser lembrado, no âmbito profissional: “Gostaria que me vissem como uma pessoa que nunca deixou de ter curiosidade intelectual. Não me conformo em não estar em constante aprendizado. E também gostaria que me vissem como um homem que respeita a opinião alheia. Posso divergir, mas respeito. Só não respeito à falta de ética e de boa-fé”. •





Frederico Neves: mais do que um humanista, um humano no Direito

Do sonho de ser jogador de futebol à Corregedoria do TJPE, um pouco da história de um magistrado que vai além do óbvio e do objetivo

Rafael Cavalcanti

Devido ao ritmo de trabalho, a forma como encara, seriamente, o seu labor diário, Frederico Ricardo de Almeida Neves, corregedor geral da Justiça do Estado de Pernambuco, é um homem de agenda apertada. São reuniões, metas, responsabilidades e mais um tanto de coisas difíceis de contabilizar para quem não faz ideia das inúmeras atribuições que o seu cargo lhe traz. Orientar, fiscalizar e punir quando necessário já não são tarefas fáceis por si mesmas, mas se tratando da Justiça, de agir nesse sentido dentro do órgão que já é o responsável por isso perante a

sociedade, se torna algo ainda mais complexo.

Na conversa agradável com Frederico Neves, na fala articulada de quem leciona há quase 25 anos, quando ele descreve a forma e as possibilidades de se atuar efetivamente como magistrado, como juiz em Pernambuco, ele parece descrever as qualidades necessárias para um bom corregedor. Tornando, assim, fácil para qualquer um entender o motivo de ele estar ali, ocupando o lugar que ocupa. “Não se pode viver todo o tempo a reclamar da escassez de servidores e das condições ma-

teriais para atender a avalanche de processos que chega para julgamento. É preciso sim ter consciência das dificuldades, buscando superá-las, mas sem se deixar esmorecer, para não prejudicar o andamento dos feitos. Uma gestão eficiente de processos e de pessoas contribui significativamente para a superação de muitos problemas, permitindo que o Judiciário cumpra a sua missão, apesar das deficiências existentes. Gosto muito desta construção: “fazer o mais com o menos”, afirma o corregedor, com uma fé nítida nas palavras transbordando nos olhos.



Frederico Neves na cerimônia de casamento com Márcia, sua namorada da adolescência

Fé esta que herdou da família, junto com a humildade, fé em Deus e nas pessoas. Segundo dos quatro filhos (a mais velha, Sílvia Maria, a terceira irmã, que é Flávia, e o irmão mais novo, que é Luiz Antônio) de Lucínio de Souza Neves, um administrador de empresas que trabalhou quase toda a vida na Rede Ferroviária Federal S/A, e de Maria José Monteiro de Almeida Neves, que cuidava da casa e dos filhos, ele aprendeu desde cedo a preservar o respeito e a consideração pelas pessoas. O desembargador lembra saudoso com a convicção inabalada: “Os meus pais me ensinaram a ser um homem voltado para o bem; posso dizer que tive uma infância muito feliz, sem riquezas materiais, mas com muito valor espiritual. O respeito, a solidariedade e a gratidão foram os principais ensinamentos deixados por eles”.

Talvez por isso, e segundo Frederico, com certeza por isso tudo, ele seja um juiz humanista. Ele não consegue separar quem é, o que acredita, sua educação e formação, da forma de encarar e pensar o fazer jurídico. “Acho que a forma com a qual enxergo o Direito é um reflexo da educação que recebi, é uma decorrência das coisas que meus pais me ensinaram. Na minha maneira de ver, o bom juiz, ao julgar, não pode considerar apenas o aspecto jurídico da questão. Deve, também, voltar os seus olhos para as questões sociológicas, filosóficas e humanísticas que envolvem a causa submetida a julgamento. A orientação que recebi foi a de sempre olhar com especial atenção para as pessoas mais humildes, menos favorecidas, procurando respeitar e ser solidário com essas pessoas. Acho que tudo começou dentro da minha casa, uma casa simples, humilde, mas onde sempre existiu muito amor, respeito e compreensão”, reconhece ele, quase desenhando na mente a casa e as histórias dos tempos passados.

Depois de estudar na Escola Experimental Governador Barbosa Lima Sobrinho, onde fez o primário, e passar pelo Colégio Americano Batista durante o ginásio, foi no curso clássi-

Como orador da turma na formatura em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica de Pernambuco



arquivo pessoal

co que começou a perceber a importância do direito na vida das pessoas. Na época existiam o curso científico e o curso clássico e as opções eram feitas de acordo com as expectativas profissionais das pessoas. Era como se fosse o nível médio, a preparação para o vestibular; o curso clássico era mais voltado para as ciências sociais. Lá, Frederico Neves visualizou e internalizou o direito como “algo umbilical e visceralmente ligado a Deus”. Hoje ele se considera um juiz naturalista, que acredita no direito objetivo como algo que provém do direito natural, essa foi sua guia de pensamento desde sua graduação como bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica de Pernambuco.

Por tratar de histórias dos tempos passados, não se pode deixar de destacar o sonho de infância de Frederico Neves. Quando jovem, como tantos brasileiros, ele queria ser jogador de futebol. Meia-esquerda, fazendo a ligação entre o meio-campo e o ataque, o jovem habilidoso e de chute firme passou por times de colégio, destacando o Colégio Americano Batista, e ambicionou entrar nos gramados profissionalmente. Entre lembranças, ele afirma ter sido um período curto, de meninice, que acabou assim que conheceu Márcia, sua esposa. “Conheci a minha esposa com 18 anos de idade, e a partir daí me dediquei, me dediquei com toda vontade nos estudos para poder conseguir uma condição financeira que me permitisse constituir uma família com ela. Foi aí que abandonei aquela ideia primeira de me tornar um jogador profissional de futebol. Continuei jogando as minhas peladas, coisa que hoje já nem faço

mais porque as condições físicas não permitem”, diz entre risos o corregedor meio-campista. Segundo Frederico Neves, quem poderia ter sido jogador e só não foi porque não quis foi o hoje desembargador do TJPE Agenor Ferreira Lima. “Eu nunca vi um jogador de futebol amador como Agenor Ferreira Lima, o cara joga demais! E é tão bom jogando quanto julgando”, afirmou.

Fica claro na voz e no olhar dele que trocar a carreira de jogador pelos estudos jurídicos e pela construção da família junto a Márcia foi uma das melhores coisas que fez na vida. Foi na praia do Janga, em 1973, onde sua família alugara uma pequena casa de veraneio, que Frederico conheceu a esposa, então com 13 anos de idade – ele já no alto dos seus 18. Começaram a namorar de pronto. Filha de um médico de muito prestígio à época, o cirurgião Júlio Carlos Porto Carreiro Júnior, de quem ele se tornou grande amigo, Márcia está casada com Frederico até hoje e dessa relação nasceram três filhos: Rodrigo, Mariana e Eduardo.

Ele deu muita liberdade de escolha aos filhos, mas parece que a paixão pelo mundo jurídico transbordou a xícara e chegou com força nos herdeiros: cada um da sua forma, os três filhos enveredaram ou se relacionaram com a área jurídica. Mariana e Eduardo se formaram em Direito, ela passou no concurso para técnico judiciário e depois para analista do TJPE. Já Eduardo fez Direito, mas focou na Filosofia do Direito, pensando ingressar no magistério, ser professor e, também, fazer concurso público. Rodrigo fez Jornalismo, até começou o curso de Direito, mas trancou para

estudar Sociologia na vertente das Ciências Políticas em Bolonha, na Itália. Morou cinco anos por lá e agora foi admitido no mestrado na Universidade de New Castle, Inglaterra, onde está vivendo atualmente. Independente da área, Frederico Neves se mostra muito feliz por enxergar os filhos no caminho da realização.

Realização que na sua vida profissional sempre teve a ver com a efetividade e maior celeridade da Justiça como instrumento de pacificação social, desde quando começou a advogar, um período curto, pois entrou cedo para a magistratura, mas fundamental na sua formação jurídica e pessoal. “Foi uma experiência muito boa que eu tive como advogado, por um período relativamente curto, mas muito rico e frutuoso de aprendizagem. Tive oportunidade de trabalhar com o hoje desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, amizade de família, e com ele aprendi muito, na teoria e na prática”, lembra Frederico Neves.

Em junho de 1985, veio o ingresso na magistratura estadual, aos 30 anos de idade, ao assumir o cargo de juiz substituto da Comarca de Santa Maria da Boa Vista, localizada no alto Sertão do São Francisco, e no ano seguinte, deslocado para a Comarca de Lagoa dos Gatos, Agreste de Pernambuco. Ele lembra e reflete sobre aquele tempo: “Foi um momento muito positivo na minha vida, o início da minha carreira, apesar de todas as dificuldades, materiais e humanas, que encontrei para o cumprimento de tão importante missão de julgar. Aprendi que, muitas vezes, um processo simples, sem complexidade, de pouco volume, pode representar tudo na vida das pessoas envolvidas. Isso exige do juiz uma responsabilidade acrescida porque ele decide sobre os bens mais valiosos da vida dos interessados. Um pequeno lote de terra no Vale do São Francisco, que pode não valer nada para muitos, é a vida de um pequeno agricultor. Um dia tornei sem efeito, em processo de execução movido pelo Banco do Brasil, uma penhora que recaiu sobre

motor bomba, porque entendi que o bem objeto da constrição era indispensável ao exercício das atividades do pequeno agricultor executado”. Foi promovido em 1988 para o cargo de juiz substituto de segunda entrância, atuando nas comarcas de Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Paulista e Olinda. Em 1990, pelo critério de merecimento, foi promovido para o Recife, onde foi juiz auxiliar na 3ª Vara Cível, e, posteriormente, titular da 16ª Vara Cível.

Paralela à atividade jurisdicional, desde 1988, ele é professor da Universidade Católica de Pernambuco, onde é um dos responsáveis pela disciplina de Direito Processual Civil. Ao ofício de professor confere parte importante de sua construção como juiz e cidadão. “A experiência do magistério é fundamental para o profissional de qualquer atividade, exata e precisamente, porque a partir do momento em que o profissional se propõe a lecionar, ele assume o compromisso de se apetrechar, de se preparar, para transmitir os seus conhecimentos para os alunos, para aqueles que irão sair da Universidade e desenvolver a sua atividade profissional. É uma experiência extraordinária, a vivência do dia a dia, com os alunos, é algo que permite um crescimento muito grande, na medida em que ele se atualiza e aprende também com os alunos; o professor que tem alguma boa dose de humildade aprende sim com os alunos muitas vezes”, diz num tom de leveza e alegria, de quem conserva desde sempre esse pensamento.

Além disso, ainda na área acadêmica realizou um curso de aperfeiçoamento conducente ao mestrado, a convite da Universidade Clássica de Lisboa, de 1997 a 1999, período que morou com toda família em Lisboa, e depois foi conduzido ao mestrado em Ciências Jurídicas, defendendo provas públicas com êxito em 2001 na mesma universidade. Das lembranças que guarda dos aprendizados, sobram lições, histórias e nomes de grandes mestres. “Lá tive a oportunidade de estudar com professores do mais alto gabarito intelectual, como por exemplo, Menezes Cordeiro, José

Durante a assinatura do termo de posse como juiz no TJPE



de Oliveira Ascensão, Pedro Pais Vasconcelos, Miguel Teixeira de Sousa, todos, nomes expressivos no cenário jurídico internacional, que souberam transmitir suas lições, em ordem a contribuir para que eu me tornasse um homem mais bem preparado naquilo que faço, na profissão que exerço, sem a menor sombra de dúvida”, fala com a certeza nos gestos que transpassam as palavras.

Mas algumas experiências foram marcantes pela angústia, como no dia que um de seus professores, o professor Oliveira Ascensão, listou um conjunto de obras jurídicas em alemão – língua na qual Frederico era completamente leigo – avisando que quem soubesse o idioma teria certas facilidades de acesso ao conteúdo, pois para aqueles volumes não existiam edições traduzidas em língua portuguesa. A preocupação alcançou o pavor na aula seguinte, quando um aluno português chegou com um livro no original alemão mostrando ao professor, que indicou que ele passasse o livro para os demais alunos olharem. Quando chegou em Frederico Neves, ele disse: “Professor, eu não tenho o que dizer, pois não sei alemão”. Nessa hora ele pensou que perderia alguma coisa durante o mestrado e foi para casa muito preocupado com isso. “Mas nas obras de autores alemães traduzidas para o espanhol acabei suprindo em alguma boa medida essa minha deficiência. E há uma peculiaridade nisso, como eu não falava alemão, e hoje continuo não falando, estimei meu filho mais novo a aprender alemão para que ele não venha a enfrentar situação de desconforto do

tipo. Meu filho estudou durante dois anos e meio a língua alemã aqui no Recife e foi para a Alemanha, mais precisamente para Heidelberg, a fim de continuar os estudos. Hoje, é fluente no idioma alemão, para o meu particular orgulho. Ele lavou minha alma falando alemão”, conta de forma bem humorada.

No contexto geral, ele define a experiência de morar em Lisboa durante esses dois anos: “A nossa ida para Portugal foi uma das experiências mais ricas das nossas vidas. Crescemos (eu, a minha esposa e os nossos filhos), profissional e espiritualmente. As dificuldades naturais com a adaptação, com o frio, com o relacionamento inicial com os portugueses, tudo isso nos fez amadurecer mais. Os meninos indo para a escola, eu com os meus compromissos na faculdade, e a minha esposa realizando um curso de italiano, são situações inesquecíveis do dia a dia, que nos trouxeram mais experiência de vida, esta adquirida a partir das dificuldades superadas”.

Pelo Recife, Frederico sente um carinho especial: é a própria casa. Os pais nasceram e cresceram na cidade, ele da mesma forma, se formou por essas terras, com as peculiaridades do povo, como ele mesmo define: “A minha personalidade está marcada indelevelmente pelas particularidades da minha terra: a praia, a cultura do povo pernambucano, uma cultura de uma gente que tem muito a dizer, a ensinar, de um povo sofrido, mas ao mesmo tempo destemido, trabalhador e vitorioso. O frevo, o caboclinho, o maracatu, as quadrilhas juninas, a poesia sertane-



Assis Lima

“

Sinto-me em paz quando vou dormir. Sou uma pessoa feliz. Quem tem paz interior torna mais amena a missão confiada por mais difícil que ela seja

”



ja, as carrancas do São Francisco, Capiba, Nelson Ferreira, Francisco Brenand, Manoel Bandeira, Gilberto Freire são algumas das incontáveis riquezas pernambucanas”. No campo das artes, Frederico Neves destaca o seu atual interesse pelas obras impressionistas, com destaque para as de Claude Monet (Impressão do Sol Nascente) e Renoir (La Promenade), e revela que, ultimamente, tem assistido com frequência aos DVD’s de concertos do violinista André Rieu. Afirma que desde que começou a atuar como magistrado tem tido pouco tempo para o lazer. No entanto, procura se divertir, tendo predileção por leituras que trazem ensinamentos de vida. Ele está lendo no momento o livro “O Pequeno Tratado das Grandes Virtudes”, de André Comte-Sponville, e vai, sempre que pode, ao cinema e à praia, assumindo que, com a Corregedoria, ficou mais difícil curtir essas programações. Um filme que o marcou profundamente foi o premiado “Doze Homens e Uma Sentença” (1957), estrelado por Henry Fonda, pela complexidade e questionamentos abordados na narrativa.

Em maio de 2002, novamente por merecimento, foi promovido para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Ocupou os cargos de diretor do Centro de Estudos Judiciários do TJPE em duas gestões e de diretor-presidente da Escola Superior da Magistratura (Esmape), no biênio 2008/2009. Presidiu a Comissão da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), constituída para colaborar na elaboração do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. Paralelamente ao exercício da função judicante exerceu as seguintes atividades: orientador forense na Corregedoria Geral da Justiça (1996/1997); supervisor da Esmape em duas gestões; juiz substituto de desembargador; e secretário geral da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco.

Como diretor da Esmape, Frederico investiu na formação do magistrado como pilar da prestação jurisdicional. Segundo ele: “O juiz deve estar cada vez mais prepara-

do, intelectual e moralmente, para o atendimento, de forma satisfatória, dos anseios dos cidadãos, sendo capaz de garantir, com larga margem de segurança, uma solução mais pronta e expedita dos problemas submetidos à sua apreciação”. Além disso, na sua gestão, foi implantado no segundo semestre de 2009, o Programa de Aperfeiçoamento de Servidores, com o oferecimento de 704 vagas nas 16 turmas ministradas, representando o nascimento da Escola Judicial. Também implantou o Programa de Atualização Continuada para os Magistrados Pernambucanos, tendo a Esmape obtido o primeiro lugar no Brasil em número de cursos ministrados. No entanto, para ele, “a maior obra é mesmo a consolidação da Esmape como centro de educação de excelência, com um conjunto de serviços de alta qualidade prestados à sociedade pernambucana e ao Brasil”.

São muitas atribuições, obrigações e situações no cotidiano que não permitem contar com a apresentação desse personagem, da sua história, da sua complexidade. Colocando-me pela primeira vez nesse texto, vou inserindo minhas impressões de um mero organizador das histórias de Frederico Ricardo de Almeida Neves na confortável sala da Corregedoria, observando a decoração permeada por quadros pintados por Francisco Brennand numa série especial sobre a Justiça. Observo Frederico Neves, o ser humano Frederico, repetindo no final de uma frase, quase como um mantra, sussurrando em tom firme: “Sinto-me em paz quando vou dormir. Sou uma pessoa feliz. Quem tem paz interior torna mais amena a missão confiada, por mais difícil que ela seja. Agradeço a Deus todos os dias, por tudo que me acontece na vida”.

Na hora, pela verdade da frase, pela calma e serenidade, só me vieram na mente as palavras do escritor moçambicano Mia Couto, que ainda ecoam na cabeça: O que é vital é dito em sussuro. •

TJPE impulsiona o crescimento do Judiciário em Pernambuco

Tribunal acompanha o desenvolvimento estadual e molda as unidades e serviços jurisdicionais para garantir os direitos do cidadão

Devanyse Mendes

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pernambuco tem 185 municípios e está entre os sete Estados mais populosos do Brasil. Tanto a Capital quanto as cidades interioranas seguem em desenvolvimento devido à construção de grandes empreendimentos, como indústrias e a Arena da Copa. Para dar celeridade aos processos que tramitam no Judiciário e acompanhar o crescimento do Estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) instalou varas, ampliou fóruns e criou núcleos de atendimento jurídico à população.

Muitas obras já foram entregues, outras estão em fase de finalização e as máquinas da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do TJPE – órgão responsável pela expansão estrutural do Judiciário de Pernambuco – seguem a todo vapor. A diretora da DEA, Maria José Marinho Batista, afirma que o diferencial da gestão do desembargador Jovaldo Nunes junto ao TJPE perante as ampliações do Judiciário é a preocupação com a qualidade dos serviços prestados. “Nesta gestão, estão sendo privilegiadas as reformas e construções para ampliar o Judiciário, promover uma melhor prestação jurisdicional e fazer com que o Tribunal tenha condições de atender mais pessoas”, afirma.

A obra inicial, entregue no primeiro semestre da gestão do presidente do TJPE, Jovaldo Nunes, foi a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Timbaúba. As ações de resolução de conflitos contribuem para o firmamento de acordos, impedindo que as partes cheguem às últimas instâncias nos tribunais. Essas atividades garantem a diminuição de processos nas varas e aperfeiçoam o trabalho judiciário nas

comarcas. O município tem cerca de 70 mil habitantes e gera 200 processos por mês. Os juízes da 2ª Entrância José Gilberto de Sousa e Luiz Arthur Guedes Marques estão respondendo pela Câmara de Conciliação da Cidade em parceria com a Faculdade de Ciências de Timbaúba.

Comarcas do Interior do Estado se expandem

A construção de fóruns nas comarcas do interior e da Região Metropolitana do Recife também foi impulsionada este ano. Segundo a DEA, as ampliações que movimentaram o setor de Engenharia e Arquitetura este ano foram as construções dos fóruns de Palmares, Afogados da Ingazeira, Santa Cruz do Capibaribe, Jaboatão dos Guararapes, Taquaritinga do Norte e Pesqueira. Muitas dessas obras foram inauguradas e seguem em processo de instalação – que requer planejamento da direção de Engenharia para acomodar e dar conforto ao público das comarcas.

A criação de varas e núcleos nas comarcas do interior do Estado também é uma realidade que mostra a preocupação do TJPE com Pernambuco. Os municípios interioranos estão crescendo em um ritmo acelerado. O levantamento divulgado pelo IBGE, em julho de 2011, mostra que a população que antes migrava para a Capital e para outros Estados brasileiros, como São Paulo, descobriu meios para desenvolver as cidades e atrair novos moradores.

O cenário também revela que, paralelo a este quadro, o Sudeste passou a ser emissor de migrantes para Pernambuco. Estes vêm em busca das oportunidades de trabalho que surgi-

Jovaldo Nunes: “Nesta gestão, estão sendo privilegiadas as reformas e construções para ampliar o Judiciário, promover uma melhor prestação jurisdicional e fazer com que o Tribunal tenha condições de atender mais pessoas”



ram com as obras do Porto de Suape e da Refinaria de Petróleo do município de Abreu e Lima. A nova conjuntura social contribuiu para a implantação de novas unidades jurisdicionais, promovendo maior agilidade na resolução de processos das comarcas do interior.

Petrolina é a cidade que tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) e a segunda maior população do Estado. Em maio deste ano, a Comarca do Sertão do São Francisco e do Pajeú ganhou sua primeira Vara do Tribunal do Júri. A unidade tem competência para julgar processos criminais como aborto, infanticídio e homicídio. O juiz da 1ª Vara Criminal de Petrolina, Edilson Rodrigues Moura, responde cumulativamente pela unidade. Segundo o magistrado, mesmo sem ter um juiz titular na Vara do Júri, a implantação da unidade promoveu uma melhoria na qualidade da prestação do serviço.

“Antes, a Comarca contava com uma secretaria para cuidar dos processos da Vara Cível e de crimes contra a vida. Com a instalação da Vara do Júri, temos uma secretaria específica para cuidar desses processos. Isso melhorou bastante o serviço, desafiando os trabalhos burocráticos, como os que envolvem documentação das partes”, explica. O juiz completa afirmando que “a secretaria, aliada a um magistrado titular, vai fazer com que todos os processos da Vara do Júri tenham continuidade e os moradores de Petrolina vão contar com a eficiência do Poder Judiciário”.

As comarcas de Sertânia e Arcoverde também receberam novas unidades jurisdicionais. As novas varas foram instaladas no mês de setembro de 2012. Em Arcoverde, foi implantada a Vara Regional da Infância e Juventude,



Na cidade de Moreno foi implantada, em novembro, uma Vara Criminal



A inauguração da Vara Regional da Infância e Juventude, no município de Arcoverde, no mês de setembro

que ficou sob a coordenação do juiz Draulteriani Melo Pantaleão. Já a juíza Ana Marques Veras, está responsável pela 2ª Vara da Comarca de Sertânia.

Investimento jurisdicional na RMR

As expansões do TJPE também ocorreram na Capital e nas cidades da Região Metropolitana. Em Olinda, foram inauguradas uma Central de Cartas de Ordem Precatória e Rogatória e os 2º e 3º Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo. Os moradores de Jaboatão dos Guararapes e áreas circunvizinhas à Comarca receberam a 6ª Vara Cível e já se preparam para a inauguração do novo Fórum da Cidade. E, no Recife, o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano ganhou um posto de atendimento da Ouvidoria. Com este novo setor, qualquer pessoa pode encaminhar suas solicitações, queixas e dúvidas sobre o Judiciário e aguardar a resposta do questionamento. A cidade de Moreno também está entre as comarcas em expansão e os moradores já podem contar com a nova Vara Criminal do município.

A unidade jurisdicional de Moreno foi inaugurada no dia 14 de novembro e está funcionando no Fórum Desembargador Agamenon Duarte Lima. A Vara conta com uma equipe de sete servidores e já tem um acervo de aproximadamente 2.200 processos judiciais. A juíza Ana Carolina Avellar responde pela 1ª Vara Cível, e, agora, é responsável cumulativamente pela Vara Criminal.

A nova Central de Cartas de Ordem Precatória e Rogatória, na Comarca de Olinda, está sob a responsabilidade da juíza Célia Gomes Moraes e analisa os atos praticados fora da comarca do juízo. Essas ações, portanto, devem ser comunicadas através de carta, que pode ser precatória – quando o juiz deprecante é aquele que expede a carta e o juiz deprecado é aquele que cumpre a carta – de ordem – quando o juiz de hierarquia superior expede a carta para que outro de hierarquia inferior pratique o ato necessário; ou rogatória – são atos realizados em juízos de países diferentes.

O chefe da Central de Cartas Precatórias de Olinda, João Gomes

Lopes, explicou que a instalação da unidade deu celeridade às diligências e desafogou o trabalho das varas, que antes administravam as cartas. “Antes da Central, as cartas demoravam de quatro a cinco meses para serem analisadas e enviadas, agora levamos cerca de dois a três dias para fazer esse trabalho”, completa.

A cidade de Jaboatão dos Guararapes possui uma área de 256 km² e abriga cerca de 650 mil habitantes, contabilizados pelo IBGE em 2011. A Comarca ganhou a 6ª Vara Cível, no mês de junho. A população da cidade também vai receber, no mês de dezembro, as instalações do novo Fórum. O prédio está com 70% das obras concluídas e está em fase de acabamento. No total, a unidade judiciária terá 20 varas, sendo quatro de Família, três Criminais, dois do Tribunal do Júri, três da Fazenda Pública, seis Cíveis, uma da Infância e Juventude e uma de Sucessões, além de espaço para a instalação de mais seis varas para futuras expansões.

Na área de 12.443,58 m², também serão instaladas uma Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem; um auditório para casamentos; um salão do júri; um estacionamento coberto com 35 vagas; e um estacionamento externo com 234 vagas. O novo Fórum fica localizado no km 115, da BR-101 Sul, em Prazeres. O administrador do Fórum, Ubirassu Soares, afirmou que o espaço terá uma divisão melhor e poderá atender mais pessoas. “Este é um empreendimento de grande porte do TJPE”, completa.

O Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, no Recife, também teve suas ampliações, entre elas está a implantação do posto de atendimento da Ouvidoria, inaugurado em junho. Com esta unidade, qualquer pessoa pode encaminhar sua solicitação, queixa ou dúvida sobre o Judiciário e aguardar a resposta dos seus questionamentos. Para divulgar o novo serviço, a Assessoria de Comunicação do TJPE, em parceria com a Ouvidoria e a Diretoria do Foro da Capital, promoveu uma campanha para incentivar a participação do público no posto de atendimento. A mobilização contou

PROJEÇÕES DOS PRÉDIOS:

Fórum do Cabo de Santo Agostinho

Área - 12.613,44 m²

Estrutura- 24 varas, uma Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem, e cinco juizados

Fórum de Vitória de Santo Antão

Área - 9.535,56 m²

Estrutura- 14 varas, uma Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem, e três juizados

Fórum de Arcoverde:

Área - 8.129 m²

Estrutura- Dez varas, uma Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem e um juizado



com a transmissão de mensagens sobre a Ouvidoria através dos canais de comunicação do Fórum e banners afixados nos pavimentos do prédio. O setor funciona de segunda a sexta-feira, entre 9h e 18h, no térreo do Rodolfo Aureliano.

Desenvolvimento garantido em 2013

O segundo ano da gestão do desembargador Jovaldo Nunes promete grandes obras. As novas unidades judiciárias trarão modernidade, conforto e contemplarão comarcas do interior e da Região Metropolitana do Recife. Os empreendimentos aprovados para 2013 incluem a construção de novos fóruns nas comarcas de Cabo de Santo Agostinho, Vitória de Santo Antão, Bezerros, Arcoverde, Quipapá, Panelas e Brejão. O TJPE também dará início ao levantamento de dois galpões na área do novo Fórum de Jaboatão, onde funcionarão o almoxarifado e o setor patrimonial do Poder Judiciário pernambucano.

O antigo galpão do almoxarifado do Tribunal de Justiça de Pernambuco ficava localizado na rodovia PE-15, em Olinda. O prédio tinha 6 mil m² e foi assolado por um incêndio no dia 21 de setembro de 2011. No momento do acidente, apenas um servidor estava no local e não sofreu nenhum ferimento. O fogo destruiu materiais de escritório e equipamentos eletrônicos que abasteceriam as comarcas da Região Metropolitana e do interior do Estado.

A arquiteta da Diretoria de Engenharia e Arquitetura do TJPE, Renata Coutinho, explicou que o espaço do novo Fórum de Jaboatão, onde será construído o almoxarifado, será bem aproveitado. “O antigo galpão era alugado, o novo será construído numa área própria e isso vai diminuir os custos do Tribunal, além de promover uma ocupação planejada do terreno”, comenta.

Na Comarca de Paulista, as ampliações contam com a contribuição do Poder Executivo Municipal. O terreno para a construção do Fórum de Paulista foi doado pela Prefeitura do município e tem cerca de 8 mil m². O espaço da unidade judiciária, que fica

localizado no Bairro do Nobre, teve a doação validada através da Lei Municipal 4.267/2012, assinada pelo prefeito Yves Ribeiro, durante uma solenidade realizada no dia 14 de novembro. As obras para a construção do Fórum serão iniciadas no primeiro semestre do próximo ano.

As três maiores obras previstas no Estado serão levantadas em Vitória de Santo Antão, Arcoverde e Cabo de Santo Agostinho. O Fórum de Vitória será construído numa área de 9.535,56 m² e terá quatro pavimentos. O prédio abrigará 14 varas, uma Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem, e três juizados.

Em Arcoverde, as instalações do Fórum serão levantadas em 8.129 m² de terra. Com um pavimento térreo e três andares, a obra terá dez varas, uma Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem, e um Juizado.

Já o Fórum de Cabo de Santo Agostinho vai ter sete pavimentos, onde serão instaladas 24 varas, uma Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem, e cinco juizados. O canteiro de obras do Cabo é o maior de todos, com uma área de 12.613,44 m². O município conta hoje com uma população de aproximadamente 180 mil habitantes, que poderão buscar atendimento do Judiciário, além das populações circunvizinhas - atendidas pela Comarca. •



Em defesa de uma causa

Referência no País na área da Infância e Juventude, o desembargador Luiz Calos Figueirêdo revela um pouco de si e da sua trajetória de luta por uma realidade mais justa para crianças e adolescentes

Ivone Veloso

Ao caminhar para o gabinete do desembargador Luiz Carlos Figueirêdo com o objetivo de entrevistá-lo, na manhã de uma quinta-feira do mês de outubro, comecei a recordar de tudo o que já havia ouvido falar sobre ele. Entre os comentários mais frequentes, que delineavam um pouco da personalidade deste homem para mim, estavam a autenticidade, a transparência de ideias, a coragem de falar exatamente aquilo que pensa, o idealismo, a paixão com que defende uma causa e a determinação presente ao lutar por cada uma delas. As impressões foram se confirmando ao longo da conversa em cada resposta direta e convicta, no brilho no olhar ao falar do seu trabalho como magistrado e coordenador da Infância e Juventude do Estado, mas além disso me revelaram também um homem apaixonado pela família, sentimental, que gosta de ouvir música romântica, especialmente as do cantor Roberto Carlos, que sente prazer nas coisas mais simples do cotidiano como ir a uma feira e conversar com as pessoas do local ou colher frutas das árvores quando vai para Gravatá, seu refúgio. Saí do gabinete com a sensação de que simplicidade seja talvez a maior característica da personalidade de

Luiz Carlos Figueirêdo, apesar de tantas conquistas na vida pessoal e profissional.

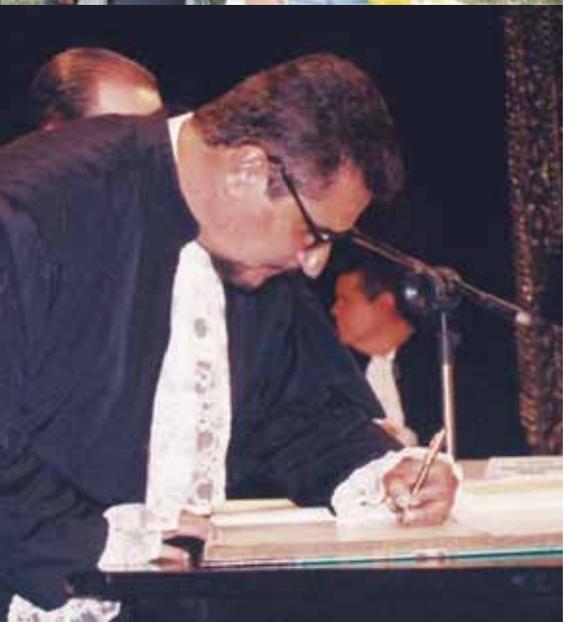
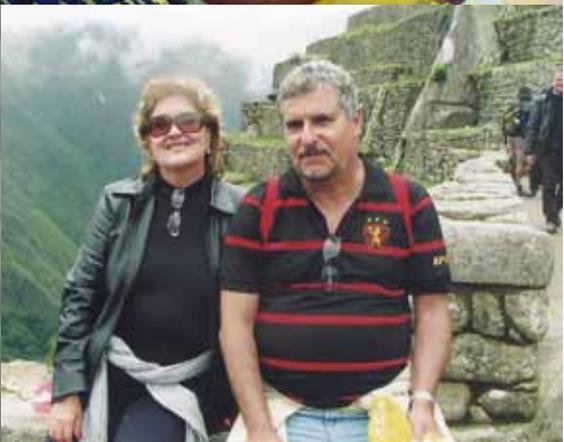
Quem vê a paixão de Luiz Carlos hoje pelo trabalho que exerce não imagina que antes de passar num concurso de juiz, em 1982, ele nunca havia cogitado ser magistrado. Formado em Direito e prestando assistência técnica na área jurídica, na Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Fidem), ele já era um profissional reconhecido na sua área, e recebia uma remuneração maior do que a paga a um juiz, na época. Mas um “empurrãozinho” do pai, o juiz Armando de Barros Figueirêdo, mudou o curso da sua história. Acreditando que o filho tinha vocação para a magistratura, Armando convenceu a esposa de Luiz Carlos, a psicóloga Tereza Figueirêdo, a inscrevê-lo num concurso de juiz, através de uma procuração. No período da inscrição, Luiz Carlos fazia um curso de pós-graduação no Estado do Rio de Janeiro e havia deixado uma procuração com amplos poderes para a esposa resolver o que fosse necessário em seu nome. “Meu pai insistiu para eu fazer o concurso e Tereza sucumbiu à pressão ‘discreta’ do meu pai. Em resumo foi isso o que aconteceu”, descreve sorrindo.

Aprovado no concurso, após uma semana como juiz na Comarca de Cachoeirinha, Luiz Carlos afirma que já tinha certeza de que estava na carreira certa. A convicção da escolha profissional era o que o impulsionava diante de um cenário de condições adversas. O município não tinha fórum. A Vara da Comarca funcionava dentro de um cartório abafado, que era “refrigerado” com um ventilador barulhento. “Era um barulho enorme em cima da minha cabeça, mas senti que ia ser muito feliz”, relembra. O salário de juiz na época também não contava muito a favor, fazendo com que ele gastasse as economias da poupança para se manter. “Realmente acho que só os vocacionados permaneciam na profissão”, considera. Além da crença de que estava no caminho certo, o que o ajudou a seguir adiante foi o apoio de um grupo muito unido de juizes que trabalhavam nas comarcas próximas. Entre os amigos que integravam o grupo estavam o atual presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Jovaldo Nunes, e o juiz aposentado Fernando Pinto. “Fazíamos transporte solidário. Pegávamos carona no carro de um e depois seguíamos de lotação para as respectivas comarcas”, conta.

Mas talvez a maior força que impulsionou Luiz Carlos no início da carreira foi o exemplo do pai que criou seis filhos exercendo a carreira de magistrado, parte dela também no interior do Estado. “Ele conseguiu ser um excelente pai e juiz, apesar do intenso ritmo de trabalho e do baixo salário”, revela. Além dos valores de ética e de responsabilidade passados na prática do dia a dia, Armando fez questão de escrever uma carta contando a sua experiência para o filho, assim que ele foi aprovado no concurso. A carta é o retrato de um magistrado que exerceu o trabalho como missão, empenhado em atender bem a todos sem distinção de classe social, raça ou credo. De um juiz que queria passar para o filho que o importante era agir com a própria consciência, e que em hipótese alguma aceitasse troca de favores de quem quer que seja. Na carta, Armando falava também do risco de se tornar



Na cerimônia de casamento ao entrar na Igreja com a mãe Ivanilda, e nas demais fotos com a esposa Tereza



Na primeira imagem, Luiz Carlos com o pai e amigo Armando; na sequência, com os filhos Ygor e Luiz Carlos e o neto Lucas; depois, com a esposa, em uma viagem para Machu Picchu, no Peru; e por último, ao tomar posse como desembargador do TJPE em 2005

vaidoso com o exercício do cargo e dizia que o fundamental era poder se olhar no espelho todos os dias e não se envergonhar da imagem refletida. “Aprendi com meu pai esses valores e assimilei dele ainda a crença em Deus, a quem atribuo tudo o que acontece na minha vida”, confidencia.

O ingresso na área da Infância e Juventude é um exemplo do que ele acredita ter sido a mão de Deus agindo no seu destino. Em 1986, ao ser removido para a 3ª Vara Cível do município de Olinda, Luiz Carlos não sabia que a unidade judiciária era privativa no julgamento de menores abandonados infratores. “Eu descobri isso quando assumi a Vara e ao chegar lá foi inoculado no meu sangue o ‘vírus’ da causa da criança e do adolescente, da paixão por essa luta, da necessidade de superação do Judiciário num assunto tão complexo e delicado”. A Infância e Juventude passou a ser a prioridade profissional na vida do magistrado desde então. Em 1992, tornou-se juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital e em 2005, eleito para o cargo de desembargador do Judiciário estadual, continuou exercendo atividades relacionadas à área. Foi chamado para coordenar a Comissão Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, de apoio à Frente Parlamentar da Adoção, que elaborou o anteprojeto da Lei 12.010/2009, conhecida como Lei Nacional de Adoção. Em 2010, foi convidado para assumir a Coordenação da Infância e Juventude do Estado, pelo então presidente do TJPE, José Fernandes de Lemos, e em 2012 permaneceu no cargo a pedido do amigo Jovaldo Nunes.

Questionado sobre que conquista lhe traria mais realização como coordenador da Infância e Juventude do Estado, o desembargador afirma que realizado já está por atuar nessa área, mas diz que o grau de plenitude só é atingido quando se deixa no cargo um sucessor fazendo melhor ou igual a você. “Hoje, Pernambuco tem muitos magistrados desenvolvendo ações maravilhosas nesse segmento. Isso me deixa feliz porque sei que quando eu me aposentar ou falecer o trabalho

que faço no momento não se extinguirá. Ao contrário, continuará sendo realizado por gente com condições de fazer melhor do que eu”, acredita. Ele lembra nomes do passado do Judiciário pernambucano que lutaram pela causa da criança e do adolescente e que o inspiraram, como o desembargador Rodolfo Aureliano e o juiz Nelson Ribeiro Lopes. “Eram poucos magistrados empenhados na defesa dessa luta, mas esses dois com certeza deixaram a semente da causa plantada”, observa.

O exemplo dos antecessores ele procurou seguir à risca. Reconhecido pelos colegas como um profissional com uma atuação decisiva para que Pernambuco hoje seja referência na área da Infância e Juventude, o desembargador tem a sua marca em vários projetos seguidos no País. Um deles é o do arquivo digitalizado dos processos de adoção, pioneiro do Brasil, implantado pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado em março de 2011. Através da ação, foram digitalizados 15.800 processos de adoção, em Pernambuco, desde o ano de 1990, facilitando o direito dos adotados a ter acesso à sua origem biológica, à sua história. Outro projeto por ele desenvolvido foi a promoção das Jornadas Pernambucanas dos Direitos da Infância e Juventude, realizadas em todo o Estado, em 2011. As jornadas incluíam não apenas a capacitação dos pretendentes à adoção, mas o treinamento dos servidores das varas da Infância e Juventude referente às atualizações trazidas pela Lei 12.010/2009, ao uso do Cadastro Nacional de Adoção e do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos. Também com repercussão nacional se destaca o Programa Acolher, que tem o objetivo de aperfeiçoar e expandir os serviços jurisdicionais de acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidade e que manifestem interesse em entregar suas crianças para a adoção. Os projetos desenvolvidos na Infância e Juventude por Luiz Carlos são vários e dariam uma matéria à parte. Sobre o tema, ele escreveu sete livros, alguns deles já esgotados no mercado. (ver box)



arquivo pessoal



O magistrado num momento de descontração saudando a bandeira do Sport, e em seguida com o casal de amigos Suzana e Luiz Schetinni, e ao lado do filho Guilherme

O assunto Infância e Juventude acaba transpondo a esfera profissional da vida do desembargador, sendo recorrente também em casa, nas conversas com a esposa, a psicóloga Tereza Figueirêdo, que trabalha na Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Casados há 36 anos, os dois são pais de cinco filhos: Raítza, Guilherme, Janaína, Luiz Carlos e Ygor. Para se tornar pai de um deles, o magistrado se inscreveu nos cadastros de adoção das comarcas de Olinda e de Recife e esperou na fila o momento de conhecer o filho. Perguntado qual deles seria adotado, Luiz Carlos afirma enfático: "Todos são biológicos e todos são adotados. Biológicos porque tiveram quem lhes dessem os gens, os genitores, apenas não fomos eu e minha esposa. Adotados porque não adianta ter o filho sem adotar. Adotar é acolher, orientar e amar. Se o pai ou a mãe não adota os seus filhos, eu garanto que outro adotará no meio da rua. Provavelmente quem fará isso será de má índole e pode encaminhá-lo para as drogas ou outras situações de risco". Segundo ele, se engana quem pensa que está sendo caridoso ao ingressar com um processo de adoção porque a experiência é muito mais benéfica e gratificante para quem adota. "A gente aprende muito mais. O amor é intenso e infinito", diz.

A filha Raítza é jornalista e estuda Direito; Guilherme também é estudante de Direito; Janaína deixou o curso de Direito e estuda Gastronomia. Os filhos Luiz Carlos e Ygor seguiram os passos do pai e se tornaram juizes. Luiz Carlos Vieira de Figueirêdo em Pernambuco, e Ygor Figueirêdo no Estado de Alagoas. Assim como o pai fez com ele, o desembargador escreveu uma carta para cada um dos filhos quando estes foram aprovados nos respectivos concursos. Nas cartas, o magistrado expressa o quanto está orgulhoso dos dois, que seguiram a dinastia do pai e do avô, e passa adiante o ensinamento de Armando Figueirêdo de que nenhum juiz é mais importante que qualquer outro semelhante. O desembargador destaca especialmente a ética como valor fundamental para o exercício do cargo. Num trecho da carta escrita ao filho Ygor, ele

fala: “Podemos errar, falhar, sopesar indevidamente em cada questão que nos é posta em julgamento, humanos que somos. Jamais nos é dado fazer isto deliberadamente, por arrogância, interesses ou paixões. Mais do que as palavras, as atitudes e os gestos indicam a permanente orientação para este norte. Foi assim que agia o teu avô Armando, de carreira judicante sofrida, porque jamais se curvou diante dos poderosos. Assim tenho tentado seguir seus passos”.

A busca por seguir princípios tão fortemente construídos e arraigados é também diária no exercício do cargo de presidente do 1º Grupo de Câmaras de Direito Público e da 3ª Câmara de Direito Público, função que exerce desde o dia 11 de maio deste ano, e como membro da Corte Especial do TJPE, para a qual foi eleito para um mandato de dois anos no último dia 23 de julho. O desembargador acredita que mais uma vez a mão de Deus o guiou para um trabalho em que ele se sente plenamente realizado. Pós-graduado, com especialização em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito do Recife, e tendo exercido assistência jurídica em Direito Público, antes de se

tornar magistrado, Luiz Carlos comemora fazer parte de uma causa em que não só tem familiaridade como na qual também acredita. “Sinto muito prazer em trabalhar com esse grupo formado além de mim por oito desembargadores. Ainda ontem fizemos uma reunião para evoluir a nossa atuação, de buscar a segurança jurídica para todos e de garantir à sociedade que suas demandas serão atendidas”, relata.

O ritmo intenso de trabalho no Judiciário pernambucano o impossibilitou de continuar exercendo uma outra carreira que lhe dá prazer, o magistério. Luiz Carlos já foi professor nas Faculdades de Direito de Olinda e de Recife, onde ministrou aulas sobre “Direito do Menor”, e na Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (Esmape), onde lecionou a cadeira de “Processo Civil” e de “Direito da Criança e do Adolescente”. Ser professor, para ele, é um desafio diário pela necessidade constante de aprimoramento e dedicação. “Há também a interação com os alunos, que é muito rica, esse ensinar e aprender ao mesmo tempo. No final das contas, você acaba melhorando profissionalmente e como pessoa”, conclui. A saudade das salas de aula,

“

Podemos errar, falhar, sopesar indevidamente em cada questão que nos é posta em julgamento, humanos que somos. Jamais nos é dado fazer isto deliberadamente por arrogância, interesses ou paixões

”



Assis Lima

o desembargador mata um pouco dando palestras. “Graças a Deus ainda sou bem lembrado e requisitado para dar palestras e acabo fazendo uma outra coisa da qual gosto muito que é viajar para diferentes lugares”, afirma.

Admirado e respeitado no mundo jurídico, Luiz Carlos confessa que é visto com certa estranheza por alguns pelo seu jeito direto e verdadeiro de ser. “Falo a minha verdade, sou sincero, e se desiludo alguém não acho que estou fazendo errado porque desiludir é tirar a ilusão e ilusão é sinônimo de mentira. É muito melhor conviver com a consciência da realidade, é nisso que acredito. A verdade liberta”, avalia. Não muito compreendido pelos mais recatados e políticos em algumas ocasiões, ele admite sorrindo que às vezes acham que ele é meio doido. “Não me preocupo com isso, quando muito eu seria um maluco beleza, mas isso me dá um salvo conduto enorme porque quando faço as coisas e dão certo dizem: ‘É...o meio doido é um gênio’. E quando dão errado falam: ‘Perdoa porque ele é meio doido’”, diverte-se. Independente da opinião que se tenha a seu respeito, o fato é que o desembargador é visto acima de tudo como um homem ético, incansável nas suas lutas e trabalhador por aqueles que com ele convivem ou conviveram como o padre irlandês Joseph Mac’ Arthy. O pároco, que conheceu Luiz Carlos quando ele era juiz na 3ª Vara Cível do município de Olinda, descreveu a dedicação do magistrado ao trabalho ao escrever a apresentação do livro “Temas de Direito da Criança e do Adolescente” (ver box), de autoria do desembargador.

A retidão de caráter e o temperamento forte ele herdou não só do pai Armando, mas da mãe Ivanilda, ambos já falecidos. A mãe era funcionária pública e trabalhava como nutricionista no Ginásio Pernambucano, no qual Luiz Carlos estudou, depois de concluir o ensino primário na Escola Estadual Cônego Rochaél de Medeiros, e antes de ingressar no Colégio Leão XIII, onde fez o curso clássico, o que corresponde hoje ao 2º Grau. “Era uma mulher muito decidida e empenhadora, mais enérgica que meu

pai. Ela moldou muito da personalidade dos seis filhos”, analisa. Nascido em 1952, em Recife, único filho, no meio de cinco irmãs, Luiz Carlos não acha que foi privilegiado pelos pais em nenhum sentido, opinião não muito compartilhada pelo resto da família. “Minhas irmãs acham que eu era privilegiado, talvez fosse um pouquinho, mas isso não gerou nenhum ‘trauma’ nelas. Somos uma família muito unida”, fala sorrindo.

É na união da família que Luiz Carlos encontra forças para se manter firme nas lutas diárias. A convivência com os netos, Matheus, Artur e Lucas é um dos seus momentos favoritos do dia. A torcida pelo time Sport Club do Recife, dividida com a família também é um motivo de orgulho e descontração, seja nas vitórias ou nas derrotas. Ele diz que agora entre os familiares há dissidências se instalando com um genro que torce pelo Santa Cruz e uma nora que é do Náutico. “Mas meus descendentes, condicionei desde criancinha a serem rubro-negros. Meus filhos, inclusive, pedem para meu genro assistir ao jogo do Sport porque quando ele assiste, o nosso time ganha. É o maior pé-quente do Sport”, brinca. O lazer de Luiz Carlos para se desligar do trabalho é também ouvir música, de preferência romântica. Como um eterno romântico, apaixonado por sua esposa, a quem diz dedicar 90% dos seus pensamentos, e tal como o poeta achar que os outros 10% foram inúteis, e por tudo que faz, o desembargador diz que ainda tem muito por que lutar. “Pelos causas, pela família, pelas pessoas, pelos ideais....”

Livros publicados

- Adoção Internacional: Doutrina e Prática, Juruá Editora. Curitiba:2002
- Adoção Para Homossexuais – Juruá Editora. Curitiba: 2001.
- Guarda – Questões Controvertidas – Juruá Editora. Curitiba: 1999.
- Temas de Direito da Criança e do Adolescente – Nossa Livraria. Recife: 1997.
- Manual da Justiça da Infância e da Juventude – TJPE, 2ª edição. Recife: 1998.
- Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto – TJPE. 2ª edição. Recife: 1998.
- Comentários à Nova Lei Nacional da Adoção. Editora Juruá. Curitiba:2010.

Justiça seja feita

O prefeito, o padre, o juiz – são três pessoas que tradicionalmente são temidas pelo povo brasileiro, um povo que na maioria tem suas raízes essencialmente no campo, na cidade pequena, no interior. O prefeito manda e desmanda na cidade; o padre pode mandar para o inferno; o juiz, pior ainda, manda para a cadeia. Na verdade não deveria ser eu o escolhido para apresentar o autor desse livro. Deveria ser Dão, Galeguinho, Doidinho, Caboclinho, Rei, ou qualquer outro menino que na sua breve passagem por este mundo nosso conheceram Luiz Carlos Figueirêdo, que por vários anos foi o juiz de menores na Comarca de Olinda – PE. Esses meninos, como muitos outros, passaram pouco tempo aqui, pois nosso mundo não tinha lugar para eles, nem tinha o que oferecer-lhes, se não uma morte súbita – muitos tiros disparados – provocada por homens que agem como querem, pois sabem que não serão punidos. Esperamos que eles já se encontrem na presença do Grande Juiz de Todos – num lugar de paz e fartura – algo que eles não conheciam aqui. Na presença de nosso Grande Juiz, eles devem estar “batendo um papo” – inclusive, refletindo e conversando sobre o juiz de menores que eles conheciam aqui em Olinda. Posso confirmar que, apesar de serem chamadas de “marginais” e se sentindo totalmente desprezados, esses meninos encontraram na pessoa de Luiz Carlos um juiz que compreendia que eles estavam nesta vida de assalto, roubo, vício, porque nunca

conheceram outra coisa – não tiveram escolha. Os meninos levaram com eles a lembrança de um juiz que soube conversar, escutar, dar uma palavra de apoio, uma palavra amiga e conselho que tantas vezes lhes faltava na vida. Que estas palavras minhas e este livro marquem mais um passo do compromisso do autor, que se juntando aos outros companheiros nos dão esperança e certeza que a “luta” não terminou, e que só terminará quando toda criança tiver outra saída e escolha na vida – não só aquela da marginalização e morte.

Apresentação do livro: Temas de Direito da Criança e do Adolescente

Escrito por Joseph Mac´Arthy (Padre irlandês licenciado, educador do Movimento Popular em Peixinhos – hoje residindo na Irlanda do Norte) •

Corregedoria realiza campanha “Seja herói do seu filho”

Mobilizando seis cidades e estabelecimentos prisionais, evento promoveu o reconhecimento espontâneo de paternidade

Ismênia Rolim



Corregedor Frederico Neves com pai que reconheceu filho no lançamento da campanha

Agência Rodrigo Moreira

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), com o apoio do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), realizou, no dia 20 de novembro, solenidade de abertura de uma campanha para promover o reconhecimento de paternidade. Com o slogan “Seja o herói do seu filho”, a ação acontece em seis cidades: nos fóruns de Garanhuns (Agreste), Petrolina (Sertão), Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Caruaru. Estabelecimentos prisionais também receberam a campanha.

O lançamento aconteceu no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, que ficou lotado de pais e filhos. Na ocasião, o corregedor geral da Justiça, desembargador

Frederico Neves, mais uma vez falou de amor. “Essa campanha é uma iniciativa a serviço do bem. O ato de reconhecimento é um ato de fidelidade à verdade. Você, pai que reconhece, vai conquistar o amor e o respeito do seu filho”, ressaltou. Neves aproveitou ainda para agradecer a toda equipe e a todos os parceiros da ação.

De acordo com a coordenadora da campanha, a juíza assessora do Extrajudicial Ana Cláudia Brandão, um levantamento feito nos 15 fóruns de Registro Civil no Recife apontou que 7,2 mil crianças foram registradas sem o nome do pai, de 2007 a 2012. Uma coleta de dados feita em Petrolina revelou que, no mesmo período, foram expedidos aproximadamente

1,8 mil registros sem o nome paterno. “Esses números, no entanto, são bem maiores, pois só verificamos os últimos cinco anos”, pontuou a magistrada.

Dados do Censo Escolar 2009, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostram que 311.254 alunos da rede pública de ensino estadual, municipal e federal em Pernambuco não têm o nome do pai nos registros de nascimento. Portanto, com todas essas estatísticas, é válido todo esforço para conscientizar homens e mulheres sobre a importância do reconhecimento legal de seus descendentes.

“As pessoas precisam saber que desde o ano passado o reconhecimento paterno é totalmente gratuito em

No Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, após o reconhecimento de paternidade, pai abraça o filho



Agência Rodrigo Moreira

Pernambuco e graças a um provimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) esse benefício se estendeu para todo o Brasil. Além disso, um pai que está em São Paulo e teve o filho registrado em Pernambuco, por exemplo, não precisa se deslocar até aqui. Todo o procedimento pode ser feito à distância”, explicou a juíza.

Os documentos necessários para o processo são a cópia da certidão de nascimento da criança e do adolescente e cópia da carteira de identidade do pai e da mãe (caso seja maior de idade, deve portar identidade). Em até dez dias, o novo registro é entregue. No caso de pai e filho estarem em Estados diferentes, esse prazo se estende para 30 dias. Vários profissionais atuam na preparação da documentação, e, junto aos fóruns de Justiça, no acompanhamento dos casos.

Paternidade faz a diferença

Vários pais registraram seus filhos na Campanha “Seja herói do seu filho”.

Cada um com sua história, mas todos com a certeza de que fizeram diferença na vida de seus filhos. Um deles foi Leandro Arruda, de 28 anos. O rapaz sempre reconheceu seu filho e tem uma relação muito próxima ao garoto, hoje com 10 anos. Mas era preciso deixá-lo ainda mais próximo, oficializar. Foi então que resolveu comparecer para incluir seu nome no documento do filho.

Como um verdadeiro herói em ação na tentativa de salvar o filho, outro a garantir seu nome no registro do rebento foi Carlos, 40. Ele tem um filho de 17 anos que está cumprindo medida socioeducativa e, com nome no documento, vai poder comprovar sua paternidade e ter acesso ao recinto onde o menor está: “Quero conversar com meu filho. Quero resgatá-lo. Eu me sinto aliviado de um dever de culpa. Agora vou ficar mais próximo do meu filho.”, diz o pai. E manda o recado para outros pais: “Reconheçam porque é uma atitude perante Deus,

perante os homens. Uma atitude obrigatória”, completou.

E como um herói não perde uma oportunidade, Gabriel, 25 anos aproveitou a campanha para colocar seu sobrenome no filho de 5 anos: “Eu soube da campanha através da mãe dele. Há muito tempo já queria correr atrás disso. Já costumava incluir o sobrenome”, revelou.

Outra atitude heróica foi a de Plínio Soares, de 37 anos. Ele compareceu para colocar seu sobrenome: duas vezes! Ele reconheceu dois filhos durante a campanha e foi duas vezes ao fórum colocar seu nome nos registros. O rapaz tem 5 filhos registrados. “Estou muito feliz. E se aparecer mais filhos, eu registro!”, afirmou.

Nunca é tarde para reconhecer. Esse é o ensinamento de Carlos da Silva. Morador do bairro dos Coelhos. Ele veio reconhecer a filha de 31 anos: “Já éramos próximos. Eu me sinto muito feliz em registrá-la”, disse o pai. •

Regime Especial de Jaboatão comprova compromisso de juízes e servidores

Com mais de 3 mil despachos produzidos pelos juízes, grande produtividade demanda novos servidores

Rosa Miranda



Agência Rodrigo Moreira

A quinta reunião de acompanhamento do Regime aconteceu no dia 20 de novembro no gabinete do corregedor geral da Justiça

Em Regime Especial desde março deste ano, os juízes das Varas do Júri de Jaboatão dos Guararapes produziram 3.257 despachos, 859 decisões e 603 sentenças, das quais 243 de pronúncia (quando o juiz leva a júri); e realizaram 732 audiências e 94 sessões do Tribunal do Júri. Mais 64 sessões do Júri já estão previstas. Para dar cumprimento a todas as decisões judiciais lançadas até agora foram designados mais 20 servidores.

“A partir do trabalho dos juízes, passou a ser necessário também mais servidores para cumprirem os despachos, as decisões e as sentenças e prepararem os processos. Por isso, solicitamos a designação de 20 servidores para o Regime Especial. Nosso pleito foi prontamente atendido pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Jovaldo Nunes. Grande parte desses servidores já foi encaminhada às

varas e os demais funcionários devem chegar em breve”, explica o corregedor geral da Justiça, desembargador Frederico Neves.

No dia 20 de novembro, foi realizada, no gabinete do corregedor geral, a quinta reunião de acompanhamento do Regime. Na ocasião, os juízes e chefes de Secretaria informaram que, com os novos servidores, será possível agilizar ainda mais os processos, reforçando o combate aos crimes contra a vida em Jaboatão dos Guararapes.

Saiba mais sobre o Regime Especial

Atendendo à proposição da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-TJPE), o Conselho da Magistratura do TJPE declarou regime especial para as duas varas do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes e designou nove juízes para colaborar com a juíza titular. O objetivo foi

otimizar a solução do grande volume de processos de um dos municípios mais violentos de Pernambuco. “Há muito tempo Jaboatão dos Guararapes merecia uma atenção especial. Mesmo com todo o esforço da juíza Inês Albuquerque, diante do aumento da criminalidade e da falta de estrutura, ficou impossível evitar o congestionamento de 2.730 processos nas duas varas, sendo desses 412 envolvendo réus presos e só um em condição de julgamento pelo Tribunal do Júri”, informou o corregedor geral da Justiça, Frederico Neves, na instalação do Mutirão que aconteceu no Fórum do município que tem 700 mil habitantes. O Regime Especial foi instalado no dia 14 de março de 2012. Neste período também foi realizado um trabalho paralelo da Auditoria da CGJ, que contou com a participação de seis auditores. •

Ceja e Corregedoria lançam manual e cartilha

Manuais tiram dúvidas sobre adoção e orientam réus, vítimas e familiares nos processos criminais contra a criança e o adolescente

Rosa Miranda



Ilustração: Carolina Alves

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) e a Coordenadoria da Infância e Juventude (Ceja) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), com o apoio do Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), lançaram no dia 9 de outubro um manual de adoção e uma cartilha sobre direitos das crianças. O evento teve abertura da Orquestra Criança Cidadã e uma palestra sobre a Adoção foi proferida pelo psicólogo Luiz Schettini, referência nacional sobre o tema. A organizadora do manual e psicóloga da Ceja, Tereza Figueirêdo, recebeu elogios do presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes; do diretor da Uninassau, professor Janguê Diniz; do corregedor geral da Justiça, desembargador Frederico Neves, e do coordenador da Ceja, desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, que fizeram parte da mesa de abertura do evento.

O manual “Candidatos à adoção e pais adotivos perguntam, especialistas respondem” tem como objetivo esclarecer as dúvidas mais frequentes dos pretendentes à adoção e dos pais adotivos. A publicação reúne, ao todo, 103 perguntas acerca do tema, muitas delas fazem parte da rotina de atendimento das equipes técnicas do Judiciário (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos), durante a assistência aos pretendentes à adoção inscritos no Cadastro Nacional de Adoção. Uma boa parte das perguntas faz parte das dúvidas que são postadas em redes sociais ou trabalhadas nos grupos de apoio à adoção.

A sistematização das questões é iniciativa da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, órgão vinculado à Corregedoria de Justiça. As respostas foram elaboradas por 14 especialistas do Poder Judiciário, Ministério Público

e Grupo de Apoio à Adoção (Gead) de Pernambuco. Os especialistas – magistrados, promotores, psicólogos, e assistentes sociais - são profissionais de reconhecido conhecimento e intervenção, notabilizando-se nacionalmente nas suas áreas de ação.

A cartilha “Quando a Justiça mandar me chamar” destina-se aos usuários das Varas Criminais do TJPE. Ela pretende esclarecer a atuação do Judiciário junto a réus, vítimas e seus familiares nos processos que tratam de crimes contra a criança e o adolescente, desmistificando o modelo de Justiça apenas punitiva. A cartilha será distribuída à população, via de regra, através dos oficiais de Justiça, quando da entrega dos mandados de intimação, ou por equipes psicossociais, nas visitas técnicas às partes processuais (réus e vítimas). •



Juízes desenvolvem ações sociais para mudar a vida das pessoas

Um pouco da história de juízes que vão além do papel da magistratura, deixando de ser meros aplicadores da lei para praticarem a responsabilidade social

Micarla Xavier e Rebeka Maciel



Mais do que o exercício da magistratura, eles têm em comum outra característica. Todos desenvolvem ações sociais em comunidades próximas de onde atuam com o objetivo de mudar a realidade a sua volta. Um discurso é comum aos personagens de nossa história. O magistrado pode, através do cargo que ocupa, fazer algo que vai além da atividade jurisdicional. O juiz Humberto Vasconcelos, da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição, começa a entrevista citando o artigo 3º da Constituição Federal, que diz em seu inciso I que: “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária.” “Está na Carta Magna. construir a harmonia social é dever de todos”, afirma o magistrado. Em sua unidade jurisdicional, Humberto Vasconcelos desenvolveu ações como o Escola Legal, no qual o juiz, junto com representantes de outras instituições, vai a escolas públicas e realiza atividades com pais, alunos e professores para reduzir a violência nas instituições de ensino. Fora do Tribunal, o magistrado mantém, com a família, uma casa que atende comunidades carentes de Boa Viagem. “Precisamos trabalhar na prevenção dos problemas”, destaca.

A juíza Christiana Brito Caribé da Costa Pinto, que atua na 2ª Vara de Bezerras, acredita na mesma ideia. Através de um curso para estudantes, que formatou junto com um professor, trabalha para prevenir casos de jovens envolvidos com drogas e gravidez precoce. “A participação de um juiz nesse tipo de projeto faz toda a diferença. Acredito que a representatividade do nosso cargo abre portas por conta da autoridade”, explica a magistrada, que diz ser muito importante a participação do juiz em questões sociais. “Com o nosso cargo, podemos mover muitas mudanças. Isso é o que me faz gostar mais do meu trabalho”, conta.

Movida pelo objetivo de prestar orientação para aqueles que recorrem ao Poder Judiciário, a juíza da 1ª Vara Criminal de Palmares, Hydia Landim,

concretizou o Projeto De Braços Abertos. Através de encontros mensais, a magistrada reúne pessoas que são partes de processos relacionados a crimes de menor potencial ofensivo. Nas reuniões, essas pessoas – vítimas e infratores – são orientadas por uma equipe psicossocial e têm a oportunidade de participar de dinâmicas de grupos e assistir palestras educativas. Hydia Landim acredita que o trabalho social promove tanto a conscientização quanto a pacificação social. “Se eu não fizer isso, a minha função não tem sentido. Se não fizer algo, eu me sinto mal. Por trás da caneta do juiz, a mesma que condena ou absolve, há um ser humano que pode fazer mais por outro ser humano. O juiz não é um ser superior em hipótese alguma”, afirma a magistrada.

Não deve ser nada fácil encarar a rotina de magistrado e de coordenador da Orquestra Criança Cidadã, mas o juiz da 9ª Vara da Família do Recife, João Targino, cumpre a jornada com dedicação. Graças a este empenho, 130 jovens – crianças e adolescentes da comunidade do Coque – são beneficiados com a música. Através do projeto do juiz, muitas crianças estão se tornando adultos com metas para um futuro que passa longe da violência e do caminho das drogas, traços tão evidenciados na rotina de seu bairro. João Targino conta que se desdobra para cumprir as suas obrigações, principalmente a de magistrado, que ocupa o primeiro lugar no rol de suas responsabilidades. Ele também faz questão de destacar a figura do desembargador aposentado Nildo Nery, seu grande inspirador na prática da responsabilidade social. “Não faço nada para receber recompensa. Faço para cumprir um dever de consciência. A recompensa é imaterial, trata-se da minha satisfação de ver crescerem cidadãos que, além de se transformar, também poderão mudar a vida de suas famílias. Qualquer fazer é realizador, mas nenhum fazer é tão realizador quanto aquele que transforma a vida das pessoas. Este não tem preço”, diz.

A responsabilidade social também é praticada pelo coordenador dos Juizados Especiais de Pernambuco, juiz Ailton Alfredo. Através de iniciativa do magistrado, hoje cerca de 1.900 apenados estão inseridos em turmas de alfabetização distribuídas em várias unidades prisionais de Pernambuco. A ideia nasceu quando o juiz atuou, em caráter de substituição, na 1ª Vara de Execuções Penais. Na época, ao realizar audiências, ele percebeu o alto índice de analfabetismo entre os condenados. A situação o intrigou, sobretudo quando conheceu pessoas que estavam presas há mais de dez anos e que, durante todo esse tempo, não tiveram oportunidade de aprender a ler e escrever. “A Lei de Execução Penal prevê estudo, aprendizagem de artes e ofícios, mas aquelas pessoas que surgiam na minha frente não sabiam sequer do básico”, conta o juiz, que resolveu procurar o Movimento de Alfabetização (Mova-Brasil) do Instituto Paulo Freire para buscar meios de levar o alfabeto para os apenados. “Eu me sinto realizado na minha profissão de juiz, principalmente por estar fazendo algo mais do que o simples aplicar da lei. Todo magistrado deveria abraçar sua função social e ajudar a resgatar pessoas. Aliás, a lei penal devia servir para isso, para resgatar pessoas e não para condená-las simplesmente”, afirma Ailton Alfredo.

De volta ao juiz Humberto Vasconcelos, ele é ainda mais enfático sobre o tema. “Existe um conceito equivocado de que Estado não é o que age, mas o que reage. Por isso também é um Estado que recolhe e não que colhe. Com relação à Justiça, fomos educados para entender o Judiciário como aquela instituição que só age quando é provocada. Mas, num Judiciário moderno, o juiz é um agente de transformação. E ele pode atuar de diversas outras maneiras, dando palestras, por exemplo”, afirma. “Não se muda a vida das pessoas apenas com sentenças ou despachos. O juiz tem que sair do birô e ir às comunidades. Isso não macula a toga, mas sim dignifica”, conclui.

Humberto Vasconcelos - Educação para mudar a sociedade

Rebeka Maciel

O exercício da solidariedade e da Justiça é uma constante na vida do juiz Humberto Vasconcelos. Titular da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição, aprendeu ainda quando criança, com o pai (de quem herdou o nome), o que ele chama de real missão do ser humano na terra: “Servir ao invés de ser servido”. Através de uma lição da avó, entendeu o sentido da Justiça. “Estávamos eu e meu irmão com a minha avó e só tinha, nesse dia, um bombom para os dois. Na hora da briga, para saber com quem ficaria, minha avó disse que um dividiria o bombom ao meio e o outro escolheria a sua metade. Isso foi uma lição para mim. Já imaginou? O corte foi milimétrico. Aí, compreendi o que é Justiça. Tem que ser bom para as duas partes”, lembra o magistrado, sorrindo.

Aos 15 anos, os trabalhos sociais começaram a fazer parte da vida do jovem Humberto Vasconcelos e, de lá para cá, ele nunca parou. “Comecei distribuindo comida, sopa e pão, a moradores de uma comunidade carente”, conta. Hoje, faz parte da Fraternidade Espírita Francisco Peixoto Lins, uma instituição religiosa que atua como centro de educação. A casa, que ele ajudou a fundar junto com a família, atende moradores das comunidades Entrapulso, Beira Rio e Celpe, localizadas em Boa Viagem, com apoio à educação regular, programa de suprimento alimentar, assistência à saúde, iniciação musical, atendimento à gestante, visita solidária a hospitais e abrigos, cursos profissionalizantes, além de outras atividades.

A instituição possui um memorial, livraria, biblioteca, cantina, espaços para salas de aula, palestras e atendimento médico e odontológico. Em 2013, a Fraternidade completa

25 anos. A parte do reforço escolar é uma das mais procuradas. Cerca de 50 meninos e meninas são atendidos. O pai do magistrado destaca: “Ler, escrever e contar, essas são as nossas prioridades”. Os fundadores da casa acreditam que sem a educação não se consegue mudar a realidade. Por isso, os jovens chegam à instituição, almoçam, depois têm atendimento individualizado e, antes de ir embora, recebem uma merenda. “Para muitos, esse trabalho é mais do que um reforço, pois temos meninos que realmente não têm base de nada. Nem sequer noções de higiene. Precisamos ajudar em tudo”, explica o juiz Humberto Vasconcelos.

O trabalho permitiu ao magistrado, que hoje está com 50 anos, colecionar algumas histórias. “No início, fazia visitas toda semana a leprosários, hospitais e outras casas de saúde. É difícil escutar as histórias que escutamos nesses lugares e ver algumas situações. É preciso se preparar para não soltar as lágrimas. As pessoas que estão lá precisam de alento e não podemos ficar chorando na frente delas.” Por conta de sua atividade, o magistrado concentra seus esforços, agora, nas palestras sobre o evangelho que realiza às quintas-feiras na instituição. “Mas sempre que tenho tempo livre, me disponho para as outras tarefas”, ressaltou.

O trabalho na instituição é realizado com a ajuda de, pelo menos, 100 voluntários. Pessoas que chegam com o intuito de ajudar. “Alguns vêm através de parcerias que fazemos com instituições de ensino, por exemplo. Outros, porque conhecem o trabalho e querem ajudar. Todos têm alguma atividade na qual se encaixar”, diz Humberto Vasconcelos. O modelo de voluntariado

Agência Rodrigo Moreira





O juiz Humberto Vasconcelos e o pai com o qual aprendeu o que ele chama de real missão do ser humano na terra: “Servir ao invés de ser servido”

foi importado para a Vara Regional da Infância e Juventude. Entre as atividades realizadas pelo grupo na unidade judiciária, estão as fiscalizações em locais frequentados por crianças e adolescentes. “É uma iniciativa política e um trabalho de gestão. De manter um estímulo constante e conseguir fazer tudo de maneira organizada”, explica.

Apesar de ser uma casa religiosa, o juiz conta que atende a todos, indiscriminadamente. “Não fazemos proselitismo. Quem busca conforto espiritual, uma palavra de alento, encontrará na instituição. Mas quem precisar dos outros serviços será bem-vindo do mesmo jeito”, afirma.

Escola Legal do TJPE

Durante sua passagem pela Defensoria Pública, Humberto Vasconcelos descobriu a verdadeira missão da Justiça. “Na Defensoria, encontrei as pessoas que mais precisavam de Justiça e vi como a miséria é absoluta, inclusive de informação. Eu conheci o mundo e para que serve a Justiça, para construir a harmonia social. É através dela que as pessoas buscam soluções para os seus conflitos. Sem ela, o que nos restaria?”, questionou.

Com o ingresso na magistratura, novas portas foram abertas e com elas a possibilidade de dar início a novos projetos. Um longo caminho foi percorrido, até o juiz chegar onde está: na Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição. Foi com base em tudo que viveu que Humberto Vasconcelos aprendeu que a educação é que pode mudar o mundo. “Entramos em escolas com situações bastante variadas e vimos como estava a nossa educação”, apontou. Foi com o pensamento de que o magistrado

tem que se importar com a educação da comunidade onde ele vive, que, junto com o juiz Paulo Brandão, criou o Programa Escola Legal.

“Um juiz não precisa só dar o exemplo, mas interagir e participar. Principalmente, quando se trata da escola, que é o local onde há mais carências. A escola está precisando de cuidados e toda criança que está com algum tipo de problema, acaba revelando na escola, de uma forma ou de outra. Então, eu entendo que é um palco que eu tenho que estar dentro”, ressaltou.

O projeto tem como proposta reduzir os níveis de violência no ambiente escolar. Comitês de Mediação de Conflitos são formados nas escolas beneficiadas e contam com um fiscal da Infância e Juventude, o diretor da instituição de ensino, um professor e com representantes dos alunos e dos pais. As atividades do grupo começaram em outubro de 2010 e utilizam técnicas de mediação de conflitos para solucionar as ocorrências de menor potencial ofensivo. Conflitos mais graves, como agressão física, estupro ou tráfico de drogas dentro da escola são encaminhados para as esferas jurídicas competentes.

O Escola Legal já funciona nas cidades do Recife, de Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru e Petrolina e deverá ter sua área de abrangência ampliada. O programa é resultado de um convênio firmado entre o TJPE, o Governo do Estado e o MPPE. Participam escolas de rede municipal e estadual. O trabalho conta também com a atuação de voluntários, que são preparados pelas instituições parceiras. •

Christiana Caribé - Lição para a vida

Rebeka Maciel

Quando chegou à 2ª Vara de Bezerros, a juíza Christiana Brito Caribé da Costa Pinto não sabia exatamente o que encontraria. A unidade onde atua atende todo tipo de demanda, de direito do consumidor a homicídio. Mas os feitos relativos à Infância e Juventude são privativos da Vara. A magistrada chega a realizar 60 audiências por mês e dar 500 despachos e sentenças. Dois anos após sua chegada, ela já tinha um quadro completo da realidade local. O elevado número de adolescentes usuários de drogas e a ausência de centros de tratamento especializados eram os grandes problemas que enfrentava. O caso específico de um jovem envolvido com traficantes, cuja mãe a procurou pedindo ajuda, comoveu a juíza.

"Determinei que o menino fosse internado em uma associação para se tratar. Mas, como ele tinha menos de 15 anos, eles não puderam aceitá-lo. Falei com diversas instituições e as respostas que tive foram sempre negativas. Então, comecei a me perguntar: Como nós da Justiça não conseguimos fazer algo mesmo através de determinação?", contou Christiana Caribé. A preocupação só fez aumentar com a constatação de que o número de jovens envolvidos com drogas só aumentava. "O tratamento dos viciados é muito difícil e isso é uma epidemia. O crack está ligado às camadas mais pobres, mas já há muita gente da classe média viciada nesta droga.", observou a magistrada.

Dalí, surgiu a ideia de realizar uma audiência pública no Salão do Júri do Fórum da cidade para discutir possíveis parcerias para a instalação de uma casa de apoio ao usuário de drogas. Participaram do encontro representantes da sociedade civil, promotores de justiça, advogados, professores, assistentes sociais, psicólogos e representantes da Prefeitura e das secretarias de Ação Social, Educação e Saúde.

"A minha ideia, inicialmente, era

instalar um espaço para tratamento desses usuários de drogas, com cursos profissionalizantes para que essas pessoas aprendessem algo e pudessem se sustentar quando saíssem dessa casa". Mas entraves burocráticos e ausência de voluntários impediram o projeto de seguir em frente.

Uma pessoa, contudo, conseguiu mudar essa história. Pouco tempo após a realização da audiência pública, o professor Nivaldo Monteiro ficou sabendo do interesse da juíza em tratar, de alguma forma, a questão do uso de drogas por jovens. Juntos, chegaram à conclusão de que trabalhar na prevenção desses casos seria a melhor alternativa. "Pensamos da seguinte forma: Se esses jovens nem chegarem a experimentar a droga, pode ser que alcancemos um resultado melhor", explicou Christiana Caribé.

Após algumas reuniões, o projeto estava montado. Christiana Caribé e Nivaldo Monteiro formataram um curso e juntos decidiram forma de abordagem e metodologia empregada. Os alunos de escolas da rede de ensino municipal e estadual seriam os alvos da ação, que, além de prevenir o uso de drogas por adolescentes, também passou a contemplar a orientação sexual desses jovens. "Me alarma chegar ao Fórum e encontrar uma mãe com a sua filha de 14 anos, dizendo que a menina já é casada e está grávida. A gestação precoce é muito comum em Bezerros", destacou a juíza.

O projeto, que inclui palestras em salas de aula, a pedido da magistrada, foi levado pelo professor Nivaldo ao conhecimento da Secretaria de Educação do município que, prontamente, acolheu a ideia. No ano passado, a ação foi posta em prática e, em pouco mais de um ano, cerca de dois mil alunos de Bezerros já foram beneficiados. A iniciativa começou a se estender a outras cidades, chegando a outros 1.384 estudantes. Recentemente, de

Agência Rodrigo Moreira



Christiana Caribé: "A questão das drogas é um mal impregnado na sociedade. Estamos trabalhando para tentar minimizar essa situação"

Em parceria com o professor Nivaldo Monteiro, a juíza Christiana Caribé promoveu o primeiro curso em outubro deste ano e contou com a participação de 19 adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida ou de prestação de serviços à comunidade



Agência Rodrigo Moreira

acordo com a Secretaria Municipal de Educação, o projeto colaborou para a renovação do selo Unicef, conferido a Bezerras pela priorização de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes.

A juíza Christiana Caribé não participa de todas as palestras, mas afirma que o professor leva o projeto adiante. O formato do curso é o diferencial da iniciativa. O modelo consiste em uma apresentação com muitas imagens. "Nosso objetivo é, na realidade, impactar os adolescentes com imagens reais. Porque apenas falar não resolve. Eles não entendem como as drogas realmente funcionam e agem no organismo se você não ilustra", ressalta o professor Nivaldo Monteiro. Além de apresentar as drogas presentes no cotidiano desses jovens, as palestras também mostram como ficam os viciados depois de algum tempo usando drogas, a perda de peso e os bebês, filhos de usuários.

Rubriana Mary, de 14 anos, e Amanda Daniela, de 15, participaram do curso pela primeira vez. Ficaram assustadas com as consequências do uso de drogas. "Tenho dois amigos que se envolveram, mas nunca imaginei que fosse assim", disse Rubriana. Para Amanda, o trabalho alerta para a

realidade das drogas. "Fiquei chocada com as imagens que vi", disse.

Adina Pereira de Lima Silva é diretora da Escola Municipal Eurico Queiroz, uma das instituições beneficiadas pelo projeto. Segundo ela, a iniciativa é uma ajuda muito importante, principalmente para os alunos entre 13 e 14 anos. "A questão das drogas é muito comum nessa região, pois ela é próxima de bairros carentes e os estudantes, muitas vezes, possuem famílias desestruturadas", contou. A diretora explicou que, após a palestra, os professores da escola ficam retomando a temática para reforçar a ideia.

O projeto, agora, encontra-se numa segunda etapa. A juíza Christiana Caribé começou a ministrar curso para adolescentes e maiores capazes, usuários de drogas, que estão respondendo a Termo Circunstanciado ou Boletim de Ocorrência pela prática da conduta tipificada no art. 28, da Lei n. 11.343/2006. A norma estabelece que: "Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à

comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo".

"Esse curso não era aplicado por ausência de pessoas para ministrá-los. Então decidi eu mesma fazer, em parceria com o professor Nivaldo. Os jovens e maiores são intimados pela Justiça, o que dá um caráter de obrigatoriedade. O primeiro encontro aconteceu em outubro deste ano e contou com a participação de 19 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida ou de prestação de serviços à comunidade. "Muitos foram acompanhados por seus pais, o que é muito importante", destacou a juíza. O objetivo é realizar o curso a cada dois meses para os destinatários.

"A questão das drogas é um mal impregnado na sociedade. Estamos trabalhando para tentar minimizar essa situação, buscando evitar que os estudantes sequer experimentem qualquer substância oferecida. Isso pode mudar o rumo da vida deles", disse a magistrada. "É um investimento que fazemos para o nosso futuro e o futuro de nossas famílias", enfatizou o professor Nivaldo Monteiro. •

O juiz, a orquestra e as crianças do Coque

Micarla Xavier



O spalla é o primeiro violino da orquestra. Ele executa solos, repassa as instruções do maestro para os outros músicos e, ainda, pode atuar como regente substituto. João Pedro, de 16 anos, é o spalla da Orquestra Criança Cidadã. Com 11 anos, o filho de Dona Rosângela Lima conheceu a orquestra através de um primo, este já beneficiado pelo projeto musical do juiz João Targino. João Pedro conta que, por meio da orquestra, já conheceu todo o Estado de Pernambuco, quase o Brasil inteiro e que, no início de 2013, seguirá para a Alemanha com o objetivo de estudar música em Berlim. O menino não é o primeiro músico da Orquestra Criança Cidadã que ganha uma bolsa de estudos na Europa. Antes dele, outras crianças do projeto também realizaram intercâmbio no exterior ao demonstrar suas competências artísticas.

A Orquestra Criança Cidadã foi idealizada pelo titular da 9ª Vara de Família da Capital, juiz João Targino. A ideia nasceu em 2005, mas a concretização do projeto só aconteceu no dia 25 de julho de 2006. O objetivo do magistrado era reunir crianças e adolescentes do Coque, considerado um dos bairros mais violentos da Região Metropolitana do Recife, e assim promover a reinserção social dos jovens através da música, visando à sua profissionalização. Para materializar o projeto, João Targino contou com o apoio do presidente da Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC), o desembargador aposentado Nildo Nery.

Targino já havia trabalhado com Nildo Nery em outros projetos de reinserção social com crianças. Na gestão de Nery como presidente do Tribunal

de Justiça de Pernambuco (TJPE), no biênio 2000/2001, o juiz foi convocado para coordenar o Programa Criança Cidadã, projeto voltado para a inclusão social de crianças que se encontravam em situação de vulnerabilidade. “A partir desse trabalho eu me apaixonei pela causa e me conscientizei de que o problema social é de responsabilidade de todos que integram a sociedade. Dizer que o problema social é questão de governo é investir em um discurso arcaico, que não encontra consonância nos dias atuais”, afirma João Targino.

Como coordenador do Programa Criança Cidadã, Targino ajudou na efetivação do Coral Criança Cidadã, formado por crianças ex-moradoras de rua. O maestro do coral era Geraldo Mennucci, que na época também trabalhava em prol de crianças carentes em Olinda. O juiz conta que esse trabalho deixou a certeza de que a música é um instrumento transformador na vida das pessoas. “Ao viver a experiência com o coral na ABCC, eu percebi o quanto a música refina o espírito, espanta demônios, disciplina o ser humano. A partir daí, eu passei a nutrir o desejo de instituir uma orquestra como outro projeto de inclusão social por meio da música”, diz.

Por acreditar que “um grande projeto deve buscar os melhores”, Targino e Nery convidaram o maestro Cussy de Almeida para coordenar musicalmente a orquestra. A ideia, que se transformava em realidade, recebeu apoio de várias instituições (públicas e privadas) e segmentos da sociedade civil. Entre os principais parceiros, o juiz ressalta a Companhia Hidro Elétrica de São Francisco (Chesf), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Exército

João Pedro, de 16 anos, é o spalla da Orquestra Criança Cidadã e em 2013 seguirá para a Alemanha com o objetivo de estudar música em Berlim



Assis Lima

O juiz João Targino acredita que o problema social é de responsabilidade de todos que integram a sociedade

Brasileiro, que cedeu um espaço no 7º Depósito de Suprimentos, conhecido como Quartel do Cabanga, onde, até hoje, funciona a sede da Orquestra Criança Cidadã.

A escolha das crianças

Quando a orquestra começou a sair do papel, com a chegada dos recursos e apoio para a sua concretização, Targino, Nery e Cussy se reuniram para decidir sobre as crianças que seriam contempladas com o projeto. Com base em critérios técnicos, eles decidiram pelas crianças do Coque. Em 2005, o bairro era considerado o mais violento, e com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Região Metropolitana do Recife. Escolhida a área de atuação, Targino marcou uma série de reuniões, começando com cerca de 15 líderes comunitários do Coque, que apoiaram integralmente o projeto, sobretudo pelo fato de não apresentar nenhum viés político. O juiz também se reuniu com os secretários da Educação do Município e do Estado da época, pedindo que as escolas da rede pública selecionassem crianças que apresentavam boa nota e comportamento e, assim, passassem por testes escritos e vocacionais.

Nasceu a Orquestra Criança Cidadã, a princípio denominada Orquestra Cidadã Meninos do Coque, com 100 crianças tendo lições de instrumentos de cordas. Desde o início, os alunos recebem três refeições diárias, assistência psicossocial (para as crianças e seus familiares), plano de saúde (Unimed), fardamento, aulas de reforço escolar, línguas e informática. Ao citar os benefícios que a orquestra traz para as crianças, Targino lembra das palavras do maestro Cussy de Almeida, falecido em 2010, a respeito da missão cidadã da orquestra: “Ele dizia que o projeto da orquestra era blindado, voltado para inicialmente formar o cidadão. Depois é que vinha o músico”.

Hoje, a orquestra idealizada pelo juiz atende 130 jovens, coordenados pelo maestro Lanfranco Marcelletti Júnior, e conta não apenas com instrumentos de cordas, mas também com instrumentos de percussão. Os alunos recebem aulas de teoria musi-

cal, solfejo, percepção, canto-corál e flauta doce, além de aulas individuais e coletivas do instrumento de maior aptidão, que pode ser violino, viola, violoncelo, contrabaixo ou de percussão. Targino afirma se sentir realizado e satisfeito a cada dia, ao ver o que o projeto tem realizado, em termos de transformação, na vida das crianças e adolescentes da orquestra. Contudo, o magistrado também fala da luta diária para manter o alto nível de credibilidade e qualidade da orquestra. “Temos um conselho formado por 11 membros. Nós nos reunimos mensalmente e discutimos todos os problemas que envolvem a orquestra, pois temos que monitorar o projeto a todo tempo e assim garantir sua qualidade”, diz.

Entre os mais de 30 prêmios e títulos recebidos pela Orquestra Criança Cidadã, João Targino gosta de destacar o Prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local, conferido às crianças do Coque em 2010. Ele conta que essa comenda levou a orquestra a concorrer ao prêmio de melhor projeto social do mundo, conferido pela Organização das Nações Unidas (ONU). A orquestra não ganhou o prêmio, mas em compensação recebeu uma carta da comissária da ONU em Nairób (capital do Quênia), Wandia Seaforth, estimulando a continuidade do projeto.

O futuro

O projeto continua firme e forte. Até o início de dezembro, mais uma unidade de ensino musical será inaugurada, propiciando a chegada de mais 30 jovens à orquestra. Trata-se da Unidade II, que terá como base o ensino dos instrumentos de madeira e metais, o que, certamente, vai impulsionar o nascimento de uma orquestra sinfônica. O juiz informa que a obra já está quase concluída. Ele também fala da nova sala de concertos, cujas obras serão iniciadas até o final do ano. De acordo com Targino, a sala será a primeira 100% acústica do Norte/Nordeste do Brasil, com capacidade para 850 pessoas.

Até o fim de 2012, outra obra terá início no bairro do Cabanga. Trata-se da Escola de Maestro Cussy de Almeida, que vai abrigar 300 novos jovens

no caminho da música. O terreno destinado para a construção da escola de música e da sala de concertos foi doado pelo ex-presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, no dia 29 de dezembro de 2010. “Essa obra tem um grande significado. A chegada da escola vai dobrar o número de jovens, vai ampliar a capacidade de atendimento e, dessa forma, abrir um leque para que outros garotos do Coque possam revelar seus talentos musicais. O Coque está cheio de talento e é a oportunidade que faz com que o talento seja revelado”, afirma o magistrado.

Sobre a recompensa

Juiz desde os 24 anos, João Targino diz que não é fácil conciliar o cotidiano de magistrado com a orquestra, onde atua como coordenador-geral voluntário desde a sua criação. Ele conta que se desdobra para cumprir as suas obrigações, sobretudo a de magistrado, que se encontra em primeiro lugar no rol de suas responsabilidades. A grande recompensa, diz o juiz, é ver a cada dia a transformação dos jovens incluídos no projeto: “Não faço nada para receber recompensa. Faço para cumprir um dever de consciência. A recompensa é imaterial, trata-se da minha satisfação de ver crescerem cidadãos que, além de se transformar, também poderão mudar a vida de suas famílias. Qualquer fazer é realizador, mas nenhum fazer é tão realizador quanto aquele que transforma a vida das pessoas. Este não tem preço”.

Transformada está a vida de João Pedro, e de tantas outras crianças que fazem parte da orquestra do juiz. Atualmente o menino tem aulas de alemão no Centro Cultural Brasil Alemanha. Ele demonstra alegria quando fala de sua ida para a terra do compositor Richard Wagner, em janeiro. Diz que almeja ser músico e que a música o tranquiliza e propicia a abertura de novos caminhos. Na sua comunidade, João Pedro se sente respeitado. No palco, ele se sente no céu. E por falar em céu, o menino cita João Targino, Nildo Nery e Cussy de Almeida como seus três anjos da guarda. Já os anjos da música, na sua opinião, são os violinistas Pablo de Sarasate e Flausino Rodrigues Vale.

Nildo Nery, o magistrado que acredita no poder da música

Micarla Xavier

Na casa de sua infância havia um piano, mas Nildo Nery não o tocava. O belo instrumento era utilizado por suas duas irmãs – Nilce e Nilze. A música só entrou plenamente em sua vida quando ele, aos 23 anos, acompanhado de sua turma de Direito numa excursão pela Europa, conheceu Cussy de Almeida. Na época, em meados de 1958, Cussy estava iniciando seus estudos no Conservatório Superior de Música de Genebra. Esta ocasião é considerada por Nildo Nery como o marco de seu encontro com a música.

Foi também em 1958 que Nildo Nery iniciou a sua carreira como magistrado do Poder Judiciário pernambucano. Antes disso, em 1957, ele já atuava no órgão como servidor, na Secretaria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Naquele ano, o presidente da instituição era o desembargador Rodolfo Aureliano, ao qual Nildo Nery se refere como seu grande inspirador para as causas sociais. “Quando entrei no Tribunal, eu me aproximei do desembargador Rodolfo, que já desenvolvia um bonito trabalho de apoio às famílias carentes. Ele foi o primeiro juiz de menores de Pernambuco... Por felicidade minha, eu me aproximei daquele homem, de sua caminhada na proteção aos mais carentes e aos menores. Rodolfo foi minha inspiração, foi quem me encaminhou nessa jornada”, afirma Nery.

Como juiz, Nildo Nery atuou nas comarcas de Condado, Quipapá e Garanhuns. A chegada ao Recife aconteceu em 1969, quando ele assumiu a 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, ali permanecendo por 21 anos e dois meses. No dia 11 de agosto de 1987, Nildo Nery fundou a Escola da Magistra-

tura de Pernambuco (Esmape), sendo seu primeiro diretor. No ano seguinte, na condição de diretor da Esmape, ele reuniu um grande número de prefeitos recém-eleitos, de vários municípios de Pernambuco, e fez um apelo para que cada cidade investisse em uma banda de música para crianças. Naquele momento, o magistrado já acreditava que a música podia salvar vidas. “Até hoje, eu digo com toda segurança: Nada melhor do que a música para erguer a autoestima dessas crianças. É muito difícil um músico entrar para a criminalidade, pois a música sensibiliza as pessoas”, afirma.

Em 1990, Nildo Nery foi eleito desembargador do TJPE. Dez anos depois, em 2000, ele assumiu a Presidência da instituição. O carro-chefe de sua gestão foi o amparo às crianças carentes. Naquele mesmo ano, como chefe do Poder Judiciário, Nildo Nery instituiu a Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC) e criou uma comissão para retirar menores das ruas, tendo como um dos membros principais do grupo o juiz João Targino. Para concretizar as metas de sua gestão, ele buscou parcerias com o Governo do Estado, Prefeitura do Recife e vários segmentos da sociedade. Assim, foram construídas duas vilas – Vila Nossa Senhora de Fátima e Vila de São Francisco, ambas localizadas no Caiara, no bairro do Cordeiro – com o objetivo de abrigar os menores, e suas respectivas famílias, que residiam nas calçadas do Cais de Santa Rita, no bairro de São José, e na calçada do Convento de Santo Antônio, na Rua do Imperador.

Não esquecendo a música como instrumento de inclusão social, Nery



Com os meninos da Orquestra Criança Cidadã, Nildo Nery e o juiz João Targino

Nildo Nery e Felipe Carlos, menino que chegou ao projeto com apenas seis anos e “que deu muito trabalho para todo mundo”

também criou o Coral Criança Cidadã. Para ocupar o cargo de maestro do coral, ele procurou Geraldo Menucci, que na época já desenvolvia um trabalho social com crianças de abrigos, na Praça do Jacaré, em Olinda. “O coral que nós formamos com as crianças dos abrigos, e também com as crianças que retiramos das ruas, era muito bonito. Vi que aquele era um caminho bom, que conseguia transformar muitas vidas”, lembra emocionado.

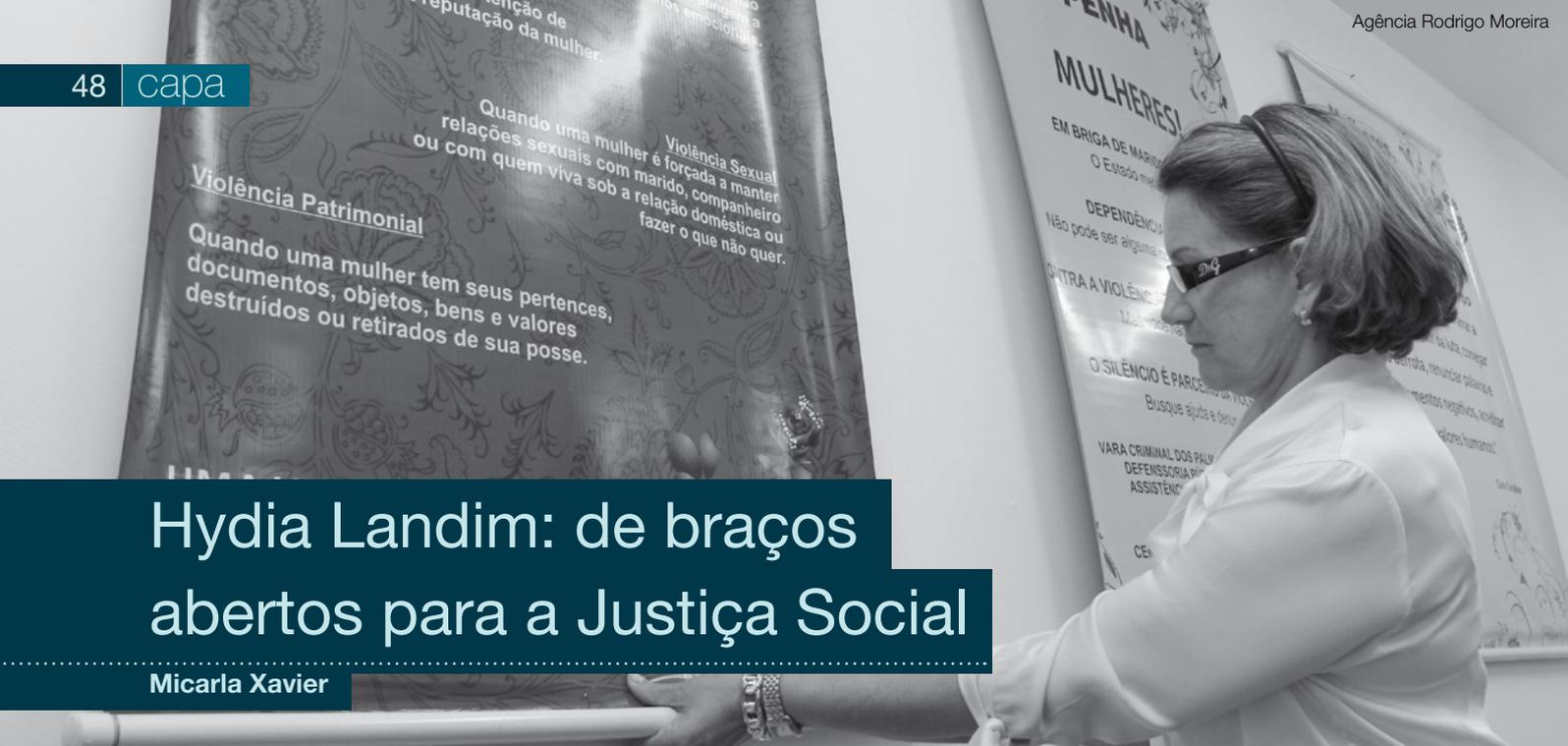
Nildo Nery foi presidente do TJPE durante o biênio 2000/2002. Em 2004, ele se aposentou, passando a se dedicar com exclusividade aos trabalhos da ABCC. No ano seguinte, 2005, o juiz João Targino apresentou a ideia de criar uma orquestra formada por crianças do Coque, comunidade carente e bastante conhecida pelo histórico de violência no Recife. Nildo Nery acolheu a proposta da orquestra, que foi idealizada por um juiz que o via como inspiração. A orquestra teve início em 2006 sob a coordenação do saudoso maestro Cussy de Almeida... O mesmo Cussy de Almeida que, em 1958, apresentou a beleza da música ao jovem Nery.

Hoje, a Orquestra Criança Cidadã tem seis anos de vida e Nildo Nery a contempla diariamente. O momento de maior emoção ao lado das crianças do projeto aconteceu em dezembro de 2008, quando a Orquestra Criança Cidadã se apresentou num encontro de chefes de Estado e de governo de países da América Latina e do Caribe (Calc), na Costa do Sauípe. Nery também cita a apresentação das crianças no Programa do Faustão, na TV Globo. Lembra com contentamento que, na ocasião, os telespectadores pediram

ao apresentador para que a participação da orquestra se estendesse por mais tempo. O sorriso de satisfação também vem ao compartilhar da alegria de ver meninos como João Pedro, Isaías, Júlio, e tantos outros, indo para a Europa, ganhando o mundo com a música.

As paredes da sala de reuniões da ABCC estão lotadas de premiações e dos mais variados títulos. O desembargador aposentado se emociona ao falar das crianças da orquestra. Depois ri ao lembrar-se de Felipe Carlos, menino que chegou ao projeto com apenas seis anos (hoje com 13 anos), e que “deu muito trabalho para todo mundo”; manda chamar Felipe e pede ao menino para contar sobre suas trelas e traquinagens. Felipe olha para Nildo Nery com olhos de agradecimento e respeito. “Esse menino era muito danado, sacudia pedra, subia nas mangueiras... Deu trabalho para todo mundo, não conseguia aprender as aulas de violino... Chegou um tempo em que ninguém queria ele por aqui. Mas eu disse que ele não iria sair, a não ser que eu também saísse. Eu acreditei nele”, conta Nery.

Questionado se o trabalho vale a pena, Nildo Nery responde: “Ora, se vale! Chegar nesta idade com motivação para trabalhar com algo que muda a vida de tantas crianças é muito gratificante... Ver esses meninos, que chegaram aqui sequer sabendo como segurar um instrumento musical, e hoje sendo reconhecidos internacionalmente, viajando para estudar música, tudo isso me causa uma grande satisfação, vale muito a pena”. •



Hydia Landim: de braços abertos para a Justiça Social

Micarla Xavier

Paula Azevedo tem 32 anos, é professora universitária e mãe de um filho de seis anos. Durante mais de uma década, ela foi vítima de violência doméstica e sofreu agressões físicas e psicológicas do ex-marido. Hoje, Paula olha com tranquilidade para esse passado e afirma que reaprendeu a sentir-se segura consigo mesma. Divorciada do ex-marido agressor, atualmente ela investe numa relação amorosa pacífica e segue bem na sua profissão e no papel de mãe. Através das reuniões promovidas pelo Projeto De Braços Abertos, Paula Azevedo tem tido a chance de compartilhar a sua experiência de sofrimento e superação com outras mulheres vítimas de violência doméstica. “Esse projeto nos ajuda, porque aqui ouvimos umas as outras e somos acompanhadas por uma equipe eficiente”, afirma.

A iniciativa do Projeto De Braços Abertos é da juíza da 1ª Vara Criminal de Palmares, Hydia Landim, que além de efetuar parceria com o Poder Executivo local – através da Secretaria da Mulher, também conta com a cooperação da Delegacia Civil Regional, do Ministério Público e da Defensoria Pública da Comarca. O centro de orientações funciona numa sala do 10º Batalhão da Polícia Militar de Palmares, na Área Integrada de Segurança, onde está localizada a Vara Criminal da Comarca desde as enchentes que atingiram a Zona da Mata Sul de Pernambuco em 2010. A princípio, as reuniões terão periodicidade mensal, mas, de

acordo com a juíza responsável pelo projeto, se houver maior demanda os encontros poderão acontecer quinzenalmente. “Nós chamamos as pessoas através de convites remetidos para as suas residências. A aceitação é tão grande que algumas telefonam ou vêm até a 1ª Vara Criminal para confirmar a data e o horário das reuniões”, conta a juíza Hydia Landim.

O centro de orientações foi inaugurado, no dia 18 de setembro, com o intuito de conscientizar vítimas e infratores de crimes de menor potencial ofensivo. Nos encontros, são tratados temas como Direitos e Deveres da Criança e do Adolescente, Violência Doméstica, Evasão Escolar, Prevenção no Trânsito, Bullying, Pedofilia, dentre outros. As três primeiras reuniões do centro trataram do tema Violência Doméstica contra a Mulher, com enfoque na Lei Maria da Penha, e foram coordenadas por uma equipe de psicólogos e assistentes sociais do Centro de Referência da Mulher de Palmares. Cerca de 20 mulheres, todas vítimas de violência doméstica, estiveram presentes nas reuniões, onde puderam participar de sessões de dinâmica de grupo e assistir a palestras e filmes sobre o tema.

A atual legislação referente à violência doméstica prevê que, no caso de agressão contra a mulher, deve ser efetuado o registro de ocorrência na delegacia de polícia, de onde será remetido um pedido de medidas protetivas ao Juízo competente. Cabe

ao juiz deferir ou não as medidas protetivas, designando uma audiência para ouvir as partes envolvidas no processo. Nesse ato, independente do trâmite processual e do prosseguimento ou não da ação penal, a juíza Hydia Landim costuma apresentar o Projeto De Braços Abertos e as atividades nele desenvolvidas, com seus dois eixos de atuação – protetivo e preventivo. “Através desse trabalho, nós não apenas expomos a Lei, nós a transcendemos. Aqui dizemos para essas pessoas que elas têm como sair dessas situações de conflito e, principalmente, que não estão sozinhas”, afirma Hydia.

Para a magistrada, o aumento do número de ações referentes à violência doméstica contra a mulher demonstra que a simples punição do agressor não é suficiente, sendo necessário um acompanhamento interdisciplinar das partes, já que se trata de um problema social. Desse modo, o Projeto De Braços Abertos – em busca da diminuição dos crimes cometidos contra a mulher – apresenta um caráter pedagógico, proporcionando às pessoas envolvidas, homens e mulheres, não apenas informação de cunho jurídico, mas também de saúde psicossocial, o que caracteriza o acompanhamento interdisciplinar. “A agressão é uma doença, o agressor também é passível de tratamento. Não basta prendermos e depois soltarmos o agressor, pois ele precisa de um acompanhamento para que possa sair desse círculo vicioso”, diz.



Hydia Landim: “Por trás da caneta do juiz, o mesmo que condena ou absolve, há um ser humano que pode fazer mais por outro ser humano”

As três primeiras reuniões do centro trataram do tema Violência Doméstica contra a Mulher, com enfoque na Lei Maria da Penha, e foram coordenadas por uma equipe de psicólogos e assistentes sociais do Centro de Referência da Mulher de Palmares

Fortalecimento e parcerias

O Projeto De Braços Abertos fortalece o sistema de redes de atendimento do município e da sociedade, visando integrar diversos órgãos e instituições com o Poder Judiciário. Hydia Landim não cansa de agradecer aos parceiros que ajudaram na concretização do projeto. Dentre eles, cita o delegado da Polícia Civil, Manoel Martins, responsável pela sala reservada para o projeto, e a secretária da Mulher do Município de Palmares, Cláudia Santos.

Hydia também ressalta a atuação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Palmares, que, através da parceria, oferece cursos profissionalizantes para as mulheres assistidas pelo projeto. “Notamos que o desemprego é um grande facilitador para a violência. Muitas vítimas continuam na condição de vítimas por dependerem financeiramente de seus maridos. Por isso, resolvemos partir em busca de parcerias para que estas mulheres façam cursos e assim consigam ser inseridas no mercado de trabalho”, diz a juíza.

De acordo com a secretária Cláudia Santos, a iniciativa da magistrada Hydia Landim propiciou a ampliação das políticas públicas em defesa da mulher em Palmares. “As pessoas costumam ver o Judiciário como um órgão distante e apenas punitivo. Hoje estamos aqui trabalhando nesse projeto social que envolve conscientização e prevenção de crimes”, afirma.

A magistrada

Hydia Landim foi a primeira mulher a ocupar o cargo de juíza na Comarca de Palmares. Titular da 1ª Vara Criminal desde 2000, a magistrada sempre demonstrou atenção por seu jurisdicionado, deixando claro que a prioridade em sua unidade judiciária é o cidadão que ali chega necessitando não apenas de orientação social. E foi impulsionada por esse objetivo, de prestar orientação constante para aqueles que recorrem ao Judiciário, que Hydia desenvolveu o Projeto De Braços Abertos, promovendo, assim, trabalhos voltados tanto para a conscientização quanto para a pacificação social.

Por acreditar que o trabalho social dignifica o ser humano, desde o início de sua atuação como juíza criminal da Comarca de Palmares, Hydia Landim vem contribuindo para o bem-estar social no âmbito conferido ao Poder Judiciário. Dessa forma, a juíza também já desenvolveu trabalhos de inclusão social em presídios e abrigos de Palmares. “Se eu não fizer isso, a minha função não tem sentido. Se não fizer algo, eu me sinto mal. Por trás da caneta do juiz, a mesma que condena ou absolve, há um ser humano que pode fazer mais por outro ser humano. O juiz não é um ser superior em hipótese alguma”, conclui Hydia Landim. •

Ailton Alfredo e a alfabetização que rompe grilhões

Micarla Xavier

A de atenção, B de benevolência, C de cidadania, D de dignidade... Desse modo, o abecedário começa a fazer sentido para cerca de 1.900 apenados de Pernambuco. A iniciativa partiu do juiz Ailton Alfredo, que, em 2010, entrou em contato com o Movimento de Alfabetização (Mova-Brasil) do Instituto Paulo Freire, com o objetivo de promover a alfabetização de presos e assim apresentá-los às inúmeras possibilidades da reintegração social. Na época, Ailton Alfredo estava substituindo o juiz Adeildo Nunes na 1ª Vara de Execuções Penais. Ali, ao realizar audiências, o magistrado constatou o largo índice de analfabetismo entre os apenados. Ailton confessa que aquela situação o incomodou, pois encontrou pessoas que estavam presas há mais de dez anos e que, durante todo esse tempo, não tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever em suas respectivas unidades prisionais. “A Lei de Execução Penal prevê estudo, aprendizagem de artes e ofícios, mas aquelas pessoas que surgiam na minha frente não sabiam sequer do básico. Eu achava um absurdo tantas pessoas presas, à disposição do Estado e este não oferecer o elementar”, conta o juiz.

Ailton Alfredo compartilhou o incômodo com Luiz Lorenzon, na época seu aluno da disciplina de Introdução ao Direito, na Universidade Salgado de Oliveira (Universo). Lorenzon, que atua como articulador social nacional dos projetos do Mova-Brasil, já conhecia o nobre caminho da alfabetização de adultos. O Mova-Brasil é fruto da parceria do Instituto Paulo Freire com a Petrobrás e entidades sindicais dos Petroleiros - como a Federação Única dos Petroleiros (FUP) - e é coordenado por Luiz Lorenzon desde 2008. Desse modo, juntos - professor e aluno; juiz e articulador social - levaram a ideia da alfabetização de apenados para

o Movimento. Lorenzon não poupa elogios à iniciativa do juiz e conta que a ação educacional no sistema prisional pernambucano começou com quatro turmas distribuídas entre os presídios Aníbal Bruno e Bom Pastor. “Eu tive a oportunidade de conhecê-lo como professor. Em nossas conversas, eu percebia que ele tinha muita responsabilidade social. Poucos magistrados possuem essa preocupação social. O olhar de Ailton como juiz sempre foca a sociedade, ele tem uma visão nobre a respeito da ajuda ao próximo”, diz Lorenzon.

O Mova-Brasil possui nove polos que atuam em dez Estados do Brasil. A coordenadora pedagógica do Polo Pernambuco e Paraíba (Polo PE-PB), Adriana Souza, conta que o projeto de Ailton Alfredo se expandiu para 75 turmas dentro de unidades prisionais. De acordo com Adriana Souza, hoje o Presídio Anibal Bruno, por exemplo, conta com três turmas de alfabetização. Ela também cita a existência de turmas de alfabetização no Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, Penitenciária Professor Barreto Campelo, Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima, Colônia Penal de Buíque, Presídio de Igarassu, Cadeia Pública de Canhotinho, Presídio de Vitória de Santo Antão, dentre outros. Adriana ressalta que o Polo PE-PB é o único do Mova-Brasil a promover a alfabetização de apenados, também atuando nas unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase). “O Polo PE-PB serve de laboratório para um novo enfoque na educação de jovens e adultos que cumprem penas em presídios. Este é o único polo com enfoque na educação prisional. E se nós chegamos às prisões foi por iniciativa do juiz Ailton Alfredo”, diz Adriana.

Assis Lima



Ailton Alfredo : “Quem está preso merece atenção. A sociedade olha o preso como um descarte e o larga nas unidades prisionais. É preciso compreender que quanto mais humanidade os presos recebem, mais humanos eles voltarão para a sociedade”

No projeto de iniciativa do magistrado, e concretizado graças ao Mova-Brasil, as salas de aula funcionam como um espaço de construção de cidadania, reintegração social e outros temas relacionados ao contexto prisional. O método Paulo Freire, repassado aos apenados do projeto, não visa apenas tornar mais rápido o aprendizado, mas também habilitar os alunos a “lerem o mundo”, na expressão do grande educador pernambucano. Trata-se de aprender a ler a realidade para em seguida reescrevê-la. As salas de aula propiciam o que os presos anseiam: oportunidade. A educação escolar no sistema prisional responde questões que não foram devidamente respondidas pelo mundo contemporâneo, como, por exemplo, o que fazer com os detentos e o que esperar deles quando cumpridas as suas penas.

Hoje, as salas de alfabetização do Mova-Brasil nos presídios de Pernambuco beneficiam 1.875 apenados. Para

cadastrar os alunos no programa, os profissionais do Mova contam com a ajuda dos setores psicossociais das instituições prisionais, que preparam listas de apenados que não oferecem riscos à turma e ao projeto (ou a eles próprios, tendo em vista rixas e divergências de facções). O Polo PE/PB conta com 179 professores atuando em suas salas de alfabetização. No fim da etapa de alfabetização, o Mova realiza uma formatura com todos os alfabetizados, com a entrega de certificados de conclusão de curso.

A admiração a Paulo Freire, a crença na educação

Até a década de 50, não existia nenhum método específico para alfabetizar adultos no Brasil. Os adultos eram educados como eram educadas as crianças. Em relação a tal problemática, Paulo Freire afirmou que “usar método de criança para alfabetizar adulto é humilhar o adulto”.

Desse modo, o Mova-Brasil foi criado, tendo como inspiração os movimentos populares. “O Estado sozinho não vai resolver o problema. É preciso que a sociedade se envolva, que o alfabetizando se envolva”, disse o educador pernambucano.

Quando se pensa em alfabetização de apenados, logo se aponta as dificuldades referentes à segurança e espaço, sobretudo devido a uma cultura de achar que o preso está excluído definitivamente da sociedade. O juiz Ailton Alfredo, ao participar do projeto de alfabetização do Mova-Brasil, deixa claro que o preso é um partícipe da sociedade, devendo permanecer ativo e preparado para voltar a conviver socialmente. “Quem está preso merece atenção. A sociedade olha o preso como um descarte e o larga nas unidades prisionais. É preciso compreender que quanto mais humanidade os presos recebem, mais humanos eles voltarão para a sociedade”, afirma o magistrado.

O magistrado diz que como ser humano se sente feliz de poder fazer uma boa ação, de ajudar seus semelhantes. Ele se lembra da vez que, atuando no Juizado do Torcedor, foi abordado por um senhor que o reconheceu do projeto de alfabetização. Na ocasião, o homem agradeceu ao juiz, contando que “tirou” todos os documentos e que estava trabalhando graças a uma das turmas de alfabetização que frequentou no Presídio Aníbal Bruno.

Assim como Paulo Freire, o juiz Ailton acredita que a educação de adultos, sobretudo de adultos que cumprem penas em unidades prisionais, está interligada com outros direitos, como o direito à cidadania, à ressocialização, ao emprego. “Alfabetizar não é apenas assinar o nome. É preciso transformar o letrado em cidadão. Eu me sinto realizado na minha profissão de juiz, principalmente por estar fazendo algo mais do que o simples aplicar da lei. Todo magistrado deveria abraçar sua função social e ajudar a resgatar pessoas. Aliás, a lei penal devia servir para isso, para resgatar pessoas e não para condená-las simplesmente”, desabafa Ailton Alfredo.

Instituto Paulo Freire

O Instituto Paulo Freire (IPF) é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 1991 e fundada oficialmente em 1 de setembro de 1992. Atualmente, considerando-se Cátedras, Institutos Paulo Freire pelo mundo e o Conselho Internacional de Assessores, o IPF constitui uma rede internacional com membros distribuídos em mais de 90 países em todos os continentes, com o objetivo principal de dar continuidade e reinventar o legado de Paulo Freire.

Metodologia

A perspectiva metodológica adotada neste projeto fundamenta-se nos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos de Paulo Freire. A ação pedagógica se desenvolve com base na Leitura de Mundo do educando ou educanda, a partir da qual se identificam as situações significativas da realidade em que ele ou ela está inserido(a). Desse processo surgem os temas geradores que, por sua vez, orientam a escolha dos conteúdos. O conhecimento construído no ato de educar busca problematizar a realidade e a compreensão mais profunda do mundo vivido. A partir dessa compreensão crítica, educandos e educandas são estimulados a planejar ações de intervenção social e passam a atuar como sujeitos da construção de realidades mais justas e humanas.

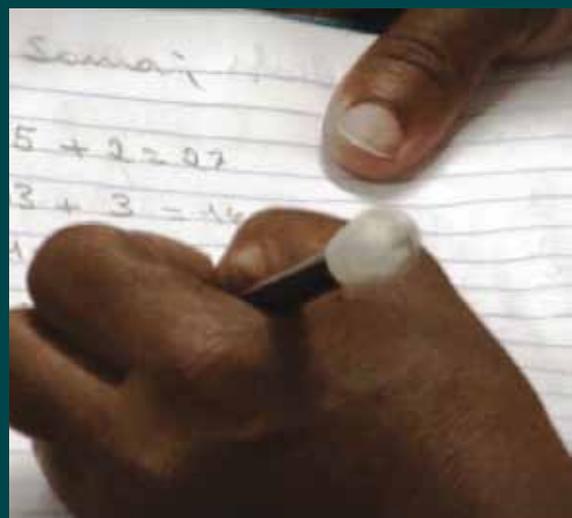
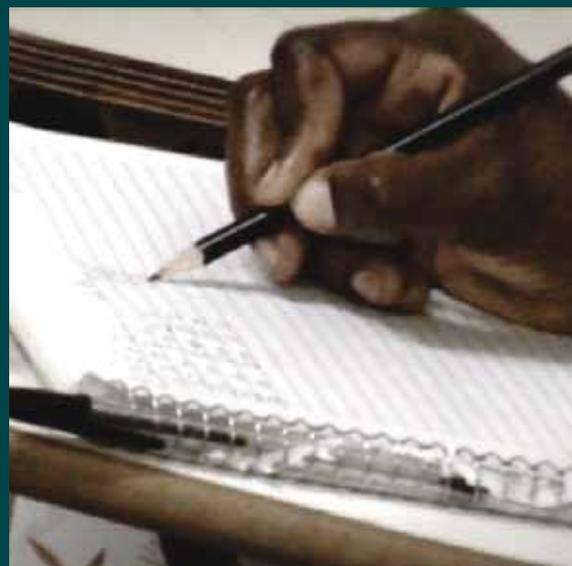
Mova-Brasil

O Projeto tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a redução do analfabetismo no Brasil, o fortalecimento da cidadania e a construção de políticas públicas para a educação de jovens e adultos;
- Estabelecer parcerias com outros projetos do programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras e com organizações, sindicatos, movimentos sociais, movimentos populares e governos;
- Organizar turmas de alfabetização de jovens e adultos em regiões prioritárias para os parceiros envolvidos no processo;
- Formar coordenadores de polo, assistentes pedagógicos, coordenadores locais e alfabetizadores.

Para concretizar suas ações e metas sociais, o Mova desenvolve parcerias com uma multiplicidade de organizações:

- Movimentos de catadores, jovens e mulheres;
- Associações de bairros e moradores, assentamentos, agentes comunitários de saúde;
- Rádios comunitárias e fóruns, conselhos comunitários de saúde e educação;
- Federações, sindicatos, associações e centros de apoio a trabalhadores rurais e agricultores familiares;
- Cáritas diocesanas, centros espíritas, Comissão Pastoral da Terra, Igrejas evangélicas e católicas;
- Secretarias estaduais e municipais de Educação e Agricultura, a Secretaria Estadual da Pesca, Secretarias Municipais de Ação Social e Saúde;
- Serviços públicos, câmaras de vereadores e complexos penais. •



Justiça garante próteses para surfista atacado por tubarão

Liminar antecipando a tutela foi assinada em outubro de 2011. A sentença foi confirmada no dia 17 de outubro do ano seguinte

Pedro Fernando da Hora

Quando entrou no mar, naquela tarde de 1º de maio de 1999, o surfista Charles Heitor Barbosa Pires não imaginava que quando saísse da água sua vida estaria mudada. Ele foi atacado por um tubarão e perdeu as duas mãos, com isso teve que reaprender atividades simples do dia a dia. “No início é difícil, nunca quis precisar de ajuda. Sempre tive minha independência, que infelizmente foi interrompida. Tinha que pedir ajuda para fazer a barba, para calçar uma meia”, relata. Na época, o surfista tinha 21 anos, estava concluindo o 2º Grau e trabalhava como entregador de listas telefônicas. Por causa do incidente, ele parou de realizar essas atividades.

Em 2011, uma decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) mudou, mais uma vez, a vida de Charles. Através de uma ação impetrada, um ano antes, contra o Estado de Pernambuco, o surfista solicitou duas próteses biônicas com mão, modelo I-Limbe Pulse de cinco dedos, com motores individuais permitindo variações de

movimentos. A liminar antecipando a tutela foi assinada no dia 6 de outubro de 2011, pelo juiz José Marcelon Luiz e Silva, que na época respondia pela 3ª Vara da Fazenda Pública, e atualmente está no 24º Juizado Cível e das Relações de Consumo da Capital. O magistrado baseou sua decisão na proteção constitucional que garante a todos os brasileiros o direito à assistência à saúde de forma plena, incluindo o acesso a novas tecnologias. “A decisão não condena o Estado como responsável pelo acidente e sim reconhece o dever do poder público de prestar assistência à saúde”, afirma o juiz.

A sentença do processo foi assinada no dia 17 de outubro, pela juíza da 3ª Vara da Fazenda Pública, Mariza Silva Borges. No documento, a magistrada confirma o direito de Charles receber as próteses baseando-se na súmula 18 do TJPE, que diz: “É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto



Agência Rodrigo Moreira



A juíza Mariza Silva Borges confirmou o direito de Charles receber as próteses baseando-se na súmula 18 do TJPE, que diz: “É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial”

em lista oficial”. O produto importado custou R\$ 654.000,00. O Estado também foi condenado a pagar indenização por dano moral em favor do autor, no valor de R\$ 80.000,00, acrescido de juros e correção monetária.

Charles conhecia bem o local e costumava surfar em frente ao Edifício Acaiaca, na praia de Boa Viagem, onde foi atacado. Na época, o local não tinha placas informativas sobre o risco de ataques de tubarões. “Voltamos a surfar no ponto do ataque depois que o ônibus que nos levava para Porto de Galinhas foi cortado”, explica. Charles comenta que não surfou pela manhã porque a maré estava baixa. “Por volta das 14h, eu estava pela praia e um amigo me chamou para irmos buscar nossas pranchas. Acabei aceitando o convite”, relembra.

Mesmo sentindo que o tubarão estava próximo, o surfista não teve tempo para sair do mar e evitar o ataque. “Na quinta onda, mais ou menos, eu já me sentia cansado e voltei para pegar a última. Tive um pressentimento que o tubarão estava perto, senti alguma coisa subindo e ele mordeu minha perna. Fui arrastado para o fundo”. Na luta para se desvencilhar do animal, Charles teve as mãos mutiladas. “Tentei me defender e foi quando ele pegou minhas mãos. Lá eu percebi que estava sem elas”. Charles lutou pela vida e nadou até perder as forças, sendo resgatado pelos salva-vidas e entrando para as estatísticas do Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarão (Cemit).

Ele foi a 30ª vítima de ataques de tubarão, segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Social do Estado (SDS). No total, 57 ataques foram contabilizados na orla de Pernambuco (nas praias de Piedade, Boa Viagem, Paiva, Candeias, Barra de Jangada, Pina, Pau Amarelo, Olinda, Pontas de Pedra, Olinda e Cabo de Santo Agostinho). Os números são cadastrados desde a criação do Cemit, tendo o primeiro ataque ocorrido no dia 28 de junho de 1992 e o último no dia 23 de setembro de 2012. A lista foi fornecida no dia 17 de outubro de 2012.

Depois do socorro, a vítima foi encaminhada para o Hospital da

Restauração, onde ficou internado por quase três semanas. O restante do tratamento aconteceu em uma clínica particular. Charles frequentou o local por cerca de dois meses e passou por uma intervenção cirúrgica. Os médicos que o atendiam levantaram a hipótese de realizar um implante de mão, que não foi concretizado. “Eu não quis receber o implante, porque meu sistema imunológico baixaria e correria o risco de uma rejeição aos membros. Não é algo autônomo como uma prótese”, diz o surfista.

Depois do acidente, os estudos e o trabalho foram deixados de lado. Por meio das reportagens sobre o assunto, várias pessoas o procuraram, inclusive de fora do País, e ele passou a se comunicar com elas. “Passei uns sete anos, mais ou menos, bem complicados. Não tinha foco para estudo, nem para trabalho. Fui me adaptando às dificuldades e comecei a correr atrás”, diz. O surfista matriculou-se em um supletivo, começou a fazer planos de estudar Direito e abriu um depósito de água e gás. Nessa época, descobriu que sua mãe estava doente e em seguida veio a falecer.

Charles conseguiu um emprego em uma empresa privada, onde trabalhou por oito anos. Através de uma parceria com seus empregadores, ele começou a faculdade de Direito (atualmente está no nono período). Foi durante o curso que surgiu a esperança de obter as próteses: “Meu professor de Direito Civil ofereceu ajuda, sem custos”.

Depois de receber as próteses, Charles planeja terminar o curso de Direito e procurar oportunidades na área. Outro objetivo é consolidar a Avituba, associação que tem como membros vítimas de ataques de tubarões. O surfista voltou a praticar o esporte, mas agora em outra modalidade, ficando em pé na prancha. “Eu estava em Porto, vendo o pessoal entrar no mar. Senti vontade de ver como seria minha relação com a prancha e o mar e acabei entrando. Querendo ou não fica uma seqüela ainda maior por você ter perdido um membro, mas com o tempo ela pode ser superada”, diz Charles. •

Decisão do TJPE obriga o Estado de Pernambuco a custear cirurgia de mudança de sexo

O procedimento será realizado no Hospital das Clínicas de Goiás. Alexandre Emanuel também conseguiu junto ao Poder Judiciário sua retificação de nome e de sexo

Vanessa Oliveira

A história do Judiciário no Estado vai muito além dos pilares, paredes e vitrais que sustentam o Palácio da Justiça. Ela é contada através das decisões dos magistrados que integraram e integram o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Sentenças que mudaram a vida de muita gente. Pessoas como Alexandre Emanuel, de 45 anos, que nasceu mulher, mas nunca se sentiu feliz com seus traços femininos. Graças a decisões do Judiciário pernambucano pôde mudar de nome e, agora, vai conseguir se transformar naquilo que sempre se sentiu: um homem.

A decisão do juiz Marcus Rabelo Torres, que estava em exercício na 4ª Vara da Fazenda Pública, é inédita no Estado e obriga o Governo de Pernambuco a custear a cirurgia de mudança de sexo, metoidioplastia, no Hospital das Clínicas de Goiás. O procedimento está avaliado em aproximadamente R\$ 40 mil. O direito de retificar o nome e o sexo na carteira de identidade veio antes, em 2007. O processo tramitou na 5ª Vara da Família e o responsável pelo caso foi o juiz Rafael Machado.

Na adolescência, Alexandre se sentia um intruso. O mais difícil, segundo ele, era perceber o seu corpo se transformando e adquirindo características femininas, enquanto a sua mente se masculinizava. “Você pensa como homem, com instintos masculinos, e o corpo se torna, cada vez mais, de mulher. Ao invés de acontecer um encontro lá na frente, entre mente e físico, há uma distorção ainda maior”.

A luta do professor de Educação Física para se tornar definitivamente um homem teve início há 13 anos. Contu-

do, só em 2004 ele pôde ser submetido à pan-histectomia, cirurgia que retira todos os órgãos reprodutores femininos, como ovários e úteros. Os seios e as glândulas mamárias também foram removidos.

Em 2007, o professor conseguiu na Justiça o direito de ser legalmente Alexandre Emanuel de Almeida Castro. O nome feminino lhe causava constrangimento. “Eu já ficava esperando as pessoas me olhando quando chamassem o meu nome, numa clínica, por exemplo. Já esperava a surpresa nos rostos de quem estava perto de mim e eu me sentia mal com isso”.

O juiz Rafael Machado ressaltou que nesses casos deve-se levar em consideração a questão do preconceito que a pessoa sofre em seu dia a dia. “Nós analisamos essa questão social que abate muito a pessoa. Alexandre apresentava um nome que não correspondia à sua aparência e isso lhe causava desconforto”, afirmou. O magistrado também destacou que esse foi o primeiro caso que julgou de retificação de nome e de sexo, de feminino para o masculino, em 12 anos de atuação na Vara.

O processo durou entre três e quatro meses. Esse tempo varia de um processo para outro. O juiz também ressaltou que decisões como essa mostram que a Justiça realmente deve atingir toda a população. “A Justiça é de todos e para todos. Ela tem que trabalhar para o povo independente de religião, cor e sexo”, enfatizou.

Este ano, quando foi informado de que a liminar, lhe garantindo a cirurgia de mudança de sexo, tinha saído de

Assis Lima



Alexandre: “Eu fiquei surpreso porque a decisão saiu na mesma semana em que demos entrada na ação”



Alexandre Emanuel entre os juízes Marcus Nonato e Rafael Machado que proferiram duas decisões fundamentais para a vida do professor de Educação Física

maneira tão rápida, o professor ficou surpreso. “Eu fiquei sabendo da decisão através da minha defensora pública. Foi ela que me ligou e avisou que a antecipação de tutela tinha saído. Eu fiquei surpreso porque a decisão saiu na mesma semana em que demos entrada na ação. No momento eu pensei: Nossa foi tão rápido, foi de uma hora pra outra”, confessou.

Alexandre conta que essa decisão foi importante para completar o tratamento desenvolvido durante esse tempo. “Eu achei a decisão do juiz correta e muito consciente. Não faz sentido desenvolver todo um tratamento e quando chegar no finalzinho faltar um detalhe, uma cirurgia”, afirmou.

Segundo o juiz Marcus Rabelo Torres, a celeridade processual nesse tipo de caso é normal. Os pedidos de tutela antecipada são apreciados com certa rapidez, pois esses processos apresentam, normalmente, a possibilidade de perecimento de direito, como os que envolvem planos de saúde. “Essas situações não permitem que os prazos processuais e a demora normal de determinados atos sejam aguardados. Em alguns casos, por estarmos assoberbados, a celeridade processual é prejudicada, mas é importante destacar que em situações emergenciais e especiais a Justiça tem atuado de maneira rápida e firme”, declarou.

A cirurgia será realizada em Goiás, pois Pernambuco não possui um centro especializado nesse tipo de procedimento. A data da intervenção não foi determinada e o Estado ainda pode recorrer, mas Alexandre acredita que essa decisão está abrindo novos caminhos. “Minha cirurgia, por ser de caráter experimental, servirá para diversos tratamentos de milhares de pessoas”. Ele também destacou a iniciativa da Secretaria Estadual de Saúde de criar um centro para atender transexuais femininos e masculinos, antes e depois da cirurgia.

De acordo com o juiz Marcus Rabelo, essa decisão serve para mostrar ao cidadão que o Judiciário irá ampará-lo quando houver ameaça ao seu direito à cidadania. “O Estado tem a obrigação de zelar por determinados princípios que estão amparados na Constituição Federal. Quando esse papel não é cumprido, o Judiciário é acionado e toma as providências para garantir o exercício da cidadania daquela pessoa”. O magistrado destacou, ainda, a necessidade que a Justiça tem de evoluir com a sociedade. “O Poder Judiciário deve estar atrelado às modificações que a sociedade vem sofrendo. Novos conceitos e novos valores estão surgindo e é necessário caminhar junto a essas alterações”, arrematou. •

Quando a saúde é mais do que um direito

Os abusos constantes das operadoras de saúde fazem com que o consumidor acabe recorrendo cada vez mais à Justiça

Clareana Arôxa

Jamine Costa tinha 12 anos quando se inscreveu em um programa do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Sassepe) para realizar uma cirurgia de alteração dento-facial. O problema, intitulado de prognatismo mandibular, era um crescimento exagerado do osso maxilar que causa, além de transtornos estéticos e de mastigação, fortes dores de cabeça. A previsão, segundo os médicos, era de que a operação fosse realizada quando a garota completasse a maioridade e, até lá, seriam realizados tratamentos odontológicos. Uma vez por mês, Jamine saía de sua casa, no município de Gravatá, no Agreste pernambucano, às 4h30 para ser atendida às 7h, pela dentista Carmen, no Hospital dos Servidores, no Recife. A odisseia durou mais seis anos.

“Fui esperando e nada de ser encaminhada para fazer a cirurgia. A sorte foi que aos 19 anos, entrei na faculdade e tive o direito de continuar com o plano. Quando completei 21, não aguentei mais e fui correr atrás da cirurgia. Não sei como não desistimos”, contou a menina. Dentre idas e vindas, o Sassepe negou várias vezes a operação. Os argumentos foram os mais variados e nenhum deles baseado em laudos médicos. Jamine e seus pais, Mali e Clóvis, andaram de departamento em departamento atrás de autorização para as guias médicas de cirurgias. Até que resolveram entrar na Justiça contra o Sistema de As-

sistência à Saúde e, em julho, após o deferimento de uma tutela antecipada, a operação foi feita. “Se não fosse a Justiça, não sei o que teria acontecido. Depois de todo sofrimento, valeu a pena”, relatou.

O caso de Jamine é mais um dos vários que entram, diariamente, na Justiça pernambucana. O problema começa na forma em que o contrato é redigido. Por ser de adesão, o consumidor não tem o direito de discutir as cláusulas que, na maioria das vezes, são extremamente abusivas. Devido à falta de informação, os processos se avolumam em todas as instâncias do Judiciário. “Aqui, no 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital, há uma gama razoável de ações em relação à saúde contra o Estado ou uma empresa pública. Todos os dias, eu despacho processos em que a Sassepe é demandada”, comentou o juiz titular do Juizado, Roberto Carneiro Pedrosa. Segundo o magistrado, o cidadão que se sentir lesado ou que tenha um tratamento específico negado, pode prestar queixas na Central dos Juizados e dar entrada em um processo, junto a um advogado, através do sistema do Processo Judicial Eletrônico. “Normalmente, os processos vêm com pedido de tutela antecipada para distribuição de medicamentos, tratamentos e vagas na UTI. A tutela é expedida o mais rápido possível. Basicamente, os medicamentos são de um custo elevado e o cidadão não pode arcar com os custos do pagamento”, pontua.

Agência Rodrigo Moreira



Segundo o juiz Roberto Carneiro, o cidadão que se sentir lesado ou que tenha um tratamento específico negado, pode prestar queixas na Central dos Juizados e dar entrada em um processo, junto ao advogado, através do sistema do Processo Judicial Eletrônico

Agência Rodrigo Moreira



O diretor do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, juiz João Alberto Magalhães, ressalta que é mais prudente o plano de saúde ou o próprio Estado acatar a decisão da Justiça do que arcar com a despesa da multa decorrente da ação

Tutela antecipada é um procedimento que serve para acelerar o processo e que, nestes casos, garante o direito do cidadão aos tratamentos de urgência. Ela é analisada por um juiz e julgada na mesma semana da entrada da queixa. É o ponta-pé inicial para uma briga judiciária em que cabem recursos, mas que não suspende o direito do consumidor de ter acesso ao que precisa na área da saúde, seja pública ou privada. A grande maioria das tutelas surgem dos plantões judiciários, um regime de funcionamento especial da Justiça para os finais de semana. No caso do 1º Grau, os juízes plantonistas trabalham, aos sábados e domingos, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, no bairro da Ilha do Leite, das 13h às 17h. “O atendimento é o mesmo, como se o Fórum estivesse em funcionamento num dia de expediente normal. O advogado entra com a petição, o juiz examina e defere a tutela antecipada. O oficial de justiça de plantão cumpre imediatamente a decisão. Para que isto aconteça, a petição deve obedecer aos requisitos determinados por lei: comprovação da doença e do plano de saúde, caso seja particular, além do atestado médico”, diz o magistrado e diretor do Fórum do Recife, João Alberto Magalhães.

De acordo com o diretor, quando uma decisão é expedida, também se fixa uma multa muito alta, para o caso da medida não ser cumprida. Termina sendo mais prudente o plano de saúde ou o próprio Estado acatar a decisão do que arcar com a despesa. A média de processos deste tipo, nos plantões judiciários, são de três a cinco por final de semana. Apenas as solicitações para internações ou operações de urgência é que são atendidas e o funcionamento é semelhante ao de uma Vara. Quando termina, é feita uma ata em que consta todas as ocorrências e os processos que deverão ser transmitidos ao distribuidor e, logo após, eles são encaminhados para suas respectivas unidades judiciárias. Quando a ação é de até 40 salários mínimos, o processo é encaminhado para os Juizados Especiais. Caso o valor ultrapasse esta marca, o destino são as Varas da Justiça Comum.



De acordo com a juíza Fernanda Chuahy, as ações mais frequentes são relacionadas a planos coletivos, portabilidade, negativa de assistência ou de exames sem justa causa e aumentos abusivos devido à mudança de faixa etária

No caso dos Juizados Especiais, o cidadão não precisa ser representado por um advogado. As ações mais costumeiras são de planos coletivos, portabilidade, negativa de assistência ou de exames sem justa causa e, principalmente, aumentos abusivos devido à mudança de faixa etária. Recentemente, a juíza do 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital, Fernanda Chuahy, julgou junto ao Colégio Recursal - um colegiado de juízes que se reúne para revisar uma sentença, quando há pedido de recurso - uma ação contra um plano de saúde que cobrou um reajuste maior do que o permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na mensalidade de uma senhora de 62 anos. A justificativa da operadora foi a mudança de faixa etária da idosa e ainda afirmou que, até a requerente completar os cinco anos da repactuação, o plano chegaria a um aumento de 90% do valor inicial. A ANS permite, por lei, que todo ano haja um reajuste na mensalidade e este percentual depende da taxa de inflação. De acordo com a Lei 9656/98, que regulou os planos de saúde a partir do ano de 1999, deve estar expresso no contrato a previsão de aumento do valor cobrado pela assistência. Caso o plano contratado seja antes da vigência da Lei, os chamados planos antigos, vale o que está escrito no contrato, inclusive o reajuste dos valores.

No entanto, o Estatuto do Idoso proíbe que haja reajuste nos planos de saúde para seguradores maiores

de 60 anos. De acordo com a Lei 10.741/2003, é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade. Apenas o reajuste anual é permitido. Segundo a juíza, as turmas recursais tem um entendimento majoritário de que é proibida cobrança abusiva. O procedimento para encaminhar o caso à Justiça é o mesmo. "Primeiro o consumidor deve procurar a própria seguradora e registrar uma reclamação administrativa. Se não houver resposta ou se esta for negativa, basta procurar um Juizado Especial ou um Fórum para ações de custo mais elevado. O juiz pode conceder uma liminar que suspenda a cobrança", afirma a magistrada.

Também é vedada à seguradora definir qual o tipo de medicação ou tratamento que é necessário ao paciente, cabendo esta responsabilidade apenas ao médico. Aos planos, cabem apenas providenciar os meios de prestar cobertura do tratamento, inclusive a medicação necessária ao seu acobertado. No site da ANS (www.ans.gov.br), há um espaço destinado ao consumidor e que, entre outros pontos, explica o que os planos de saúde não podem limitar. Outro ponto de conflito são as doenças preexistentes. A própria Agência Nacional afirma que nenhuma doença pode ser excluída da assistência e que câncer, AIDS e transtornos psiquiátricos devem ter cobertura obrigatória. No entanto, o que se vê no dia a dia é que muitos pacientes esperam um período longo de carência ou simples-

mente não são atendidos. O problema é que, na hora do contrato, não existe um exame prévio que identifique ou não a existência de transtornos e, muitas vezes, estes se desenvolvem de forma silenciosa.

Em relação aos contratos, o Conselho Nacional de Saúde Suplementar (Consu) determinou, através da Resolução 08/1998, que é de obrigatoriedade dos planos de saúde informar ao consumidor, de forma precisa, clara e completa, o laudo circunstanciado, quando solicitado, junto com a cópia da documentação, o motivo pelo qual é negada a cobertura médica. As dúvidas sobre o que os planos devem oferecer, além de questões sobre migração e portabilidade são bastante frequentes e podem ser esclarecidas no Espaço do Consumidor, no site da ANS. Lá, o cidadão pode ter conhecimento, por exemplo, que o cheque-caução é um recurso que não pode ser cobrado pelo hospital para quem comprova que é credenciado em alguma rede de saúde particular. O Espaço também traz uma tabela com a lista das órteses e próteses implantáveis, além das regiões geográficas em que determinado plano tem obrigação de atender.

A princípio, já existe um consenso, pelo Código de Defesa do Consumidor, de que o cliente é o lado mais fraco do processo. “Ele é considerado hipossuficiente, principalmente em relação ao Estado. Os planos de saúde substituíram o papel do Poder Público no fornecimento da saúde. Mas, estes terminam complicando a vida da população porque não obedecem às normas da agência reguladora e a própria agência, de certa forma, se omite. Não há uma atuação muito eficaz no combate às desatenções do plano de saúde com os usuários”, explica o desembargador Eurico de Barros. O magistrado também é responsável por julgar diversos casos relacionados ao tema, principalmente tratamentos caros e graves. “O processo de conscientização do usuário deve ser constante, uma vez que as informações são muitas. Cabe ao usuário buscar conhecer quais são os seus direitos e saber que há meios de preservá-los”, avalia o magistrado. •



Eurico de Barros: “O processo de conscientização do usuário deve ser constante, uma vez que as informações são muitas. Cabe ao usuário buscar conhecer quais são os seus direitos e saber que há meios de preservá-los”

Resgatando identidades

A história de David Correy, que assim como inúmeras pessoas que recorreram ao arquivo digitalizado dos processos de adoção do TJPE, reencontrou sua família biológica

Ivone Veloso



O direito à origem biológica, à história, à identidade. Para muitos, saber de onde vêm, quem são os pais biológicos, por que razão não os criaram, representa um resgate necessário para seguir adiante. No Judiciário pernambucano, a iniciativa da implantação de um arquivo digitalizado dos processos de adoção, realizada no dia 16 de março de 2011 pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado, vem tornando mais fácil o acesso a esses dados. A ação se destaca não só por ser pioneira no Brasil, mas também pela abrangência de sua pesquisa. Foram digitalizados, até o momento, 15.800 processos de adoção com trânsito em julgado desde 1990, e uma parcela dos referidos processos da década de 70 e 80, não só da Capital, mas também da Região Metropolitana do Recife e do interior de Pernambuco. A procura por informações sobre as ações de adoção é frequente por filhos adotados e familiares residentes tanto no Brasil quanto no exterior. Uma das buscas mais recentes, que acabou ganhando repercussão na mídia nacional e internacional, diz respeito ao cantor David Correy, 27 anos, que desejava encontrar a sua mãe biológica. Nascido em Recife, adotado por uma família norte-americana, e criado na cidade de Annapolis, no estado de Maryland, o cantor participou do programa The X Factor, exibido no Brasil pelo canal Sony Entertainment Television, concorrendo ao prêmio de US\$ 5 milhões (cerca de R\$ 10 milhões).

Em sua primeira apresentação para os jurados, Simon Cowell, Demi Lovato, Britney Spears e L.A. Reid, no dia 25 de setembro, ao ser questionado por Demi Lovato sobre o que o diferenciava dos demais David afirmou: “Eu sou adotado. Tenho que cantar bem e continuar tentando até que minha mãe biológica ouça minha voz”. Ele cantou “Just the way you are”, de Bruno Mars, e foi aprovado por unanimidade pelos jurados. Antes da audição, foi exibido um vídeo falando um pouco da história de cada candidato. David foi descrito como um cantor de soul e R&B, natural de Recife, criado por um casal de americanos, que já tinha dois outros filhos, após ser adotado com menos de dois anos de idade, na capital pernambucana.

Em Recife, o jornalista do Diário de Pernambuco (DP), Ed Wanderley, assistia ao programa e se interessou em divulgar a história de imediato. “Depois da apresentação dele, nem vi o resto do The X Factor. Comecei a escrever, contando o básico na web, e postei o vídeo capturado no You Tube assim que o programa terminou”, revela. No dia seguinte, ele escreveu uma matéria sobre o caso e a publicou no DP, com uma foto do cantor e a chamada na capa do jornal – “Ele precisa ser ouvido” – que acabou sendo reproduzida pela mídia brasileira e americana, e postada pelo próprio David Correy nas redes sociais. O assunto ficou entre os mais comentados pelos usuários do Twitter no Recife. Após a repercussão inicial, começaram os contatos entre Ed Wanderley e David pelo Twitter, pelo Skype, a gravação de uma entrevista para a TV Clube, e a publicação de uma série de matérias sobre o cantor e a sua busca pela mãe biológica.

Desde a primeira publicação sobre o caso, Ed Wanderley entrou em contato com a Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para saber como poderia localizar o processo de adoção do cantor e, conseqüentemente, a sua mãe biológica. Na Assessoria, foi orientado a falar com o juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude, Élio Braz. Ao telefonar para o magistrado, o jornalista foi informado de que um processo da década de 80, período da adoção de David, poderia estar digitalizado no Núcleo do Arquivo da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE, o que facilitaria a sua localização, mas que seria necessário que o cantor ou alguém que fizesse parte do processo requeresse, através de um pedido formal, o acesso à ação. Um dia depois do contato com o juiz, o jornalista recebeu uma ligação de uma senhora chamada Lizete, que morava na Alemanha há 20 anos, afirmando conhecer a mãe de David. Ela revelou que havia cogitado criar David quando ele ainda era bebê, mas que não pôde porque já tinha um filho da mesma idade e não tinha condições financeiras. Disse também que havia ajudado a mãe biológica do rapaz a encaminhá-



lo para a adoção, no Lar Monte Alegre, no bairro de Dois Unidos, no Recife, e forneceu o endereço da possível mãe do cantor, residente em Jaboatão dos Guararapes.

Com o endereço em mãos, o jornalista foi atrás daquela que poderia ser a mãe de David. Chegando ao local conheceu Luciene Correia de Lima, 40 anos, que confirmou a história narrada por Lizete. Ed, então, entrou em contato novamente com o juiz Élio Braz e perguntou se poderia levar Luciene ao Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica) para confirmar a história por ela contada. O magistrado agendou o dia 2 de outubro para o encontro. Chegando ao local, no dia marcado, Luciene foi entrevistada pelo juiz na presença de um representante do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e ficou realmente comprovado que se tratava da mãe de David. Os dados apresentados por ela coincidiam com todas as informações contidas no processo de adoção, digitalizado no sistema do arquivo. O nome de Luciene, a sua filiação, a data de seu nascimento, a maternidade em que deu à luz, a idade que tinha no momento do nascimento do filho, e a data da adoção. “As informações fornecidas por ela coincidiam também com todos os dados repassados pelo cantor”, conta o juiz Élio Braz. No dia seguinte, após um parecer favorável do MPPE, Luciene recebeu uma cópia do processo de adoção. “Ela parecia muito feliz

com a possibilidade de reencontrar o filho”, diz o magistrado.

Em entrevista ao DP, Luciene revelou os motivos que a levaram a encaminhar o filho para adoção. “Não tinha dinheiro, mal tinha comida. Ele iria sofrer comigo”. Segundo o processo de adoção, David Correy nasceu na Maternidade Bandeira Filho, em Afogados, e recebeu o nome de Ricardo, em homenagem ao médico que realizou o parto. Ricardo foi mantido como o segundo nome do cantor, por escolha dos pais adotivos, Carolyn May e Stanley Lee, e ele passou a se chamar David Ricardo Lee Chaney. O nome Correy é artístico. O pai biológico de David faleceu quando ele ainda era um bebê, o que teria acontecido após ser esfaqueado pelo próprio irmão. Luciene, então com 13 anos, sem condições financeiras resolveu cedê-lo para adoção.

Após a localização da mãe, David disse ao DP: “Só queria poder dizer que a amo. Saber como ela é. Qualquer que seja o resultado do programa, ganhando, perdendo ou empatando, eu já sou um vencedor. Meu sonho será realizado. Obrigado a todos vocês”. O desejo de Luciene não era diferente: “Sempre peço a Deus que não me deixe partir antes de reencontrá-lo. Que mãe não quer saber que o filho teve uma vida melhor? Só queria dizer que o amo e pedir perdão por tê-lo deixado ir, mas não tive opção”. O encontro entre os dois, pela vontade

O jornalista Ed Wanderley (à esquerda) que entrou em contato com o juiz Élio Braz (à direita) para saber como poderia localizar o processo de adoção do cantor



A mãe biológica de David, Luciene Correia, identificada através dos dados do processo de adoção digitalizados no arquivo

Para a chefe do Núcleo do Arquivo, Tereza Silgueiro, Pernambuco tem dado um exemplo ao mundo por ter priorizado a implantação do arquivo digitalizado dos processos de adoção

de mãe e filho, não deve demorar. David acabou o programa entre os 16 finalistas e hoje não consegue ainda viajar para Recife em virtude de uma série de compromissos profissionais, decorrentes de contratos firmados durante a participação no The X Factor.

O reencontro com a origem biológica, vivenciado hoje por David, em algumas situações diz respeito a uma questão de saúde e sobrevivência. Foi o caso de uma menina natural de Recife adotada por uma família do Rio Grande do Sul, cuja identidade não pode ser revelada, que precisava de um transplante de medula óssea. “Devido à diferença do nosso código genético em relação ao da região Sul, a probabilidade dela encontrar alguém compatível na cidade em que morava para realizar a doação era muito mais remota”, explica o juiz. Os pais adotivos da menina recorreram, então, ao Ministério Público do Rio Grande do Sul que enviou um ofício ao TJPE, solicitando a identificação de seus familiares. “Conseguimos encontrar uma tia materna dela e enviamos as informações para a família”, afirma Élio Braz.

Para a chefe do Núcleo do Arquivo da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE, Tereza Silgueiro, Pernambuco tem dado um exemplo ao mundo por ter priorizado a implantação do arquivo digitalizado dos processos de adoção e hoje cumprir a lei com eficácia. “Facilitar ao cidadão o

acesso à sua história, de saber quem ele é, quem são seus pais biológicos, é garantir o cumprimento da Constituição Federal que assegura o direito à personalidade”, destaca. A medida cumpre também a Lei 12.010/2009, conhecida como Lei Nacional de Adoção.

O trabalho desenvolvido pelo TJPE recebe visitas constantes de representantes de outros tribunais brasileiros, que buscam informações sobre o funcionamento do modelo do arquivo pernambucano. O sistema permite que todos os magistrados da área da Infância e Juventude tenham acesso aos processos digitalizados através de um programa chamado “Sei quem sou”. De acordo com Tereza Silgueiro, as informações contidas em cada processo podem ser impressas, enviadas por fax e gravadas em CD. “É um sistema muito prático e permite uma economia de tempo considerável em relação ao desarquivamento de um processo físico”, relata.

Para aqueles que buscam informações sobre a origem biológica, é necessário que figure como uma das partes do processo de adoção. O procedimento padrão é requerer ao juiz da Infância e Juventude, da comarca em que a ação foi tramitada, que ele acesse o programa “Sei quem sou” e verifique os dados pesquisados ou solicite a equipe do arquivo a localização do referido processo. •

Violência sexual infanto-juvenil: mácula sob o medo e o silêncio

Justiça pernambucana atua no enfrentamento ao fenômeno complexo da violência sexual contra crianças e adolescentes, atendendo aos princípios de proteção, promoção e defesa dos direitos da Infância e da Juventude

Camila Barros e Dyanne Melo

Vergonha. Culpa. Ansiedade. Intimidação. Estes são alguns dos sentimentos relatados por crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Os desdobramentos que os crimes sexuais apresentam na vida das vítimas podem se manifestar de várias formas e por muito tempo, como as afetações de ordem psicológica, dentre elas baixa autoestima, depressão, e isolamento social; ou ainda, em danos físicos, como lesões e surgimento de doenças sexualmente transmissíveis.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - determina que todas as crianças e adolescentes, independentemente de cor, etnia ou classe social, sejam tratados como pessoas que precisam de atenção, proteção e cuidados especiais para se desenvolverem e serem adultos saudáveis. Os crimes contra a Infância e Juventude se constituem, portanto, como uma violação aos direitos à saúde e à vida preconizados pelo ECA. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio do trabalho desenvolvido nas varas e núcleos específicos, presta um serviço jurisdicional no sentido de garantir que esses direitos efetivamente existam e sejam respeitados.

O Código Penal brasileiro, por meio da redação dada pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, trata dos crimes contra a dignidade sexual (e suas respectivas penas). Dentre os crimes, tratados no referido código, encontra-se definido o “estupro de vulnerável”, caracterizado como a prática sexual (conjunção carnal ou ato libidinoso) com menor de 14 anos de idade ou com pessoa que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessá-

rio discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. Os crimes sexuais contra a Infância e Juventude costumam ser classificados em abuso sexual e exploração sexual contra crianças e adolescentes. O abuso sexual ocorre quando crianças ou adolescentes são induzidos ou forçados a práticas sexuais com um adulto, podendo ser com ou sem contato físico. Nesses casos, não há recompensa em dinheiro ou outra forma de gratificação.

Segundo o juiz titular da 2ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, Luiz Rocha, a maior parte desses crimes é cometida dentro de casa ou nas proximidades da casa da vítima, muitas vezes dentro do próprio ambiente familiar. Os abusadores se aproveitam da relação de poder, seja ela psicológica ou econômica, que tem sobre as vítimas. “Há a questão do exercício do poder familiar, da autoridade do adulto sobre a criança, que faz com que a criança ou o adolescente esteja subjugado, submetido a serviço do indivíduo que pratica esses atos”, explica o magistrado. Os principais acusados de cometer abusos sexuais são, na maioria das vezes, familiares ou pessoas próximas à vítima, entre os quais pais, padrastos, avós, tios e primos. O juiz ressalta, contudo, que existem casos onde mães, madrastas ou outras pessoas do gênero feminino são as praticantes dos crimes.

De acordo com o juiz titular da 1ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, José Renato Bizerra, existem quatro tipos de abusadores: o paradoxal, o oportunista, o eventual e o psicopata severo. O paradoxal é aquele que possui o dever legal e mo-



Segundo o juiz Luiz Rocha, a maior parte dos crimes contra a criança e o adolescente é cometida dentro de casa ou nas proximidades da casa da vítima

ral de cuidar da criança e do adolescente, mas que mesmo assim pratica o crime. Já os oportunistas seriam aqueles que aproveitam do contato que possuem com a vítima para violentá-la. O eventual é o acusado que encontra a criança em situação de vulnerabilidade, sem proteção, sem estrutura familiar e que às vezes estão nas ruas. Por último, o psicopata severo seria o adulto portador de alguma doença mental e que mesmo sem possuir contato frequente com a criança pratica o crime. “Esses são os mais perigosos, pois eles atacam qualquer menor e tendem a ser mais violentos também”, atesta o juiz.

A exploração sexual infanto-juvenil, por sua vez, se dá quando as crianças e adolescentes são induzidos ou forçados a atividades sexuais mercantilizadas, mediante a obtenção de lucros ou vantagens. De acordo com o juiz Luiz Rocha, esse tipo de crime pode afetar o futuro pessoal e profissional das vítimas. Muitas, por não conseguirem se livrar do estigma social atrelado à prática, terminam seguindo na vida da prostituição mesmo depois de adultas, sujeitas inclusive ao uso de drogas e outras práticas ilegais e/ou prejudiciais.

Para lidar com os crimes de natureza mais complexa, como os sexuais, os juízes do TJPE contam com o apoio do Depoimento Acolhedor e do Criar. O primeiro é a escuta especial realizada por técnicos – psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, profissionais com formação em Direito e em outras áreas do saber - que receberam treinamento em técnica de entrevista investigativa; já o segundo é um centro de atendimento e acompanhamento da vítima e sua família. “O depoimento

acolhedor foi um avanço, pois geralmente os casos de abuso sexual não possuem provas materiais e nem testemunhais. Agora com ele conseguimos o relato da vítima, para condenar ou não o acusado”, explica o juiz José Renato Bizerra.

As dificuldades de coibir esses tipos de crimes contra a Infância e Juventude se mostram como as principais barreiras para a diminuição dos casos. Para Luiz Rocha, um dos entraves diz respeito a algumas mães ou responsáveis que sabem sobre a violência a que são submetidos seus filhos, mas não denunciam, muitas vezes por medo ou por serem subjugadas psicologicamente ou financeiramente pelo provedor; ou ainda a algumas mães que fazem a opção de não acreditar no relato das crianças, acreditando na versão dos companheiros. Há ainda a cultura de que as meninas vítimas de violência sexual foram culpadas, pois de certa forma provocaram ou facilitaram para que o crime ocorresse.

De acordo com os juízes, a denúncia é fundamental para a resolução dos crimes. Para denunciar qualquer tipo de abuso e exploração contra crianças e adolescentes, basta ligar 100. O telefone é único e nacional, a ligação é gratuita e pode ser feita de qualquer telefone, fixo ou celular, de qualquer lugar do País. O Ministério Público de Pernambuco também pode ser acionado, bem como a delegacia de polícia mais próxima ou o Conselho Tutelar. A Delegacia da Criança e do Adolescente também recebe denúncias, através da Unidade de Prevenção e Repressão aos Crimes Contra Crianças e Adolescentes (Unipreca), que funciona na Rua Siqueira Campos,

304, no Bairro de Santo Antônio; e da Unidade de Prevenção e Repressão aos Atos Infracionais (Uniprai), que funciona na Rua Fernandes Vieira, 405, no bairro da Boa Vista. Além da punição, o trabalho preventivo e educativo é essencial no combate aos crimes de natureza sexual contra as crianças, como a realização de campanhas e projetos que orientem as pessoas sobre esses crimes e a necessidade de combatê-los.

Infância e Juventude – estrutura no TJPE

Na história do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) muitas foram as conquistas no que diz respeito à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) foi uma delas. A Coordenadoria, que tem

como missão promover a melhoria jurisdicional no âmbito da Infância e Juventude, é um serviço auxiliar com função de assessorar à Presidência do TJPE nessa área específica de atuação do Judiciário. Criado em 3 de abril de 2006, a partir da Resolução 189 do TJPE, a CIJ já teve como coordenadores os juízes Humberto Costa Vasconcelos Júnior (2006/2007) e Élio Braz Mendes (2008/2009). Atualmente, a coordenação está sob a vigência do desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo.

Em Pernambuco, o Poder Judiciário conta, em Recife, com cinco varas da Infância e Juventude, sendo as 1ª e 2ª de natureza cível e responsáveis por cuidar da aplicação de medidas protetivas; as 3ª e 4ª voltadas para o julgamento de atos infracionais cometidos por adolescentes; e uma Vara

Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária, que fiscaliza a execução de medidas socioeducativas nos municípios de Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Camaragibe e São Lourenço da Mata. O TJPE possui ainda duas varas de Crimes contra a Criança e o Adolescente.

A estruturação da área da Infância e Juventude em varas e núcleos reflete o trabalho efetivo do TJPE, que vem se preocupando, ao longo dos últimos anos, em atender aos princípios da proteção integral e de prioridade absoluta à questão das crianças e dos adolescentes. As ações e projetos desenvolvidos se destacam, servindo de referência para outros tribunais.

Criar promove apoio a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

O Centro de Referência Interprofissional na Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência da Capital, o Criar, foi um dos avanços do Poder Judiciário na assessoria às crianças e aos adolescente vítimas de violência. Instalado em setembro de 2008, o Criar oferece apoio especializado por meio de uma equipe interprofissional formada por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e outros profissionais da área jurídica e da saúde. O espaço tem por finalidade prestar apoio às vítimas e suas famílias, visando minimizar os efeitos dos procedimentos que tendem a “revitimizar” a criança ou o adolescente.

A revitimização se dá quando a criança/adolescente que sofreu o crime passa pelo processo de ter que relembrar o acontecimento para explicar a

um interrogador o que ocorreu. “Com as perguntas e as muitas etapas de repetição, o dano, que é chamado de dano secundário, é às vezes maior que o dano primário”, explica a assistente social e coordenadora do Criar, Alessandra Araújo. Com funcionamento no Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica), o núcleo possui salas decoradas e ambientadas para receber e acolher a Infância e a Juventude.

Ao receberem o processo, encaminhado pelo juiz da 1ª ou 2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes (VCCAs), a equipe do Criar analisa o caso e o encaminha para um psicólogo, um assistente social e um pedagogo que atuam conjuntamente no caso. A partir daí, é planejada a intervenção, podendo esta acontecer por meio da convocação da vítima e de seus

Agência Rodrigo Moreira

A equipe do Criar analisa cada caso e o encaminha para uma equipe formada por psicólogo, assistente social e pedagogo



familiares à sede do Criar para atendimento, através de visitas domiciliares e institucionais, encaminhamentos à rede de proteção e outras necessidades que sejam avaliadas pela equipe. “Realizamos entrevistas com a vítima, conversamos com os familiares/responsáveis que a acompanham, para que possamos caracterizar a situação atual da criança ou do adolescente em relação ao crime e encaminhar o relatório do caso para auxiliar/subsidiar a decisão do juiz”, afirma Alessandra.

Os casos de violência sexual são os mais encaminhados ao Criar, já que esta é a especialidade do espaço. A instituição atua junto àqueles familiares da vítima que têm maior contato com a criança e os quais, muitas vezes, foram os próprios causadores do crime. O atendimento é focado, portanto, nos indivíduos que a priori deveriam ser os protetores da vítima, como pais, tios, entre outros. Quando o réu é uma dessas pessoas, ele só é atendido pelo Criar se continuar em contato com a criança ou o adolescente após o acontecido.

A partir daí, cada área atua com uma metodologia diferente. No caso do Serviço Social, o principal procedimento é a visita domiciliar. “Quando fazemos a visita, identificamos melhor a situação em que a criança se encontra, se ela tem proteção, como são as relações da família”, explica Alessandra. Já as entrevistas com a vítima são realizadas, principalmente, pelos profissionais de Psicologia, uma vez que eles têm um conhecimento técnico melhor no sentido de não revitimizá-las.

Segundo a coordenadora, os serviços de Saúde Pública, Assistência Social e Educação funcionam numa espécie de rede, na qual políticas públicas sociais, programas e entidades promovem atendimento e acompanhamento infanto-juvenil. O ideal seria que toda vítima recebesse um apoio terapêutico logo após o ocorrido e que continuasse a recebê-lo mesmo depois da resolução do caso. “Se ela não teve, até o momento, esse encaminhamento, nós vamos articular as parcerias que temos para garantir que a criança/adolescente tenha esse acompanhamento terapêutico”, discor-

re Alessandra sobre o importante papel protetivo do Poder Judiciário pernambucano a essas vítimas.

A atuação do Criar não se restringe somente às vítimas e suas famílias, mas tem impacto no modo como os próprios profissionais do Judiciário pernambucano visualizam a problemática da violência infanto-juvenil. Segundo Alessandra, logo que o espaço foi instalado, havia uma cultura muito forte de culpar a criança ou o adolescente pelo o que aconteceu. “Antigamente tinha muito a questão de dizer que a criança mentia, inventava, isso tudo era dito pelos advogados do réu”, afirma a assistente social. O instituto promoveu, então, discussões e seminários com os juízes e servidores, onde autores e outros profissionais que trabalham com a temática promoveram diversas oportunidades de reflexão sobre o assunto.

Dentre os processos que já passaram pelo Criar, alguns ficam marcados na memória. Como foi o caso recente de uma jovem que se encontrava em uma situação de exploração sexual e que a ajuda do Criar foi fundamental para reverter essa condição. “Ela não contava com muito apoio familiar, morava sozinha e já tinha um filho. Mas a gente via que ela tinha uma vontade muito grande de mudar, só precisava desse apoio”, conta Alessandra. O Criar, então, articulou suas parcerias e conseguiu inserir a adolescente em um projeto profissionalizante, que trabalha com meninas na mesma situação, chamado Vira Vida. Hoje, ela ainda participa do projeto e estuda costura e modelagem. De vez em quando, a jovem liga para o Criar para dar notícias. “Pelo que parece, ela está muito bem, pois se mostra entusiasmada com o curso, afirma que vai ser uma costureira de sucesso e que vai fazer uma roupa para mim”, diz Alessandra.

A assessoria prestada pelo Criar à criança e ao adolescente é imprescindível para minimizar os efeitos do crime. O espaço foi mais uma conquista do TJPE para a proteção desse público. A instituição atua ajudando vítima e familiares a criarem um caminho para superação do trauma.



O espaço Criar possui salas decoradas e ambientadas para acolher e receber as crianças e adolescentes

Retrato em números

Segundo os dados obtidos pelo Criar, de setembro de 2008 a agosto de 2012, o espaço atendeu 342 casos. Desses, 170 estão em andamento, tendo 76 entrado somente este ano. Durante esse tempo, 408 crianças e adolescentes foram vítimas de algum crime, 348 foi o número de réus, revelando o fato de que o mesmo réu chega a cometer o crime contra mais de uma criança/adolescente. As ações mais recorrentes são de estupro e atentado violento ao pudor, que juntas somam 76% dos casos atendidos pelo Criar.

Os números (referentes aos processos que chegam ao Criar) também revelam que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma questão de gênero, pois 82% das vítimas são mulheres e 90% dos agressores são do sexo masculino. A idade também é um fator que chama a atenção já que 42% das 408 vítimas são crianças de 6 a 11 anos (à época do fato). “Esse perfil da idade se contrapõe ao que a sociedade costuma dizer que as meninas que estão sendo vítimas de violência sexual são ‘meninas grandes’, que têm mais de 14 anos”, atesta Alessandra. A faixa etária que vai de 12 a 14 anos representa 25% dos casos.

A pesquisa revelou também que em casos de maus tratos por parte da família, o acusado geralmente é a mãe ou a madrasta. Quando o crime é a violência sexual o pai ou o padrasto figuram como os principais agressores.

Central de Depoimento Acolhedor

A Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE desenvolve também outra iniciativa de destaque: a Central do Depoimento Acolhedor. Implantada desde 2010, a Central atua realizando a ouvida especial de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência. A iniciativa, que presta serviços auxiliares de natureza judicial, técnico-especializado e administrativo relativos às ouvidas especiais, tem por objetivo contribuir para humanizar a participação infanto-juvenil em audiências.

Com funcionamento ao lado da 1ª VCCCA, no 1º andar do Centro Integrado da Criança e do Adolescente, localizado na Rua João Fernandes Vieira, nº 405, o Depoimento Acolhedor atende às demandas da 1ª e 2ª Varas de Crimes contra Crianças e Adolescentes, bem como da Vara da Infância e Juventude (VIJs) da Capital e do interior do Estado. Há ainda a previsão de expansão do serviço, com a instalação de salas especiais nos municípios de Caruaru e Petrolina. Além da realização das entrevistas especiais, a Central desenvolve serviços de atendimento voltados à prevenção e à assistência às vítimas, testemunhas e seus familiares.

Os depoimentos, coordenados por profissionais especializados em técnica de entrevista investigativa, acontecem em sala ambientada e propícia para que as crianças e adolescentes contem sobre a violência da qual foram vítimas ou testemunhas. O uso da técnica busca reduzir os danos secundários, além de obter provas testemunhais de maior qualidade e confiabilidade. Desse modo, os atendimentos e as escutas se constituem como serviços diferenciados, cujas prioridades são o acolhimento e a proteção dos direitos da Infância e Juventude. A vítima ou testemunha tem ainda o direito facultado de escolher se deseja ser atendida pelo depoimento tradicional ou pelo acolhedor.

A prática da ouvida especial existe em vários países das Américas do Norte e do Sul, da Europa e da Ásia. No Brasil, o depoimento diferenciado foi implantado de modo pioneiro no ano de 2003, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com a denominação de Depoimento Sem Dano (DSD). No Estado de Pernambuco, a iniciativa - a segunda a surgir no País - foi implantada em fevereiro de 2010 e normatizada pela Portaria nº 47/2010 e pelo Provimento nº 07/2010 do TJPE. A prática do depoimento acolhedor foi ainda, em face das demandas existentes e das práticas pioneiras, recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de acordo com o disposto na Recomendação nº 33, de 23 de novembro 2010, que determina a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais.

Para dar início às atividades, a Central contou com a parceria da Childhood Brasil, organização brasileira vinculada a World Childhood Foundation, instituição internacional fundada por S. M. Rainha Silvia da Suécia. A Childhood Brasil foi responsável por financiar equipamentos e a estrutura física das salas. O serviço de ouvida especial é realizado a partir do trabalho de uma equipe interprofissional formada por 13 servidores, entre psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, tendo sido os servidores treinados pelo TJPE.

A estrutura da Central de Depoimentos conta com salas interligadas e equipadas com aparelhos de áudio e vídeo. Durante a ouvida, a criança ou o adolescente fica em um ambiente isolado da sala de audiência convencional, mantendo contato direto apenas com o profissional que faz a entrevista. Por meio do ponto eletrônico, o juiz pode se comunicar com o entrevistador, sugerindo perguntas ou solicitando mais informações. Todos



Leandro Lima

De acordo com o juiz José Renato Bizerra, o depoimento acolhedor impacta também na obtenção de provas testemunhais com maior confiabilidade e qualidade

os profissionais presentes durante a audiência, como defensor, promotor de justiça e acusado, podem também solicitar os questionamentos desejados, mas apenas o juiz pode perguntar diretamente ao entrevistador, desde que as perguntas sejam pertinentes. A Central possui também uma sala de recreação com objetos lúdicos e recreativos, voltada para que as crianças se sintam acolhidas.

Impactos e Resultados

Segundo o juiz titular da 2ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente, Luiz Rocha, as ouvidas tradicionais - aquelas onde não é realizado o depoimento especial - eram realizadas em um ambiente, na maioria das vezes, engessado pelas formalidades. Não por acaso, era comum constatar problemas e entraves ao exercício pleno dos direitos das crianças e dos adolescentes, dentre eles: submissão da vítima ou testemunha a perguntas inadequadas ou constrangedoras; medo do encontro com o suposto agressor; relatos com baixo nível de confiabilidade, motivados pela vergonha e dificuldade de expressão; e traumatizantes discussões entre as partes presenciadas pelas vítimas/testemunhas.

Com a implantação do Depoimento Acolhedor, os principais benefícios percebidos foram o respeito à capacidade de expressão e desenvolvimento cognitivo e às condições emocionais da criança ou do adolescente, bem como o aumento do índice de condenações nas VCCCA's. De acordo com dados da Central do Depoimento Acolhedor, durante dois anos de atuação, entre maio de 2010 e outubro de 2012, foram realizadas 173 escutas e 132 audiências.

Além da decoração voltada para o acolhimento das vítimas e testemunhas, a gravação dos depoimentos se mostra como um avanço na proposta de proteção aos direitos da Infância e Juventude. As oitivas são gravadas, evitando que a criança ou o adolescente precise depor novamente. Para o juiz Luiz Rocha, a prática do depoimento especial se mostra importante para minimizar o sofrimento das vítimas, sendo, portanto, um diferencial na atuação do Judiciário de Pernambuco frente aos crimes de violência contra crianças e adolescentes. "Essa é uma iniciativa moderna, que busca indiscutivelmente evitar a revitimização", constata o juiz.

O testemunho, gravado em vídeo, é incorporado como prova ao processo judicial. Os depoimentos têm, assim, uma alta valorização. De acordo com o juiz titular da 1ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente, José Renato Bizerra, o depoimento acolhedor impacta também na obtenção de provas testemunhais com maior confiabilidade e qualidade. "Na ouvida especial, a criança não é induzida a uma determinada resposta. Ela relata naturalmente. O depoimento é espontâneo, mais crível e menos doloroso", explica o magistrado.

Em situações nas quais a entrevista coletada na fase de produção antecipada de prova não seja admitida como prova suficiente, ou ocorra necessidade de esclarecimentos para a decisão judicial, a vítima ou testemunha pode testemunhar em juízo pelo menos mais uma vez, caso seja requerido e deferido pelo juiz. A Central também pode ser acionada para produção antecipada de provas em inquéritos policiais.

Na Central de Depoimento Acolhedor, as oitivas são gravadas, evitando que a criança ou o adolescente precise depor novamente



Agência Rodrigo Moreira

Nudij: fiscalização aos direitos das crianças e adolescentes

Entre as ações de proteção à criança e ao adolescente, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realiza ações de fiscalização em estabelecimentos comerciais sujeitos à entrada e permanência do público com idade inferior a 18 anos, quando desacompanhado dos pais ou responsável legal. Realizadas pela Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição, através do seu Núcleo de Proteção aos Direitos da Infância e Juventude (Nudij), as fiscalizações ocorrem em estabelecimentos como boates, casas de show, bares, academias de ginástica, entre outros.

As fiscalizações se baseiam em seis portarias editadas pelo próprio Judiciário estadual. A Portaria nº 001/2011 disciplina a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em bailes ou promoções dançantes, boates, bares ou congêneres, ou qualquer estabelecimento comercial onde haja a venda ou fornecimento de bebida alcoólica. As demais portarias versam sobre a entrada de crianças e adolescentes em estádios de futebol profissional, academias de ginástica, estabelecimentos que ofereçam diversão eletrônica e participações em espetáculos públicos, certames de beleza, estúdios de cinema, teatro, rádio e TV.

Para admitir a entrada de públicos com menos de 18 anos de idade, os estabelecimentos e produtores de

eventos indicados nas portarias devem requerer autorização junto à Vara Regional da Infância e Juventude. Para conceder alvará, a autoridade judicial leva em conta aspectos como perfil do público habitual, a infraestrutura do local, serviços de primeiros socorros, segurança e a hipótese de consumo de bebida alcoólica.

O trabalho do Nudij tem como objetivo garantir o cumprimento das portarias. A equipe de fiscalização vem atuando com maior ênfase em shows, bailes, promoções dançantes, boates, bares e academias de ginástica. Detectada alguma irregularidade, a equipe autua o estabelecimento. Uma cópia do auto de infração é encaminhada ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) que, com base no relatório elaborado pelos fiscais, encaminha denúncia ao juízo competente.

As academias, clubes desportivos ou recreativos, entre outros estabelecimentos que ministrem atividades físico-desportiva-recreativas, são também alvo de fiscalização. As operações realizadas nesses locais têm por base os dispostos na Portaria 006/2011 do TJPE e são realizadas em parceria com o Conselho Regional de Educação Física de Pernambuco – CREF/PE, responsável por dar as orientações referentes aos critérios e exigências legais de segurança para garantir a integridade física das crianças e adolescentes.

De acordo com o Nudij, entre janeiro e junho de 2012, foram fiscalizados 63 estabelecimentos comerciais, gerando cerca de 30 autos de infração. Também foram fiscalizadas 34 academias, entre janeiro e maio do mesmo ano. A fiscalização também ocorre no entorno de escolas, tendo como alvo lan houses, restaurantes, bares e todo estabelecimento onde haja venda de bebida alcoólica. As lan houses são proibidas de receber crianças e adolescentes em horários que coincidam com o que frequentam a escola. Crianças também não podem permanecer nesses estabelecimentos sem autorização formal dos pais ou responsáveis.

Implantado em 2009, o Nudij conta com cerca de 50 fiscais do Tribunal de Justiça de Pernambuco da Infância e Juventude. A equipe realiza, em média, três fiscalizações por noite, sendo os roteiros elaborados confidencialmente por servidores efetivos do TJPE. Os fiscais são voluntários do Poder Judiciário pernambucano, selecionados, cadastrados e capacitados pela Coordenadoria do Serviço Voluntário.

A Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição, da qual o Nudij faz parte, tem jurisdição nas comarcas de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, São Lourenço da Mata, Camaragibe, Abreu e Lima e Paulista. •

TJPE começa a definir sua política de segurança da informação

Justiça estadual vai promover, entre outras ações, ciclos de campanhas periódicas de conscientização sobre segurança

Izabela Raposo

Numa era onde a Informática já é um dos ramos do Direito, em que o Congresso Nacional discute o Marco Civil da Internet, e na qual cada vez mais são tipificados os crimes virtuais no Código Penal, assegurar maior segurança à informação é o objetivo estratégico de qualquer instituição, seja estatal, pública ou privada.

A secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), Norma Lyra, enfatiza esse contexto estratégico, citando o Processo Judicial Eletrônico. “Esse é o principal projeto estratégico da Justiça estadual hoje. Ele prevê que todas as ações judiciais tramitem eletronicamente pela Internet, o que ilustra a pertinência de uma adequada política de segurança da informação”, afirma.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inicia ações não só para determinar normas de segurança da informação, como também promove outras para que seus integrantes, servidores, magistrados e colaboradores, tenham-na como prática em suas atividades de trabalho.

De acordo com o gerente deste projeto, Carlos Rocha, caberá ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) propor as diretrizes em uma resolução, a ser aprovada pela Corte Especial do TJPE. “A partir dela, o presidente irá editar instruções normativas para operacionalizar essa lei”, conta.

A previsão é de que até o final deste ano, seja publicada a resolução. Ela terá como base a Resolução nº 90, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 29 de setembro de 2009. Essa última norma, precisamente em seu artigo 13, institui a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça brasileira.

Consciência e Educação

“Vamos promover ciclos de campanhas periódicas de conscientização sobre segurança, além de eventos como um seminário, agendado para o início de março”, diz o analista de sistemas do Núcleo de Segurança da Informação, da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setic), Marcelo Lima. Ele afirma que a ideia do evento é trazer o presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, demais magistrados e servidores para conhecer o PSI do Tribunal, e suas aplicações.

De acordo com Norma, “o TJPE está trazendo uma das maiores autoridades em Direito Digital no Brasil, a doutoranda Patrícia Peck, para ministrar palestras sobre o tema no seminário”. Norma destaca que a jurista é um membro atuante nas discussões legislativas sobre o Marco Civil da Internet.

No seminário, a segurança da informação será direcionada a orientar o comportamento seguro dos usuários, como, por exemplo, o cuidado no uso da Internet. A partir daí, serão enfocadas as ações corretas de segurança virtual para a elaboração de senhas, que devem ser mais complexas, para não serem descobertas ou “hackeadas”; de envio correto de informações por email; e de classificação das informações, entre outras.

Responsabilidade

De acordo com Marcelo Lima, uma das atribuições da consultoria que ministrará as palestras do seminário é também entregar um modelo de documento ao TJPE, denominado Termo de Aceite. A partir dele, todo servidor e magistrado que for empossado, tomará ciência de seu dever em assegurar a integridade, a disponibilidade e a con-

fiabilidade das informações sob a sua administração.

Quer dizer: Com a implantação da política de segurança da informação, todos os integrantes do Judiciário de Pernambuco, e não só especialistas em Tecnologia da Informação, e independente do nível hierárquico, tornam-se guardiões do patrimônio de dados e informações da instituição, sejam jurisdicionais, sejam administrativas. •



Agência Rodrigo Moreira

Norma Lyra: “Esse é o principal projeto estratégico da Justiça estadual hoje. Ele prevê que todas as ações judiciais tramitem eletronicamente pela Internet, o que ilustra a pertinência de uma adequada política de segurança da informação”



Assis Lima

Gustavo Lima em ritmos, cores e crenças

As memórias, origens e a trajetória profissional do desembargador Gustavo Lima

Dyanne Melo

O casarão da Rua das Meninas se destacava pela grandiosidade. Compondo a paisagem, nas cercanias da casa, um sítio repleto de suntuosas árvores, flores, plantas. Pés de frutapão, coqueiros, cajazeiras, jameiros, bananeiras e tantas outras fruteiras, todas aos montes. Aos fundos do terreno, num dos braços do Rio Beberibe, um grande viveiro de peixes, onde pescavam peixes e siris, e um manguezal, onde pescavam caranguejos e guaia-muns. Ali, ainda andavam de jangada feita com tronco de bananeira. O cenário, se possível de ser visto de longe, encantava. Mas quem o via por dentro, intimamente, sabia de fato o porquê de ser belo, o porquê de ser grande. Foi nesse casarão situado no bairro de Campo Grande, em Recife, que Gustavo Lima nasceu e morou com sua família durante um período de sua infância. Também chamado Sítio ou Casa Grande, o lugar pertencia à avó de Gustavo, a professora e matriarca da família, Apolinária Tranquilina de Oliveira. Moravam no sítio, junto com Piná, como era conhecida a matriarca, duas irmãs, todos os filhos e muitos netos. Moravam tantos, de perder a conta. Todos com suas dores, lutas e histórias. A maior parte da infância e toda a juventude, Gustavo passou, junto com a família, em um chalé na Avenida Profº Andrade Bezerra, nº 1452, também em Campo Grande. A casa se tornou, então, o centro das decisões da família Rodrigues Lima,

assumindo José Vicente o comando familiar, quando do falecimento da matriarca Apolinária no início da década de 50. A rua do casarão não tem mais o nome doce de outrora, hoje se chama Marquês de Baependi. Talvez um ou outro traço concreto tenha resistido ao tempo. O casarão da Rua das Meninas e o chalé da Andrade Bezerra, hoje relicários de memórias, foram os lugares onde Gustavo, ontem menino, construiu suas bases para o que seria hoje. Neles, teve as vivências primeiras para a percepção de uma diversidade cultural e religiosa. Daí a grandeza daqueles lugares. Hoje, Gustavo é um dos 42 desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

De jeito simples, calmo e polido, Gustavo teve nos pais as maiores influências no seu modo de ser, no agir e no sentir. José Vicente Rodrigues Lima e Hilda Rodrigues de Lima – dois nomes que compõe não somente a árvore genealógica de Gustavo, como distinguem as origens e a formação do desembargador, as quais se encontram refletidas hoje na sua personalidade conciliadora e no trato cortês às diferentes raças e credos. Dona Hidinha, como era carinhosamente chamada a mãe de Gustavo Lima, criou os filhos com exemplos de solidariedade, espírito de conciliação e tolerância, atributos que muitos afirmam terem sido legados a Gustavo. Mãe de 13 filhos, criou 20. Hilda participava ativamente da luta de Vicente Lima, ao tempo em

Uma parte da família Rodrigues Lima e amigos. Ao centro, o pai de Gustavo, José Vicente



que dava conta da grande prole. “A vida naquela época não era fácil, mas como ela possuía uma grandeza de espírito muito grande superou bem os entraves da vida, criando todos com igualdade, sem fazer diferenciações quaisquer”, conta Gustavo ao lembrar da formação dada pela mãe. O amor que devotava à família e a forma equânime como educava a todos são as razões as quais Gustavo atribui para o convívio harmônico entre os irmãos e o tratamento respeitoso que todos tinham por ela, sendo muito querida pelos filhos, sobrinhos, netos, parente e afins. Gustavo e seus irmãos foram educados por meio das práticas e dos exemplos de solidariedade da mãe. De formação religiosa inicial cristã católica, Dona Hidinha, em certo momento de sua vida, se converteu ao Espiritismo Kadercista. Mas segundo Gustavo, os filhos de Dona Hilda sempre tiveram liberdade para seguir a religião que queriam.

Filho de um marceneiro e uma professora primária, José Vicente - ou intimamente Zé Vicente - estudou o curso secundário no tradicional Ginásio Pernambucano, situado à Rua da Aurora. Zé Vicente deixou aos filhos o legado da obstinação pelo alcance dos ideais e a luta pela justiça social. Formou-se em dois cursos superiores: economia e contabilidade. Estudou até mesmo escondido, já que o pai, carpinteiro, queria que o filho seguisse o mesmo ofício. Durante boa parte da vida, Zé Vicente se dedicou, de forma autodidática, aos estudos da Antropologia, Sociologia e Direito. O autodidatismo o levou a ter um conhecimento profundo sobre diversas religiões e crenças do País, e, sobretudo, sobre a formação étnico-social do povo brasileiro. Em casa, tinha uma extensa biblioteca, com livros de temas antropológicos, sociológicos e jurídicos, estudos sobre o homem, entre outros assuntos relativos a diversas áreas do saber. Acervo ao qual Gustavo começou a ter contato na adolescência e que o inspirou a também conhecer e estudar sobre o fenômeno da miscigenação, o choque de culturas e o sincretismo religioso.

Negro, Zé Vicente sofreu os preconceitos típicos e existentes dentro de

uma sociedade racista sem, contudo, se deixar abater. Lutou pela ascensão social do negro, fundando em 1936 a Frente Negra Pernambucana. Criada junto com os amigos Miguel Barros, José Melo Albuquerque, Gerson Monteiro de Lima e Francisco Solano Trindade, a Frente foi um movimento contra o preconceito racial, que reivindicava melhorias nas condições de vida dos negros. À revelia dos movimentos negros existentes nos Estados Unidos, onde se vivia e se aclamava o apartheid mais explicitamente, inclusive com leis segregacionistas, a Frente surgiu sem lutar por segregação e sem reivindicar por vingança. Eles tinham a consciência do importante e significativo papel que o negro exerceu na formação do povo brasileiro. Rechaçavam os equívocos do pensamento de Nina Rodrigues, seguindo o entendimento de antropólogos e sociólogos, tais como Artur Ramos, Gilberto Freire, Edson Carneiro, dentre outros, convictos de que as relações do negro com outras etnias resultaram no fenômeno da miscigenação. Defendiam, portanto, ser um grave equívoco tentar-se definir ou separar as pessoas por “raças” ou cores no Brasil. Em 1937, a Frente foi transformada no Centro de Cultura Afro-Brasileiro. O ideal do movimento era combater qualquer forma de preconceito, unificar e valorizar a população negra por meio da educação. A instrução seria, portanto, o meio para diminuir o complexo de inferioridade e acabar com o preconceito. José Vicente e Solano Trindade fizeram um estudo de destaque sobre o tema, confirmando tal necessidade de atuação do movimento. Pesquisaram junto a universidades o número de negros que cursaram ou estavam cursando cursos superiores. Como resultado, eles constataram que era uma quantidade diminuta de negros que tinham atingido esse grau de escolaridade, principalmente em cursos considerados nobres, como Direito e Medicina. A partir de então fizeram vários trabalhos para conscientizar os próprios negros sobre essa problemática, estimulando-os a avançarem em suas formações educacionais. Durante o Estado Novo, na ditadura de Vargas, o movimento



Gustavo Lima quando estudava no Colégio Arquidiocesano, no Recife

minimizou suas atividades e só retomou o fôlego na década de 1970. Zé Vicente e Gustavo, pai e filho, conversavam bastante sobre essas questões sociológicas e antropológicas. Muito da busca pela justiça social e o respeito pela diversidade, perfil atribuído a Gustavo por amigos, vieram justamente dessas trocas e aprendizados com o pai. Dona Hidinha faleceu em 1987, Zé Vicente em 1993.

Do casarão da Rua das Meninas e do chalé da Andrade Bezerra ficaram as lembranças das conversas com o pai, da educação dada pela mãe e das brincadeiras com os irmãos e amigos. Duas recordações, porém, indelévels como são, ainda fazem Gustavo voltar ao tempo de menino para contar em minúcias as sutilezas daqueles momentos vividos em família. Durante o período da Semana Santa, Zé Vicente tinha o costume de promover pescarias nos viveiros da família, construídos aos fundos do sítio, à margem de um dos braços do rio Beberibe. Eram muitos os peixes. A família, além de recolhê-los para a ceia, os distribuía aos montes, junto com cocos e brêdos, para amigos e para a vizinhança. A pescaria acontecia exatamente na Quarta-feira Santa. Gustavo não se esquece das filas imensas que se formavam com o povo a espera de receber os presentes. Um verdadeiro ritual. Do Carnaval, a outra grande recordação. O pai de Gustavo Lima gostava muito dos festejos carnavalescos, de ver as manifestações populares da Folia de Momo, como as troças, os blocos e os cortejos de maracatus. Era habitual vê-lo incentivar as agremiações e os clubes carnavalescos, tanto que ele assinava o famoso Livro

de Ouro – caderno que continha as assinaturas de doadores, cujas ajudas financeiras eram destinadas às despesas das agremiações. Naquela época, os blocos costumavam sair desfilando pelas ruas do Recife, e muitos tinham o casarão da família de Gustavo como um ponto de passagem e parada. Gustavo ainda se lembra das muitas vezes em que viu cortejos dos clubes, blocos e troças, tais como as Pás Douradas, Papagaio Falador, A Hora é Essa, Destemidos de Campo Grande, entre outros, bem como os maracatus Leão Coroado e Elefante, de Dona Santa, que passavam cheios de cores, danças e batuques.

Gustavo Augusto Rodrigues Lima nasceu em Recife, no dia 9 de julho de 1945. Foi uma criança quieta e costumava brincar, junto com os irmãos, de soltar pipas, jogar botões (que eram feitos de quengas de coco), também se envolvia com tantas outras brincadeiras, como jogo de pique, bola de meia e pião (que eles ganhavam em um torneio existente no bairro), todos esses brinquedos eram feitos por eles mesmos e pelos primos. Quando mais velhos, o passatempo predileto era trocar revistas em quadrinhos na matinê do cinema Éden, situado na Rua Odorico Mendes. O menino Gustavo levou algumas surras, ele confessa. Mas ao lembrar da infância e criação dada pela mãe, ele acentua a admiração que tinha por ela. As desavenças entre os irmãos, enquanto crianças, eram punidas por Dona Hidinha de modo coletivo. Entre culpados e inocentes, ela optava por castigar a todos os envolvidos. “Ela mandava fazer uma fila e todos apanhavam”, conta Gustavo, que entre risos, constata: “Não

arquivo pessoal



arquivo pessoal



Na foto acima, Gustavo e sua irmã Maria Helena, no tempo em que eram estudantes. Abaixo, Gustavo quando jogava na Seleção Universitária de Basquete

adiantava ser muito bonzinho, quieto". O que à primeira vista poderia parecer injusto com o (os) inocente(s) foi, anos mais tarde, apreendido como "senso de justiça coletivo", sendo este uma de suas influências para a escolha da profissão que exerceria tempos depois.

Durante o ensino primário, Gustavo estudou no Grupo Escolar Maciel Pinheiro (hoje Colégio Olívio Montenegro), localizado na Estrada de Belém, no bairro da Encruzilhada. Não sofreu preconceito aos moldes do pai. Como ele mesmo julga, sofreu "muito de leve o bullying". Certa vez, fizeram no banheiro da escola um desenho com conotação pejorativa e colocaram o nome de uma das professoras. Ela foi à classe, selecionou alguns alunos que julgava suspeitos. O castigo foi escrever várias vezes algo que havia sido ditado. O sermão marcou Gustavo e o deixou chateado o modo como a professora olhava mais diretamente para ele, fitando-o. Tempos depois a professora descobriu que não havia sido Gustavo, conforme ele garante que não foi, e passou a tratá-lo como predileto. Tal fato ficou registrado na memória dele, possivelmente vindo a influenciar na percepção da ideia de justiça.

O ensino fundamental e médio, à época conhecidos como ginásial e científico, respectivamente, ele cursou no Colégio Arquidiocesano, escola de tradição católica do Recife, que funcionava na Rua do Príncipe. Durante os anos em que estudou no Arquidiocesano, Gustavo participou das atividades e compromissos que cabiam aos estudantes de colégio com tradição católica, como assistir à missa, por exemplo. Intrigava a ele, contudo, o fato de não ter sido batizado quando bebê (como é de costume aos católicos) e não ter recebido o sacramento mesmo durante os anos no Colégio Arquidiocesano. A ausência do batismo, dentro da vivência e formação em colégio católico, lhe valeu a alcunha de "pagão" e os maus agouros dados pelos amigos de que iria para o inferno. Ele só viria a ser batizado na adolescência, por escolha sua, mas, sobretudo, pela insistência de seus amigos Valdir Lins e Gedalva

que, mediante um artifício, prepararam e o levaram para ser batizado, uma vez que eram preocupados e sempre questionavam o possível ateísmo ou agnosticismo dele.

Gustavo formou seus conceitos acerca de religião a partir das próprias inquietações, leituras e pesquisas sobre o tema, e dos estudos do pai, Zé Vicente. A procura por respostas às angústias e incertezas do ser humano e do próprio "eu", fizeram com que ele não "fincasse os pés" em religião ou doutrina específica. Ele foi batizado, praticou costumes do Catolicismo e apreendeu lições do Espiritismo Kadercista vivenciado pela mãe, mas preferiu estudar as diversas crenças para melhor compreendê-las, a exemplo do que fez Zé Vicente. Hoje, Gustavo afirma respeitar a diversidade religiosa e se considera agnóstico – doutrina na qual se acredita ser impossível de apreensão as questões metafísicas, como a existência ou não de Deus, dada a incapacidade de análise pela razão humana.

As suas opiniões sobre o tema e a vivência do agnosticismo, Gustavo sintetiza em um texto de sua autoria (ver box.) "Tudo isso que o homem construiu é fruto da genialidade diante da incerteza da vida, do medo da morte, do mistério", escreveu Gustavo sobre sua percepção a respeito das religiões. Para ele, é essa genialidade que o faz respeitar e se "curvar" diante das múltiplas crenças. Ainda de acordo com Gustavo, é o medo da morte que faz o ser humano parar e refletir sobre sua existência, seu passado, seus feitos e não feitos, sua vida. Uma curiosidade quando se trata do tema religião é o uso habitual que Gustavo faz de roupas brancas, sobretudo, ternos. Ao encontrá-lo nos corredores do Palácio da Justiça, alguns dizem ser Gustavo adepto da umbanda ou de outra religião de matriz africana. Conta Gustavo aos risos que, apesar do respeito que possui por essas crenças, o uso das roupas brancas se dá por causa da estética, ele se acha mais elegante trajando a referida cor, e ainda motivado pelo conforto, já que com o uso do branco a sensação de calor é menor.

Gustavo acredita também na existência de alguns fenômenos e ocorrências que, segundo ele, deixam dúvidas acerca das crenças e verdades. Desse acontecimentos que o intrigam, um em especial tem relação estreita com o curso de Direito. Num sonho. Foi assim que Gustavo Lima acredita ter tido a certeza de que estava no caminho certo. Uma semana antes de prestar o vestibular, ele sonhou que estava entrando na Faculdade de Direito. Gustavo acredita que essa foi uma experiência sensivelmente real, uma espécie de premonição. Aos 18 anos, ele entrou na Faculdade de Direito do Recife - da Universidade Federal de Pernambuco.

O sonho que ficou marcado na lembrança de Gustavo Lima foi como uma afirmação ao desejo que ele tinha de cursar Direito, mas as inclinações a essa escolha profissional são originárias da influência dos pais e das injustiças que observou. Ele acredita que a mãe exerceu influência em sua escolha no que diz respeito ao senso de justiça que ela possuía, com as surras coletivas que dava, e, de toda forma, no que diz respeito ao modo como educava os filhos: com equidade. Além disso, Gustavo começou a ter apreço pelo Direito a partir das leituras na biblioteca que o pai tinha em casa, repleta de livros jurídicos. Zé Vicente também assessorou juridicamente várias empresas e órgãos, fundou alguns sindicatos no Recife e se relacionou com muitos políticos da época, embora não fosse político partidário. Os amigos e parceiros do pai, dessa forma, tiveram grande influência sobre a escolha de Gustavo, dentre eles, Josué de Castro – influente médico, geógrafo, cientista social, ativista brasileiro, entre outros, que dedicou sua vida ao combate à fome – do qual Zé Vicente era parceiro. Jamesson Ferreira Lima, Antônio de Brito Alves e Hibernon Wanderley também foram significativos para o jovem estudante. A este último Gustavo dirigia uma admiração especial: por ser seu “padrinho”, pelo modo como advogava e pelo gosto que ele fazia nas diversas conversas que tinha com Hibernon sobre o Direito.

Por volta dos 23 anos, quando ainda estava para terminar o curso de

Direito, Gustavo começou a estagiar. Concluído o curso, abriu junto com seu irmão Frederico Lima um escritório jurídico. O local, contudo, se transformou no que Gustavo qualifica como “grande assistência judiciária”, já que muitos clientes pagavam mal ou até mesmo nem pagavam. Como a vida era difícil na época, e motivado pelo baixo retorno financeiro do escritório, Gustavo conciliou a advocacia com um ofício que ele começou a exercer ainda na faculdade, e que despertou o interesse dele por muito tempo: o magistério. Ele foi professor em colégios e cursos de pré-vestibular do Recife, como Curso Joaquim Nabuco, Colégio Carneiro Leão, Colégio São João e o Colégio São José, ensinando as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura. Ainda teve contato com o magistério quando ensinou, anos mais tarde, Direito Administrativo e Direito Penal, na Faculdade de Direito de Caruaru e na Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino. Por conta das dificuldades do escritório e a vontade de crescer profissionalmente, Gustavo e o irmão resolveram prestar concurso público.

Em 1974, quando foi aprovado no concurso para o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Gustavo também havia efetuado inscrição do certame para ingresso na magistratura. Mas devido a um problema na anulação das inscrições deste último, e como já havia sido aprovado no Ministério Público, ele optou por seguir carreira na Promotoria do Estado. Floresta foi a primeira comarca onde Gustavo, em 1978, iniciou o cargo de promotor de justiça. A vivência na cidade foi um período marcante. O Sertão, que Gustavo até o momento só conhecia por meio das obras de Euclides da Cunha, se revelou um lugar interessante e distinto, com suas contradições e sutilezas. O choque cultural se fez inevitável. O que mais lhe intrigava era o contraste de uma sociedade que convivia com o misticismo, na figura adorada do padre Cícero, ao tempo em que também enaltecia a criminalidade, na figura de Lampião. Marcou de modo sensível também a ele a vida do povo sertanejo. Gustavo conta a percepção que teve sobre a pureza das pessoas que ali

arquivo pessoal



O magistrado em campanha pela promoção da paz



moravam, indivíduos que enfrentavam e tinham rudezas, mas que eram, de certo modo, puros; do sertanejo que era “antes de tudo, um forte” apesar de intempéries como a seca.

Certa vez, enquanto trabalhava em um município do Sertão, emitiu um parecer interessante em um inquérito, contrariando algumas pessoas importantes da região. Um grupo de ciganos havia chegado à cidade. No afã de conhecer a sorte e os acontecimentos que o destino lhe reservava, uma professora de família tradicional chamou os ciganos à sua casa para que “lessem a sua mão”. Depois de realizada a quiromancia e feito o pagamento, o esposo da professora não gostou do acontecido, por entender que os ciganos haviam ludibriado a boa-fé da companheira. Sob a acusação de estelionato, três ciganos foram presos em flagrante. Quando o inquérito chegou ao Ministério Público, Gustavo redigiu um parecer opinando pela liberação dos ciganos. No entendimento dele, a professora não havia sido enganada, pois tinha plena ciência do que estava querendo. De acordo com o promotor de justiça, a leitura das linhas da mão fazia parte da cultura dos ciganos, sendo um ofício lícito e típico deles, que tinham a quiromancia como fonte de renda, não se configurando o crime, portanto, eis que as partes estavam cientes de seus propósitos, inexistindo o ardil ou qualquer artifício. Ao longo do texto, Gustavo teceu uma análise sobre a formação do povo brasileiro, bem como das crenças e culturas existente no País. Análise esta fruto dos conhecimentos adquiridos e compartilhados com o pai José Vicente acerca das diversas crenças e práticas religiosas.

Gustavo é um homem que defende com convicção as opiniões que possui, a exemplo da defesa aos ciganos. Dentre essas opiniões defendidas por ele, está a ideia que faz a respeito das cotas raciais. Para Gustavo, as cotas teriam sido válidas logo após o abolicionismo, pois teriam encurtado o processo de integração do negro ao desenvolvimento social. Ele defende as cotas sociais, justificando que a carência brasileira é de cunho social e não racial.

Gustavo e o fortalecimento do Ministério Público

Ainda atuando como promotor, Gustavo passou pelas comarcas de Petrolândia, Bonito, Cabo (3ª Vara) e pelas varas de Execuções Penais, na cidade do Recife. Na década de 1980, ele participou do soerguimento do Ministério Público. Junto com os amigos promotores e procuradores de justiça, Itamar Noronha, Paulo Amazonas, Hildefonso Pereira, Romildo Ramos, Nelson Souto, Maria Eduarda (ex-colega do Parquet e atual esposa) e outros, fundou o Instituto do Ministério Público de Pernambuco. Tal iniciativa conferiu ao grupo participação na Assembleia Constituinte de 1988. Recordando como era o órgão antes da Constituição de 1988, Gustavo ponderou: “No período pré-constituente, o MP ainda não era tido como essencial ao serviço da Justiça, era uma instituição muito atrelada ao Executivo”. Segundo Gustavo, ele e os amigos, imersos na efervescência política da época, visualizaram a oportunidade de impulsionar o órgão para melhor desempenhar suas atribuições. Fundaram o instituto com o objetivo de ser uma entidade

À esquerda, Gustavo Lima em encontro com promotores de justiça do Estado. À direita durante a posse como presidente da Associação do Ministério Público

cultural, de pesquisas e estudos. Reivindicações como a autonomia e a independência da instituição, estudadas inclusive por Gustavo e seus companheiros, tornaram-se letra na Constituição de 1988. Gustavo Lima participou também da elaboração da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e da Lei Orgânica Estadual, dispositivos legais que consagraram muitas conquistas do MP. Durante os biênios de 1990 a 1992, de 1992 a 1994, de 1996 a 1998 Gustavo foi presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco. Em 1998, ele foi promovido ao cargo de procurador de justiça pelo critério de antiguidade.

Passagem pelo Executivo

Gustavo Lima assumiu em 2001 o cargo de secretário de Defesa Social do Governo de Pernambuco. Durante o período que passou atuando no Poder Executivo Estadual, ele promoveu iniciativas de destaque no combate à criminalidade e a violência no Estado, como a instalação do Centro Integrado de Operações de Defesa Social, vídeo-monitoramento por câmaras, Delegacia Interativa, Boletim de Ocorrência Único, Diretoria de Análise Criminal, Polícia Comunitária, criação do Centro de Atendimento às Vítimas e o Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos (essas duas últimas voltadas para a contenção do aliciamento de jovens para a prostituição e o trabalho forçado).

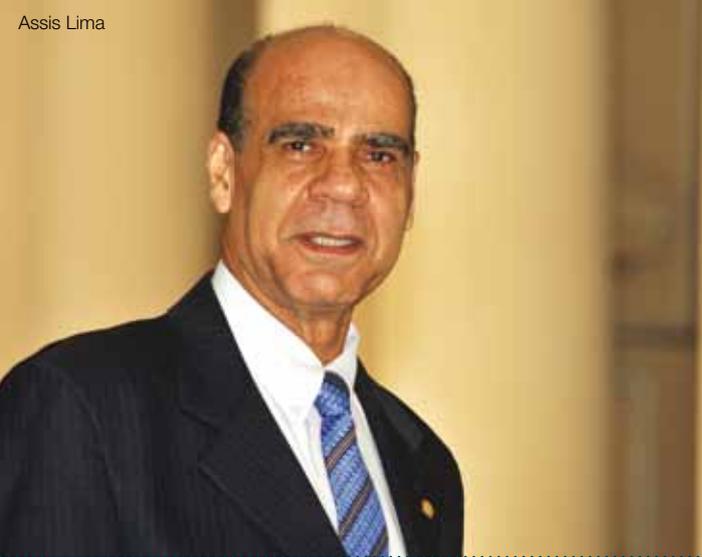
Judiciário

A chegada ao Poder Judiciário estadual foi considerada por Gustavo como inesperada e, de certo modo, como mais um daqueles acontecimentos surpreendentes em que ele acredita suscitar questionamentos sobre as crenças. Depois dos quatro anos que passou exercendo o cargo de secretário na Secretaria de Defesa Social, Gustavo retornou para o Ministério Público já pensando na aposentaria que acreditava estar por vir. A sensação do dever cumprido atrelado à constatação de que muitos de seus amigos do MPPE (que haviam ingressado na mesma época que ele) já haviam se aposentado ou não estavam exercendo mais

suas atividades na instituição, levaram Gustavo a considerar a possibilidade de também se aposentar. Contribuiu para essa vontade também o fato de que seu irmão Frederico, que construiu carreira na magistratura estadual como juiz, se encontrava exercendo a advocacia, o que Gustavo pensava ser uma possibilidade para si mesmo: atuar no escritório do irmão. Mas não quis o destino (ou como a crença de cada um permita dizer) que assim fosse.

Em meados de 2005, um grande amigo dos tempos de faculdade e do Ministério Público, o magistrado Nelson Reis, que exercia suas atividades como desembargador do TJPE desde 1999, encontrando-se com Gustavo certa vez, apresentou a possibilidade do amigo integrar também a lista de desembargadores da Justiça Estadual, haja vista uma vaga que estava para ser preenchida. Com a insistência do amigo, porém, Gustavo concorreu à vaga do Quinto Constitucional. Não figurou, no entanto, na lista sêxtupla do Ministério Público. “Por ironia do destino, Nelson faleceu em janeiro de 2006”, lembra Gustavo se referindo aos fenômenos de difícil explicação. Pessoas próximas a Gustavo voltaram a insistir para que ele concorresse à vaga que outrora fora ocupada por Nelson. Os sentimentos pela perda do amigo e o caráter recente do acontecimento fizeram com que Gustavo tivesse dúvidas se deveria concorrer ao cargo. Decidiu. Figurou nas listas sêxtupla e tripla. Foi nomeado pelo então governador Jarbas Vasconcelos. Como se não bastasse a surpresa de ter ingressado na vaga que fora do amigo Nelson, ainda surpreendeu a Gustavo o fato de ter sido aprovado unanimemente pelos membros da Corte quando da votação da lista tríplice para a vaga do Quinto Constitucional.

Desde 2006, Gustavo Lima é desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Atualmente, o magistrado exerce suas funções na 4ª Câmara Criminal, órgão criado em 2007 na Justiça Estadual, e atua também como membro eleito da Corte Especial. Os mais de 30 anos trabalhando no Ministério Público deram a Gustavo uma sensibilidade apurada para atuar



“
Respeito muito a minha história.
Guardo até a camisa que vesti
quando fiz meu vestibular
”

na área criminal do Tribunal. Gustavo diz sentir muito orgulho da carreira que construiu. O exercício do cargo atual, ele encara como um trabalho que exige esmero e esforço, que inspira muito cuidado e seriedade, já que trata de questões mais próximas do direito à vida e à liberdade, numa área que envolve riscos e que exige coragem.

Em 2011, Gustavo presidiu a Comissão de Segurança Institucional do Judiciário. Criada nesse mesmo ano, a comissão tinha por objetivo estabelecer políticas institucionais para garantir a segurança física e a proteção dos magistrados do Estado. Gustavo diz nunca ter sido ameaçado em todos esses anos em que esteve na área criminal. Ameaça física, pelo menos, nunca houve, talvez - ele confia - supostas cogitações no sentido de removê-lo de determinada comarca onde atuava como promotor de justiça.

O desembargador Gustavo Lima reúne amigos e admiradores. Durante a solenidade da sua posse no TJPE, a também desembargadora desta Corte, Alderita Ramos, proferiu um discurso de boas-vindas ao colega. Alderita discursou sobre a relevante história e a militância política do colega junto ao MPPE, bem como destacou as estimadas características de Gustavo. “A sua versatilidade e considerável acervo de conhecimentos não o faz vaidoso. Muito ao revés, a simplicidade é a sua característica mais marcante. O riso franco nos cativa a todos, deixando transparecer um espírito tolerante, compreensivo e conciliador [...] sem, contudo, ser pusilânime.”, discorreu Alderita.

Frederico Lima, ao falar da relação que tem com o irmão e amigo Gustavo, afirma: “Pelo seu caráter, pela sua lisura no trato com as coisas e, sobretudo,

com as pessoas; por sua lealdade e por ser uma pessoa que sabe bem a dimensão do que é, sendo humilde e prestativo, eu entendo que é um privilégio para qualquer pessoa desfrutar da amizade dele. Gustavo tem uma família de irmãos e amigos”.

Gustavo Lima é pai de quatro filhos: Juliana e Felipe, bacharéis em Direito, que hoje exercem a advocacia; Fernanda, estudante do curso de Direito; e a caçula Bruna Rafaela, que diz nem querer saber da área jurídica. Bruna prestará o vestibular para Medicina. Hoje Gustavo se diz gratificado pelo carinho dos filhos e dos enteados: Fabiana, Eduardo, Luciana e Cecília. Torcedor do Clube Náutico Capibaribe, Gustavo nutre a paixão pelo “alvirubro” para além do futebol. Durante muitos anos, ele foi atleta amador no time de basquete do Náutico, jogando como titular e participando de vários campeonatos brasileiros. Ele jogou ainda pelas seleções pernambucana e universitária de basquete.

Na sala do gabinete do desembargador Gustavo Lima, no 3º andar do Palácio da Justiça, a pequena escultura de um caboclo de lança, situada por entre tantos objetos, poderia até passar despercebida, não fosse ela o indicativo de uma paixão antiga do magistrado: o Carnaval. “Folião inveterado e saudosista”, de acordo com as palavras do irmão Frederico, Gustavo é frequentador assíduo dos acertos de marcha do Bloco da Saudade e um autêntico fã de grandes músicos, intérpretes e compositores carnavalescos, como os irmãos Raul e Edgar Moraes, João Santiago, Nelson Ferreira, Getúlio Cavalcanti, Alceu Valença e J. Michiles.

O encantamento pela festividade remota aos tempos de Gustavo criança, quando via os blocos passarem e pa-



O gosto de Gustavo pela Folia de Momo surgiu por influência de primos ligados ao Bloco Misto Carnavalesco Inocentes do Rosarinho

arquivo pessoal

rarem em frente à casa onde morava. Mas que isso, contudo, Frederico conta, e de acordo com relatos do também irmão Adeildo, que o gosto de Gustavo pela Folia de Momo nasceu por influência de primos ligados ao Bloco Misto Carnavalesco Inocentes do Rosarinho, sediado próximo ao casarão. As tias e mulheres da família costumavam levar os sobrinhos e filhos para verem a saída do bloco, bem como para brincarem o Carnaval em ruas como Rua Nova, Imperatriz, na Praça do Diário, Pátio do Terço, e em bairros como de São José e do Recife, lugares que ele frequenta até hoje.

O gosto pela Literatura também distingue Gustavo Lima. Entre as leituras preferidas ele destaca escritores clássicos como Machado de Assis, Fiódor Dostoiévski e William Shakespeare, notáveis autores com seus escritos que revelavam aspectos da sociedade e da natureza humana, abordando temas como a loucura, a criminalidade, entre outros. Gustavo se diz ainda grande admirador dos poetas Carlos Drummond de Andrade e Manoel Bandeira.

Bandeira, dentre as várias nuances de suas obras, versou sobre a sua infância e família. Nostalgicamente evocou o Recife dos tempos de menino e as eternas memórias que trouxe do seu passado. Pela poesia de Bandeira se vê Gustavo Lima na saudade com que evoca a vivência no casarão da Rua das Meninas e da Andrade Bezerra, e todas as lembranças que ficaram marcadas na sua vida, e que de certa forma estão eternizadas. Gustavo é colecionador de documentos, cartas e fotografias dele e da família. Possui um acervo histórico pessoal guardado a sete chaves. “Eu não jogo nada fora. Respeito muito a minha história. Guardo até a camisa que vesti quando fiz

meu vestibular”, confidencia o desembargador.

Drummond, que também fez obras sobre suas recordações do passado, dentre tantos temas pelos quais permeou, compôs versos de caráter existencial, como reflexões sobre a vida e a morte. Pela poesia de Drummond se vê Gustavo Lima na capacidade de observação do tempo e de avaliação sobre a própria existência. Gustavo revela fazer uma autoavaliação a cada decênio. “A cada dez anos eu faço um balanço. Fiz um balanço aos 40, aos 50, aos 60 e vou fazer outro daqui a três anos”, é assim que, comovido, ele fala sobre o “balanço” que faz em sua vida, momento de pensar os erros e acertos, mas, sobretudo de rememorar as pessoas e os acontecimentos de valor na sua história. Nesse momento da entrevista realizada com o desembargador Gustavo Lima, quando perguntado a ele se era difícil fazer esse balanço, a emoção tomou conta do local. Com a voz embargada e lágrimas nos olhos, Gustavo apenas confirmou afirmativamente balançado a cabeça. Não disse nada. Nada mais precisava ser dito.

Gustavo Augusto Rodrigues Lima, diferente do ser gauche (torto) do poema de Drummond, é um homem de sete faces. Faces reveladas e sentidas, dentre tantas outras aqui não contadas. Da face de Zé Vicente; de Dona Hidinha; das memórias do casarão e do chalé; das amizades e família que construiu; do caminho trilhado na Justiça; das crenças; e da face do Carnaval. Todas elas referenciadas pelos amigos e guardadas no memorial concreto e abstrato que possui: o das lembranças tão eternas e seguras, como uma madeira de lei que cupim não rói, que cupim nenhum há de roer.

Religião

Não me considero ateu, porque seria muita pretensão minha, na humilde condição de mera criatura, ter a petulância de desafiar o Eterno.

Muito menos sou religioso, pois são tantos os credos, são tantos os deuses, são tantas as “revelações” e “negações”, que perde o sentido qualquer deles, fruto da angústia, do desespero, do medo e do temor do desconhecido e, sobretudo, da morte que é conhecida e certa, em meio ao grande mistério da vida.

Rechaço a pregação do amor verticalizado e egoístico de “amar ao próximo como a si mesmo”, preferindo o amor na sua universalidade ou no seu horizontalismo.

Admito não haver necessidade de intermediários entre o homem e Deus. Ou ele não estaria dentro de cada um como pregam?

Retidão de vida, amor, solidariedade (não caridade), não devem ser moeda de troca para entrada no suposto paraíso. São deveres impostos pela condição humana. E no ápice desses deveres está o de proporcionar Justiça.

Curvamo-nos à genialidade humana, ao longo dos milênios, com suas concepções religiosas, seu politeísmo, com todo respeito ao Olimpo dos seus Deuses”. •

O respeito à imagem da pessoa como tutela da sua personalidade

A existência de um isolamento natural da pessoa, onde a mesma possa viver o seu interior e se manifestar livre dos olhos sociais, preservando a sua intimidade, é fundamental para o desenvolvimento da personalidade humana.

A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem são erigidas na Constituição Federal como valores humanos fundamentais, na condição de direito individual, na defesa de aspectos próprios da dignidade da pessoa humana. (art. 5º, inc. X, da Constituição Federal).

Nossos erros, nossas imperfeições, e até mesmo nossas virtudes, não devem estar obrigatoriamente expostas ao domínio público, pois interesses variados podem forçar-nos a ocultar determinados fatos do conhecimento de outras pessoas. Ninguém é obrigado a expor a sua intimidade e a sua imagem, podendo optar por um isolamento natural, afastado dos olhos da sociedade.

Especificamente em relação à proteção do direito à imagem, a ordem jurídica suscita algumas dificuldades diante dos limites entre o interesse público e a preservação dos aspectos privados da pessoa. A primeira dificuldade é precisar a extensão do seu conteúdo, pois tem caráter subjetivo, variando de pessoa a pessoa, onde, por outro lado os valores sociais são mutáveis no tempo e no espaço.

Neste mesmo sentido, há dificuldade em se estabelecer em quais situações o interesse pela preservação da imagem deve ser sacrificado em prol de outro interesse juridicamente protegido, quando se encontra em conflito.

O direito à imagem, que é regulado pelo artigo 20 do Código Civil, tem por objeto proteger a figura, a representação, o retrato ou a própria imagem da pessoa.

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

A imagem que se protege como direito da personalidade é aquela que pode ser reproduzida através de representações plásticas, compreendendo o direito que tem a pessoa de proibir a divulgação de seu retrato.

A imagem é a figura, representação, semelhança ou aparência de uma pessoa ou coisa. Para o direito da personalidade, a imagem é entendida como a representação gráfica da figura humana, mediante procedimento de reprodução mecânica ou técnica. Juridicamente, é facultada exclusivamente à pessoa do interessado a difusão ou publicação de sua própria imagem e, com isso, também o seu direito de evitar sua reprodução, por se tratar de direito da personalidade.

Assim, a reprodução da imagem da pessoa não pode ser publicada ou exposta sem a devida autorização da pessoa retratada. Contudo, a reprodução da imagem da pessoa pode sofrer exceções, autorizando-se sua divulgação, independente do consentimento do retratado, caso seja necessária a administração da justiça ou a manutenção da ordem pública.

Segundo José de Oliveira Ascensão, o Código Civil Português excepciona o uso da imagem da pessoa, sem a necessidade do seu consentimento, quando tiverem por fundamento:

1. A notoriedade da pessoa ou o cargo que desempenhe;
2. As finalidades de reprodução se forem policiais, judiciais, científicas, didáticas ou culturais;
3. O enquadramento da imagem em lugares públicos, ou fatos de interesse público, ou que hajam decorrido publicamente.

Ora, certas pessoas em face de sua notoriedade não podem restringir o uso de sua imagem, tal fato acontece com administradores públicos, artistas, políticos, jogadores de futebol, entre outras pessoas que se destacam na sociedade.

No mesmo sentido, quando a divulgação da imagem for importante e necessária para a solução de questões jurídicas e policiais, e em outros casos demonstrar interesse científico, didático e cultural, poderá ser divulgada, pois, nesse caso, o interesse público supera os valores individuais da pessoa.

Além disso, deve ser autorizada a divulgação da imagem quando o seu interesse for de retratar um ambiente público, quando a pessoa não for o foco em evidência, e sim os lugares em si, para demonstrar fatos que tenham ocorrido publicamente como desfiles de Carnaval, jogos de futebol, eventos musicais, entre outros, em que a pessoa naturalmente se encontra em um ambiente público, e o que se pretende expor não é ela em si mesma, mas o acontecimento público.

Por sua vez, tais exceções também sofrem restrições, quando sua exposição tiver por objeto, simplesmente, o de atingir a honra, a boa fama e a respeitabilidade da pessoa, facultando inclusive o direito de pedir indenização.

Ora, mesmo sendo uma pessoa pública e estando em um local público, é lesão ao direito da imagem a divulgação de fotos ou vídeos que se desti-

Sílvio Romero Beltrão

Juiz de Direito

Mestre e Doutor pela UFPE.

Professor de Direito Civil da FDR-UFPE

Coordenador da ESMAPE

Agência Rodrigo Moreira



“

A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem da pessoa são erigidas na Consituição Federal como valores humanos fundamentais, na condição de direito individual, na defesa de aspectos próprios da dignidade da pessoa humana

”

nem simplesmente a atingir a honra, a boa fama e a respeitabilidade da pessoa, ou se destinem a fins comerciais, facultando à pessoa lesionada o direito de propor indenização por danos morais.

No caso de imagem divulgada com finalidade comercial e econômica, o Superior Tribunal de Justiça editou súmula prevendo a possibilidade de indenização pela sua divulgação sem autorização da pessoa exibida.

Súmula 403 - “Independente de prova ou prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais”.

Assim, a imagem da pessoa não pode ser utilizada para fins comerciais sem sua prévia autorização. Protege-se além do direito da personalidade, o direito patrimonial da pessoa em face da possibilidade de auferir lucros com

a divulgação de seu retrato, o que para muitas pessoas pode representar a sua atividade profissional, como modelos fotográficos.

RESPONSABILIDADE CIVIL. USO INDEVIDO DA IMAGEM. REVISTA DE GRANDE CIRCULAÇÃO. FIM COMERCIAL. SÚMULA Nº 403/STJ.

PESSOA PÚBLICA. LIMITAÇÃO AO DIREITO DE IMAGEM. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE.

1. “Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais” (Súmula 403/STJ).
2. Mesmo quando se trata de pessoa pública, caracterizado o abuso do uso da imagem, que foi utilizada com fim comercial, subsiste o dever de indenizar. Precedente.
3. Valor da indenização por dano moral e patrimonial proporcional ao dano sofrido e ao valor supostamente au-

ferido com a divulgação da imagem. Desnecessidade de intervenção desta Superior Corte.

4. Agravo a que se nega provimento (AgRg no Ag 1345989 SP 2010;0156474-2. Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, 23/03/2012)

Por fim, o direito à imagem não pode ser confundido com o direito à honra, ou o conceito que a pessoa possui na sociedade. A imagem não é sinônimo de fama ou honra, como às vezes se entende pelo uso popular, contudo a defesa do direito à imagem não se trata simplesmente da preservação física do corpo retratado, pois o corpo é conteúdo do direito à integridade física. O bem-imagem consiste na reserva ou preservação da reprodução física da pessoa em face da defesa da sua intimidade ou honra ali envolvida. •



Chaplin (1940): O profeta satírico da barbárie

Nivaldo Mulatinho Filho

“Sinto muito, mas não pretendo ser imperador. Não é esse o meu ofício. Não quero governar, nem conquistar ninguém. Gostaria de ajudar a todos. Judeus, gentios, negros, brancos (...) O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, mas nos extraviamos. A cobiça envenenou a alma dos homens – formou uma barricada de ódio no mundo – e nos conduz, marchando, à miséria e ao derramamento de sangue. Desenvolvemos as engrenagens, mas nelas nos perdemos. As máquinas que dão abundância nos deixaram carentes. Nosso conhecimento nos deixou a todos cínicos, nossa engenhosidade nos faz rudes. Pensamos demais e sentimos muito pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de esperteza, precisamos de afeições e delicadeza. Sem essas qualidades, a vida será violenta e todos nós estaremos perdidos” (Palavras do barbeiro judeu no discurso final de “O Grande Ditador”, que dura seis minutos no filme).



Adolf Hitler era fã de cinema. Seu assecla mais próximo, Joseph Goebbels, também. E, nomeado ministro da Propaganda e Informação, Goebbels logo convocou Fritz Lang, o diretor de “Metropolis” (de 1927, hoje um marco estético da arte cinematográfica) para supervisionar as produções alusivas ao Terceiro Reich, embora o governo nazista tivesse censurado “O Testamento do Doutor Mabuse”, filme de 1933, onde Lang tece um paralelo entre a loucura e o poder ditatorial. Calculem. É assim: os tiranos adoram censurar. Mas precisam aparecer muito, sempre e sempre. Precisam de artistas. Sejam eles áulicos ou não. Sejam fanáticos ou não. Conta-se que Fritz Lang, que era filho de mãe judia, agradeceu o convite do ministro de Hitler, fingindo-se lisonjeado, e, quase de imediato, com um nome falso e sem usar o seu inconfundível monóculo, fugiu para Paris. Em 1940, Lang estava em Hollywood, onde viviam outros artistas fugitivos, como Billy Wilder e Bertolt Brecht. E lá estava também Charles Spencer Chaplin, na época, sem dúvida, o mais célebre artista vivo do mundo, criador do adorável Vagabundo que chamamos Carlitos, o nome definitivo da Sétima Arte, depois de uma série iniciada em 1914, em especial a partir da película muda chamada “Vida de Cachorro” (media-se assim: 2.674 pés), lançada em 14 de abril de 1918.

É no mês de abril, em 1889, que nascem Charles Chaplin e Hitler, nos dias 16 e 20, respectivamente. Quatro dias separam dois polos opostos da humanidade, escreveu David Robinson, na mais densa e analítica obra sobre a arte e a vida do criador de “Luzes da Ribalta” – livro de 1985, só lançado no Brasil em 2011.

Sabemos que, a partir dos primeiros sucessos, Carlitos suscitou diversos imitadores. Um deles, não figura em nenhuma lista. Sua celebridade, porém, não parou de crescer, a partir dos anos de 1932-1933, alcançando, rapidamente, a do “little tramp” de “Em Busca do Ouro” (filme de 1925), e talvez ultrapassando-a, em outra escala. Afinal, em 1938, era visto como o salvador da Alemanha e um possível salvador da civilização ocidental (que

tinha sofrido a Primeira Guerra Mundial e o desastre financeiro de 1929). Ele era o ex-agitador político austríaco chamado Adolf Hitler. E pode ser que tenha cometido a imprudência de imitar Carlitos, como disse o crítico francês André Bazin, sob o efeito de “influências sociológicas inconscientes” e sem qualquer segunda intenção pessoal. Mas, ao roubar o bigode de Carlitos, Hitler entregou-se “de pés e mãos atadas” a Charles Chaplin.

Em “O Grande Ditador”, o primeiro filme inteiramente falado de Chaplin, o tema supera as dimensões do próprio Carlitos, que assume a identidade de um barbeiro judeu. Ele acaba ocupando o lugar do seu sócia, o ditador Hynkel, da fictícia Tomânia, um homem que deseja ser o Imperador do Mundo (“Ou César ou nada”, diz Hynkel, brincando, amoroso, com um globo terrestre, numa das cenas mais extraordinárias do humor em todos os tempos). É uma assombrosa e corrosiva caricatura de Adolf Hitler. Chaplin conseguiu unir a paródia a um impressionante realismo. Escrevendo o roteiro entre 1937 e 1938, ele viu os noticiários filmados da época, copiando os gestos de ópera bufa (diríamos hoje) do líder nazista. Zombaria absoluta. Até os microfones se curvam, medrosos, diante dos gritos em forma de discurso do homem que desejava ser o chefe dos povos.

Só que, por trás de toda essa comicidade, essa sátira demolidora, Chaplin estampa o cenário histórico que o mundo já vivia e iria ainda viver, dramaticamente. O palhaço Carlitos, um malandro cheio de piruetas, um protagonista desajeitado e sentimental, que dialogava ferozmente com o seu tempo, denunciando, sem moralismos, a ordem estabelecida, virou um profeta, um anunciador da barbárie.

Em uma das partes bem características de “O Grande Ditador”, um dos ministros do ditador Hynkel anuncia, maravilhado, a descoberta de um gás que, segundo ele, “matará a todos”. Em 1938, a Alemanha já tinha 30 mil judeus em campos de concentração. No documentário, editado em 2003, que faz parte dos extras da nova série de DVD’S, lançada agora sobre toda a filmografia do criador de “Tempos

Modernos”, o cineasta grego Costa-Gavras registra o lado visionário de Charles Chaplin, dissecando a época do lançamento de “O Grande Ditador” (outubro de 1940), tempo em que Hitler e Mussolini estavam no auge de suas glórias políticas e das suas aparências heróicas. A fala de Gavras, que ganhou destaque no cenário internacional com o filme “Z”, de 1969, denunciador da ditadura militar na Grécia, nos anos 60, é um régio presente para os que amam Chaplin, ou seja, o próprio cinema. E também para os que apreciam uma discussão séria sobre os fatos e as personalidades do conflito de 1939-1945.

Em 1940, os Estados Unidos tentavam manter uma olímpica neutralidade em relação ao que acontecia na Europa. O governo norte-americano tinha uma vigilância sobre a produção cultural do país. Mas Hitler e Mussolini expandiam seus impérios. Organizações nazi-fascistas eram criadas na América. Hollywood, como um todo, fazia seus filmes e cerca de um terço do lucro vinha do exterior. Os estúdios não queriam perder o mercado da Itália e da Alemanha. Mas a timidez de Hollywood em relação ao nazismo não deixava de ser uma consequência de seus sentimentos antisemitas. Disseminados, intensos. Muito mais do que hoje é lembrado ou reconhecido. Os judeus eram totalmente excluídos da maioria dos cargos executivos. Havia cotas que limitavam o número deles em muitos clubes, universidades e corporações, como relata Otto Friedrich, em “A Cidade das Redes”, um livro sobre a chamada Capital do Cinema, nos anos 40.

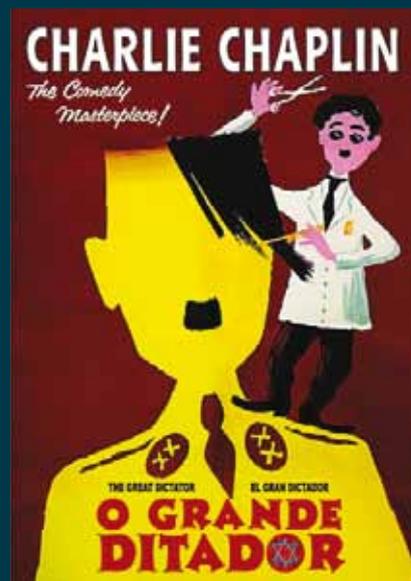
A estreia oficial de “O Grande Ditador” ocorreu em Nova Iorque, no dia 11 de outubro de 1940. Um sucesso absoluto. Com as finanças e a popularidade em dia, Chaplin foi intimado para depor diante de uma improvisada Subcomissão do Senado sobre propaganda de guerra, em 1941. O filme também deu a ele, nos arquivos do FBI, o singular apelido de “antifascista prematuro”. Na terminologia da época, assinala Stephen Weissman, esse era um eufemismo para carimbar alguém que, com tendências esquer-

distas, não era membro do Partido Comunista. Na verdade, os pontos de vista apaixonadamente antinazistas de Chaplin foram bem claros desde o final da década de 30 até o fim da guerra, nunca mudaram. Mas a relação dos Estados Unidos com a Rússia e a Alemanha, sim. Durante os anos do pacto Hitler-Stalin, a posição oficial norte-americana era isolacionista, e o discurso final da narrativa sobre o ditador da fictícia Tomânia foi visto como um incentivo à guerra. Antes do Conflito Mundial, o Partido Comunista Americano e o American First Committee, de direita, estavam juntos na férrea oposição à possibilidade do país combater a Alemanha. Foi exatamente nesse período que Chaplin filmou e fez o lançamento mundial de “O Grande Ditador”.

Em Londres, o filme estreou em 16 de dezembro de 1940, no auge dos bombardeios nazistas. A população civil sofria. Churchill captou aquele momento crítico em uma de suas frases memoráveis, quando a batalha aérea era tenebrosa, em 20 de agosto de 1940: “Nunca na história dos conflitos humanos tantos deveram tanto a tão poucos”.

Para os britânicos, é certo, o filme foi um imenso júbilo. Hitler era um inimigo muito real. Acima de tudo, assinala David Robinson, “eles amavam a piada primordial da semelhança física entre o velho Adolf e o homem mais engraçado do mundo”. Chaplin “é o único artista que detém a arma secreta da risada mortal”, escreveu, naquele momento, o comentarista Rudolph Arnheim, que era, então, um fugitivo recente da Alemanha.

O discurso final do barbeiro judeu, no qual a direita sentiu “vestígios de comunismo” e a esquerda encontrou puro sentimentalismo, nunca desagradou ao chamado grande público. Ao contrário. Foi largamente citado e impresso onde o filme foi exibido. E, na Inglaterra, o Partido Comunista o colocou em um panfleto especial. Basta dizer isso. No Brasil, em 1941, a exibição de “O Grande Ditador” fez o Major Coelho dos Reis, um diretor do DIP, de Vargas, ver cenas “definitivamente comunistas e desmoralizadoras das





Forças Armadas". O filme foi proibido (Ler nota final).

Em pleno século XXI, nenhuma das frases do discurso judeu, que se dirige em primeiro lugar ao emblema de coragem e rebeldia do filme, que é a jovem Hannah, perdeu o seu valor. Precisamos até de todo aquele otimismo, meio ingênuo, e daquela esperança, completamente viva, das suas linhas finais. Precisamos da mensagem de Chaplin. Para continuarmos a luta pela nossa causa. E não resta nenhuma outra a não ser a mais antiga de todas. Ela é, como diria a outra Hannah, a Hannah Arendt, a única, de fato, que desde o início determina a própria existência da política: a causa da liberdade em oposição à tirania.

Para o Professor José Oliveira Santos, que, permitam o termo, foi meu Promotor de Justiça.

Nota Final – Cito o livro do pesquisador e jornalista INIMÁ SIMÕES, "Roteiro da Intolerância – A Censura Cinematográfica no Brasil", publicação da Editora SENAC (São Paulo), em parceria com a Editora Terceiro Nome, de 1999, p. 28. O livro mostra como foi a censura de filmes no país, em especial no período do Regime de 1964, definindo-a como um organismo executor de orientação da alta hierarquia militar. Aos possíveis leitores, trago os nomes de livros essenciais, referidos no artigo, sobre o genial cineasta. "Chaplin, uma Biografia definitiva", de DAVID ROBINSON, Editora Novo Século, São Paulo, 2001, e "Chaplin. Uma Vida", de STEPHEN WEISSMAN, escritor e psiquiatra, Editora Larousse do Brasil, 2010. Ainda a autobiografia de CHAPLIN, "Minha Vida" (tenho a 10ª edição do livro da Editora José Olímpio, Rio, 1998). E o magnífico livro de OTTO FRIEDRICH, "As Cidades das Redes", uma história social e cultural dos anos 40 em Hollywood, Companhia das Letras, São Paulo, 1988 (acredito que seja a única edição feita no Brasil). •



O QUE É

SUSTENTABILIDADE

E O QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM A VER COM ISSO?

Sustentabilidade é a capacidade de manter-se inserido num ambiente diminuindo os impactos negativos na economia, sociedade, cultura e natureza. Pensando nisto, o Tribunal de Justiça de Pernambuco criou em 2008 o Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, com o objetivo formar e recuperar, no âmbito do Judiciário pernambucano, um ambiente ecologicamente equilibrado e conscientizar servidores e jurisdicionados sobre práticas socialmente responsáveis, economicamente viáveis, culturalmente aceitáveis e ambientalmente sustentáveis. Conheça as ações do Núcleo e faça parte desta iniciativa!

Maiores informações pelo 81 3419.3451
e pelo sgp.sustentabilidade@tjpe.jus.br

